

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLEIDE FRANCISCA DE SOUZA TANO

TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA RURAL E POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE E TECNOLÓGICO: a empregabilidade na microrregião de
Ituiutaba de 2008 a 2015

UBERLÂNDIA

2016

CLEIDE FRANCISCA DE SOUZA TANO

TRABALHO NA AGROINDUSTRIA RURAL E POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE E TECNOLÓGICO: a empregabilidade na microrregião de
Ituiutaba de 2008 a 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robson Luiz de França.

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T167
2016

Tano, Cleide Francisca de Souza, 1968

Trabalho na agroindústria rural e política de expansão do ensino profissionalizante e tecnológico: a empregabilidade na microrregião de Ituiutaba de 2008 a 2015 / Cleide Francisca de Souza Tano. - 2016.

135 f. : il.

Orientador: Robson Luiz de França.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Agroindústria - Teses. 3. Formação profissional - Teses. 4. Ensino profissional - Teses. I. França, Robson Luiz de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

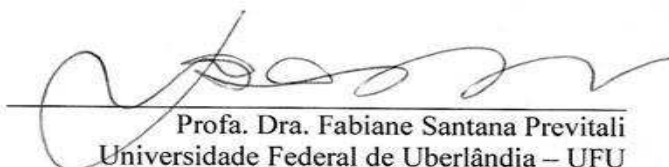
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Sálua Cecílio
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco Victo e Terezinha de Jesus Victo (*in memoriam*), a meu esposo Hélio Mitsuo Ueda Tano, aos meus filhos Hellen e Hélio Filho.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Jesus pelos ensinamentos e aos meus pais pelo incentivo a buscar mais conhecimentos, assim como sou grata a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho, em especial a todos os entrevistados que responderam nosso questionário. Ao IFTM - Campus Ituiutaba, pelo fornecimento das informações necessárias, aos professores de todas as disciplinas, por mim cursadas neste Mestrado, que tanto contribuíram com meu conhecimento e aprendizado, assim como a todos os colegas discentes e aos trabalhadores da FAGED/UFU.

Faço um agradecimento especial ao meu orientador Dr. Robson Luiz de França, pelas considerações e por sua franqueza, cordialidade, pontualidade e profissionalismo nas orientações.

Agradeço a todos os colegas pelo companheirismo e discussões, em especial a colega Alessandra Aparecida Franco pela parceria em muitos de meus trabalhos apresentados e publicados ao longo deste Mestrado.

Agradeço a minha família pelo incentivo e carinho a mim dispensados, que foram essenciais para o alcance de meus objetivos.

Por fim, sou grata à Universidade Federal de Viçosa e ao diretor da Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro, pela concessão de horário especial, fundamental para a realização deste curso.

“A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”.
Sêneca

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objetivo geral a análise da política da educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba e, por sua vez, proceder à discussão da empregabilidade na agroindústria rural dos egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM Campus Ituiutaba, no período de 2008 a 2015. Apresenta análises de questões relacionadas com a empregabilidade, formação profissional e educação, no contexto da política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica. Os objetivos específicos foram: entender qual a intencionalidade da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos; analisar a inserção dos egressos nos processos produtivos do meio rural, mais especificamente na agroindústria rural da microrregião de Ituiutaba no período de 2008 a 2015; investigar a interação do IFTM com o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba; e verificar a efetividade da política para a formação de profissionais qualificados, tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã. Esta pesquisa segue uma perspectiva Materialista Histórico Crítica, foi realizada em dois momentos: num primeiro momento realizamos as pesquisas bibliográfica e documental e num segundo momento a pesquisa de campo. As informações coletadas correlacionadas com o aparato teórico estudado permitem análises e discussões sobre a temática: trabalho na agroindústria rural e política de educação profissionalizante e tecnológica. Alinha-se com a linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Os resultados e conclusões apresentados apontam que especificamente no caso dos egressos que responderam ao questionário a empregabilidade na agroindústria rural é quase inexistente, todavia há a empregabilidade em outros setores e também há egressos prestando serviços autônomos. Os resultados apontam também que esta política flerta com duas intencionalidades: prepara para o mercado de trabalho e para o acesso do ensino superior. Por parte dos egressos percebemos uma negação da educação profissionalizante e tecnológica nos moldes como está posta, entretanto, há uma busca por parte dos egressos em aproveitar a melhor oportunidade que estes têm disponível em matéria de ensino para ingressar no ensino superior, mesmo que tenham que submeter às aulas práticas e, neste caminho, percebe-se que muitos egressos mudam sua percepção sobre as aulas práticas e técnicas. Consequentemente, o acesso ao ensino superior por parte destes egressos ocorre em uma proporção muito maior que ao emprego. Acreditamos que esta pesquisa dá margens para outras pesquisas sobre trabalho, educação, formação profissional em questões com verificação da efetividade da interiorização, efetividade do alinhamento do IFTM com os Arranjos Produtivos Locais, entre outras. Deste modo, espera-se contribuir com a produção de conhecimento e com o debate sobre esta temática, bem como auxiliar na análise dos dados históricos da região estudada, e ainda, contribuir no campo acadêmico no sentido de promover estudos sobre as políticas de formação e inserção profissional.

Palavras-chave: Trabalho no meio rural. Educação Profissionalizante e Tecnológica. Formação Profissional. IFTM – Campus Ituiutaba. Empregabilidade.

ABSTRACT

This research aims to carry out an analysis of the relationship between the policy of vocational and technological education expanded to microregion of Ituiutaba and, in turn, discuss the employability in the agroindustry of the graduates of the Technical Course of Agribusiness integrated to high school of the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Triângulo Mineiro - IFTM Campus Ituiutaba, in the period of 2008 to 2015. It presents analyzes of issues related to employability, vocational training and education, in the context of the policy of expansion of vocational and technological education. The specific objectives were: to understand what is the intentionality of the expansion of vocational and technological institutes; to analyze the insertion of graduates in the productive processes of rural areas, specifically in rural agribusiness of the microregion of Ituiutaba from 2008 to 2015; to investigate the interaction of IFTM with rural agro-productive sector of micro-Ituiutaba; and to verify the effectiveness of the policy for the training of qualified professionals, both for work and for social interaction and civic life. This research follows a Materialist Critique history perspective, and it was held in two stages: at first we conducted the bibliographical and documentary research and on a second moment the field research. The collected information correlated with the studied theoretical apparatus allow analysis and discussions on the theme: work in rural and vocational and technological education policy. It is aligned with the research line Work, Society and Education. The results and conclusions show that specifically in the case of graduates who answered the questionnaire, employability in rural agroindustry is almost non-existent, however, there is employability in other sectors and there are also graduates providing autonomous services. The results also point out that this policy flirts with two intentions: it prepares for the labor market and for access to higher education. On the part of the graduates, we perceive a denial of vocational and technological education as it is put, however, there is a search on the part of the graduates to take advantage of the best opportunity that they have available in the matter of education to enter higher education, even if they have to submit to practical classes and, along the way, it is perceived that many graduates change their perception on the practical and technical classes. Consequently, access to higher education by these graduates occurs in a much larger proportion than to employment. We believe that this research provides margins for other research on work, education, professional training in questions about the verification of the effectiveness of internalization, effectiveness of IFTM alignment with Local Productive Arrangements, amongst others. Thus, we expect to contribute to the production of knowledge and the debate on this subject as well as to assist in the analysis of historical data of the studied area, and also to contribute to the academic field in order to promote studies on the training policies and professional integration.

Keywords: Work in rural areas. Vocational and Technology Education. Professional qualification. IFTM - Campus Ituiutaba. Employability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de Institutos por Unidades Federativas	64
Quadro 2 - Evolução dos Campi dos Institutos Federais	67
Quadro 3 - Evolução de campus e Municípios atendidos de 2002 a 2014.....	67
Quadro 4 - Número de matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio, em 2011	75
Quadro 5 - Dados sobre a microrregião de Ituiutaba.....	79
Quadro 6 - Dados da população da microrregião de Ituiutaba	81
Quadro 7 - Evolução do IDHM na microrregião de Ituiutaba.....	82
Quadro 8 - Trabalho – ocupação da população de 18 anos ou mais	83
Quadro 9 - Setores de ocupação de pessoas com faixa etária de 18 anos ou mais em 2010	85
Quadro 10 - As dez maiores empresas de Ituiutaba, em relação à geração de ICMS, em 2009	85
Quadro 11 - Metas de matrículas – Campus Ituiutaba	90
Quadro 12 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa distribuição dos Campi do IFTM.....	87
Figura 2 - Foto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM - Campus Ituiutaba	89
Figura 3 - Foto da entrada do IFTM - Campus Ituiutaba	89

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

APLs – Arranjos Produtivos Locais
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
 CEFETS – Centros Federais de Educação Tecnológica
 CEPET – Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro
 CNAA – Companhia Nacional de Açúcar e Alcool
 COOPRATA – Cooperativa dos Agricultores Rurais do Prata
 DESER – Departamento de Estudos Sócios-Econômicos Rurais
 DPA – *Dairy Partners Americas*
 Ead – Educação à Distância
 EAF – Escola Agrotécnica Federal
 EJA – Educação de Jovens e Adultos
 EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EPT – Educação Profissional e Tecnológica
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 FJP – Fundação João Pinheiro
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
 IFETS – Institutos Federais de Educação e Tecnologia
 IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
 IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 JBS – José Batista Sobrinho
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases
 LTDA – Limitada
 MEC – Ministério da Educação
 MG – Minas Gerais
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
 PEA – População Economicamente Ativa
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIBID – Programa Institucional de Iniciação a Docência
 PNE – Plano Nacional da Educação
 PPC – Projeto Pedagógico do Curso
 PROEP – Programa de expansão da Educação Profissional
 S/A – Sociedade Anônima
 SAE – Superintendência de Água e Esgoto
 SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
 SP – São Paulo
 TCU – Tribunal de Contas da União

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNIUBE – Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – O TRABALHADOR E O APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS: O SETOR AGROINDUSTRIAL RURAL	29
1.1 Processo de desenvolvimento humano e formação para o trabalho	29
1.2 Processos produtivos e aperfeiçoamentos	33
1.2.1 Aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural.....	40
1.2.2 Globalização, desenvolvimento e modernização do setor agroindustrial rural	43
1.2.3 Formação e qualificação de mão de obra	46
1.2.4 Políticas para aperfeiçoamento dos processos produtivos de jovens e adultos do meio rural e inserção profissional.....	52
CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS PROFISSIONALIZANTES E TECNOLÓGICOS	57
2.1 Razões, princípios e concepções da educação nacional	57
2.2 Histórico da expansão da educação profissionalizante e tecnológica	58
2.3 Intencionalidade da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos.....	76
2.4 Microrregião de Ituiutaba	79
2.4.1 Setor produtivo agroindustrial rural de Ituiutaba	83
CAPÍTULO 3 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	87
3.1 A materialidade da formação escolar do trabalhador	87
3.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Ituiutaba.....	88
3.3 Interação entre o IFTM e o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba.....	91
3.4 Curso técnico em agroindústria integrado ao ensino médio.....	94
3.4.1 Organização curricular	96
3.5 Resultados e discussões das pesquisas bibliográfica e documental	98
3.6 Resultados da pesquisa de campo.....	104
3.6.1 Perfil dos respondentes.....	106
3.6.2 Considerações sobre a percepção dos respondentes quanto à inserção dos egressos nos	

processos produtivos do meio rural agroindustrial de Ituiutaba.....	107
3.6.3 Considerações sobre a percepção dos respondentes sobre a interação do IFTM com o setor produtivo agroindustrial da microrregião de Ituiutaba	111
3.6.4 Efetividade da expansão dos institutos profissionalizantes para a formação de profissionais qualificados tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICES	131
APÊNDICE 1 – Questionário aplicado aos egressos	132
APÊNDICE 2 – Questionário aplicado ao setor produtivo	134

MEMORIAL – MOTIVAÇÃO PESSOAL

O interesse por este assunto é pessoal e profissional. Minha história, a de minha família, os acontecimentos e desafios que marcaram nossas vidas, bem como minhas perspectivas profissionais, me levaram a identificar certos problemas, inquietudes e contradições na nossa sociedade. Percebi, na educação, uma forma de mudar minha vida pessoal, profissional e acadêmica, assim como a possibilidade de contribuir para mudanças nas vidas de outras pessoas.

Concluí o Curso Superior em Ciências Contábeis, na então Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba, em 1992. Depois realizei, na Universidade Federal de Lavras, a especialização em Gestão do Agronegócio com Ênfase em Administração Rural, em 2011; graduei em Administração na modalidade Ead, na Universidade Federal de Uberlândia, em 2014; fiz o Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, na Universidade Norte do Paraná, polo Ituiutaba-MG, em 2015; conclui o curso de Especialização em Gestão Pública, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, polo Frutal-MG em 2015.

Iniciei minha vida profissional trabalhando como estagiária em um banco, sendo que estagiei por dezoito meses em Capinópolis. Trabalho há 24 anos na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Minha lotação é na Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro/UFV (CEPET/UFV), uma fazenda experimental situada no meio rural, voltada para experimentação, pesquisa e extensão agropecuária. Nesta Central exerço a função de Chefe Administrativo desde 2002.

As relações com o ensino existentes na CEPET/UFV são: na forma de acompanhamento de estágios relacionados com a agropecuária: fitotecnia, zootecnia e piscicultura, de alunos de graduação e pós-graduação desta Instituição e de seus Campi, assim como de alunos de graduação ou técnicos de outras instituições de ensino; e também na execução e extensão de experimentos.

Nesta Central, os pesquisadores da UFV exercem atividades de experimentação, pesquisa e extensão, sendo que são feitos o desenvolvimento e acompanhamento de pesquisas e experimentos de professores e alunos da graduação e pós-graduação da UFV e de seus Campi, de algumas Instituições parceiras e, ainda, a extensão de resultados de pesquisas a comunidade, conforme o projeto e interesse dos pesquisadores e da Instituição. Esta

Instituição também promove a interação e recepção de alunos do ensino fundamental, integral ou regular, de Capinópolis e região: neste caso apenas para atividades de recreação e lazer ou em algumas atividades relacionadas ao meio ambiente, como palestras, encontros e outros eventos.

Sempre almejei que a CEPET contribuísse com a comunidade através de interação com a educação básica, profissional ou não, na forma de projetos. Espero poder contribuir com a Instituição em que trabalho, buscando maior interação com a educação básica, especialmente na modalidade profissionalizante, além de contribuir com a educação, através de minhas publicações e também me qualificar para atuar na docência do ensino superior ou médio, técnico profissional, diante das oportunidades que poderão surgir no campo da Educação.

INTRODUÇÃO

Um dos dilemas da empregabilidade, no meio rural brasileiro e nos setores diretamente ligados ao meio rural, como a agroindústria, consiste no esforço do governo em implementar políticas visando a inserção do país no mercado internacional, em um contexto de globalização da economia. Percebe-se que, nas últimas décadas, o Estado tem adotado políticas educacionais que alinham aos padrões financiáveis de instituições internacionais, distanciando-se da realidade cotidiana das comunidades, dando muita ênfase aos números, a quantidades e pouca à qualidade.

Questões relacionadas ao trabalho, à educação e ao emprego são grandes desafios contemporâneos. A geração de empregos está presente nas discussões macroeconômicas sobre desenvolvimento econômico e social. Alguns setores da economia são grandes responsáveis por geração de empregos, tanto na forma direta quanto na forma indireta. Neste sentido, o setor agroindustrial é um setor chave na geração de empregos e desenvolvimento do país.

Os temas desta dissertação são trabalho na agroindústria rural e política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica. Delimita-se ao estudo da expansão da Rede Federal de Educação Profissionalizante e Tecnológica para a microrregião de Ituiutaba-MG, através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Ituiutaba-MG. Busca saber em que medida se dá a empregabilidade dos egressos do curso Técnico em Agroindústria na agroindústria rural. Alinha-se a linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação.

As contribuições de Marx (2013), em “O Capital”, de Marx e Engels (2007), em “Ideologia alemã”, e Marx (2010) em “Manuscritos econômicos-filosóficos” são as bases que fundamentam esta dissertação. Todavia, além da leitura e compreensão destes clássicos, recorreu-se também à leitura de outros autores que também tratam sobre educação, trabalho, processos produtivos e políticas para aperfeiçoamento de processos produtivos, em especial trabalhos acadêmicos de autores que tratam sobre a relação educação e o trabalho no meio rural nas agroindústrias rurais.

Diversos autores fundamentam nossa pesquisa, dentre eles: Previtali, França e Fagiane (2012), com a obra intitulada “Trabalho, educação e Reestruturação Produtiva”; Lombardi, Lucena e Ferri (2003) apresentando considerações importantes sobre trabalho, educação e meio rural, segmento agroindustrial. Estes estudos proporciona um entendimento

contemporâneo sobre o mundo do trabalho demonstrando o contínuo processo de precarização das condições de vida e de emprego dos trabalhadores.

No campo da educação não é diferente, muitos autores instigam nossas considerações sobre educação profissional e empregabilidade, por exemplo: Kuenzer (2001), Cury (2014), Frigotto (2001), Frigotto e Ciavatta (2003), Castel (2015) e outros. As considerações destes autores apontam tendências e desafios para a política educacional brasileira.

É importante destacar nesta discussão que estes autores citados contribuem com a análise de questões relacionadas com a empregabilidade, formação profissional e educação de diversos trabalhadores, com vínculos com o meio rural ou não. Os sujeitos de trabalho, objetos de nossa pesquisa são cidadãos, egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, que pelo processo de formação que receberam, poderão de alguma forma possuir vínculos profissionais com o meio rural agroindustrial ou não.

Balsadi (2001) apresenta uma publicação importante sobre as mudanças no meio rural, e trata inclusive sobre os sujeitos do meio rural. Dentre as mudanças apresentadas por este autor, destaca-se que, nos anos de 1990, a demanda por força de trabalho agropecuária apresentou queda devido ao processo de modernização tecnológica, que proporcionou a redução de áreas cultivadas e aumento de produtividade através do uso de biotecnologia e maquinários.

O mesmo autor também aponta que no final dos anos 1990 mais de 50% da população rural ocupava-se de atividades não agrícolas. Percebem-se as transformações nas atividades agrícolas impactando nas formas de empregos da população rural e no tipo de processo de trabalho. Desta forma, muitos trabalhadores, apesar de continuarem no meio rural, já não exerciam atividades ligadas diretamente com trabalhos no campo, com a agricultura tradicional.

Ainda segundo Basaldi (2001, p. 157), a grave crise mundial, na agricultura nos anos de 1980, o aumento de países que passaram a exportar as commodities, a ruptura de acordos bilaterais, com fechamento de mercados, a falta de regulação e protecionismo, além de outros fatores levaram os países do terceiro mundo a uma grande recessão, que fez com que somente os produtores com recursos pudessem acompanhar todo o processo de evolução e continuassem a produzir.

Este autor aponta que com a crise na agricultura houve uma redução no número de pessoas necessárias para realizar os serviços convencionais do campo, devido “a especialização de tarefas, dentro do processo produtivo; revolução técnica pela utilização de insumos industriais (adubos, herbicidas, fungicidas, inseticidas, sementes melhoradas

geneticamente e intensificação na criação de animais)” (BALSADI, 2001, p. 157). Entretanto, apesar dessas transformações nas atividades agrícolas, este autor destaca que o meio rural não é somente agrícola e que está havendo um incremento na renda das pessoas do meio rural por exercerem atividades não agrícolas:

Recentes pesquisas têm indicado que muitas áreas rurais estão rompendo com a ideia clássica de que elas sempre tendem a perder competitividade e população para as áreas urbanas, pois estão recebendo novos investimentos e atraindo empresas industriais e serviços, de forma a diversificar cada vez mais as atividades econômicas. Como resultado, há um incremento de proporção da população rural que passa a não depender exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola. (BALSADI, 2001, p. 157-158)

Afirma também que surgem novas funções no meio rural, e que aparecem similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural. Além de observar uma mobilidade de trabalhadores residentes no meio rural para trabalhar no meio urbano, bem como de pessoas residentes nas cidades para o campo, esse fenômeno denominado “*Commuting*”, ir e vir das residências para o local de trabalho.

A discussão sobre a situação destes sujeitos, que trabalham no meio rural ou que habitam o meio rural e trabalham nas cidades, ou que não trabalham por estarem desempregados, diante das transformações ocorridas no final do século XX, mais especificamente no cenário rural, ainda pode ser ampliada, pois percebe-se pelo material analisado que o trabalho no meio rural não acabou, e sim assumiu nova roupagem, com alterações nas estruturas e dinâmicas das propriedades rurais. Conforme esta afirmação:

Muitas pequenas e médias propriedades têm conseguido baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de uma parte substancial do processo produtivo, fenômeno chamado de externalização ou desativação de serviços, antes internos às propriedades rurais. (BALSADI, 2001, p. 161)

Percebe-se que estas alterações nas estruturas e dinâmicas que Balsadi destaca apresentam de forma diferenciada para cada forma de organização rural e produzem impactos diferenciados nas relações de trabalho. Nas regiões de agricultura familiar esta externalização é consolidada com o uso de máquinas especializadas modernas que os agricultores não possuem. O equipamento mecânico básico é de propriedade do agricultor familiar, que continua realizando suas tarefas contando com o trabalho de familiares.

Já nas regiões de grandes explorações, o autor citado afirma que o processo de externalização visa “principalmente a mecanismo de gestão da força de trabalho e de redução do emprego assalariado nas explorações”. Diz ainda que “é bastante comum a existência de

trabalho precário nas empresas de serviços contratados para esse fim” (BALSADI, 2001, p. 161-162). O exemplo citado dessa precarização, provenientes da externalização do trabalho no Brasil, é o das cooperativas de trabalho, que além de manter os trabalhadores rurais em condições precárias, ainda não estendem a estes os direitos trabalhistas.

Balsadi (2001) elenca nove tipos de dinâmicas influentes que impulsionam as ocupações rurais não agrícolas e afirma que o estado de São Paulo, por apresentar um elevado grau de urbanização, possui grande número de atividades não agrícolas exercidas pela população economicamente ativa não rural e que isto tem apresentado reflexos positivos na região. As dinâmicas elencadas por este autor são:

A dinâmica que engloba as atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que são insumos de produção (transporte e comércio de insumos, máquinas e equipamentos, fornecimento de crédito, prestação de serviços de engenheiros e veterinários, etc., e também processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários, o que representa os encadeamentos a montante e a jusante dos complexos produtivos;

Aquela que engloba as ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.). Ambas as dinâmicas estão diretamente vinculadas ao comportamento do setor agropecuária, em termos de expansão e geração de renda e influem no mercado de trabalho pelo lado da demanda de bens e serviços não agropecuários;

Aquela que, além de estar vinculada à situação da agricultura, influi pelo lado da oferta no mercado de trabalho não agropecuário. Trata-se da mão de obra “excedente” da agricultura, a qual busca emprego não agropecuário nas próprias zonas rurais, ou nas cidades, sem abandonar a unidade familiar;

A dinâmica relacionada à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como artesanato, lazer e turismo rural, os quais podem ser desenvolvidos (ou produzidos) no próprio meio rural, apesar de serem consumidos majoritariamente por residentes nos centros urbanos;

Aquelas referentes à expansão dos serviços públicos para as áreas rurais (educação, saúde, seguridade, administrativos, etc.);

A demanda por terras para uso não agrícola por parte das agroindústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como alternativa de locação para fugir das externalidades negativas dos centros urbanos;

A demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infraestrutura mínima de transportes e serviços públicos (água e luz elétrica);

A demanda da população urbana de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como pelos serviços a elas relacionados;

As “novas atividades agropecuárias”, cuja organização da produção e, principalmente, o seu circuito de realização estão assentados em nichos de mercados urbanos. (BALSADI, 2001, p. 162)

Essas dinâmicas apresentadas permitem considerar que existe uma possibilidade grande de empregos no meio rural, mesmo que em atividades não necessariamente agrícolas. Em especial a sexta dinâmica, que trata “da demanda da terra para uso não agrícola por parte das agroindústrias”. Consideramos que este é um dos pontos-chaves da pesquisa desta dissertação, pois buscamos nesse trabalho aprofundar nas relações entre a política para o aperfeiçoamento dos processos produtivos de jovens e adultos do meio rural: o setor agroindustrial rural e a empregabilidade.

Essas transformações ocorridas no meio rural corroboram com as teorias apresentadas por Hobsbawm (2015) que também fundamentam esta dissertação, pois confirmam que assim como o trabalho industrial, o trabalho agrícola também criou a figura do especialista e que “quase tão dramático quanto o declínio e queda do campesinato, e muito mais universal, foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior” (HOBBSAWM, 2015, p. 289).

Percebe-se, portanto, o quanto são importantes as análises das relações trabalho, educação e meio rural, processos produtivos e processo de formação do ser humano, para o entendimento de questões e dilemas relacionados com categorias como: ideologias, contradição, alienação, mediação, trabalho e empregabilidade dentre outras.

JUSTIFICATIVA

As relações trabalho, educação, meio rural e empregabilidade passaram por transformações, entretanto predominantemente ocorrem via novas formas de controle social e precarização das condições de vida e emprego dos trabalhadores.

Ao longo da história, as sociedades foram marcadas por situações em que não há políticas socialmente justas para o operário, conforme discute Castel (2015) ao tratar sobre a condição operária. Esta questão fica mais evidente ao analisarmos as considerações do autor citado sobre a relação formação e emprego, em que a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social, mas remete a um novo problema, que é a possível não empregabilidade dos qualificados.

As modificações no ideário do Estado, a partir dos anos de 1990, por trazerem alterações significativas no campo das políticas educacionais, são fontes de pesquisas

importantes, uma vez que há um discurso por parte do Estado que aponta um avanço na educação, embora diversas pesquisas mostrem que muitos dos problemas educacionais ainda não foram superados.

A justificativa desta pesquisa, bem como sua relevância acadêmica e social, consiste na análise das questões relacionadas com a empregabilidade, formação profissional e educação no contexto da política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica na agroindústria da microrregião de Ituiutaba.

Desta feita, espera-se que esse estudo possa contribuir com a produção de conhecimento e com o debate sobre esta temática, bem como auxiliar na análise dados históricos da economia da região estudada, e ainda, espera-se que possa contribuir no campo acadêmico no sentido de promover estudos sobre as políticas de formação e inserção profissional. No campo acadêmico contribui também para a avaliação e até rearticulação da educação, das políticas de formação e inserção profissional.

Partimos do princípio que esse trabalho possui também relevância acadêmico-científica-social, no contexto dos estudos sobre formação do trabalhador, uma vez que, permite: conhecer o perfil do egresso; identificar se o mercado de trabalho está abarcando os jovens do ensino técnico profissionalizante, assim como saber se há alinhamento dos cursos ofertados pelo IFTM, Campus Ituiutaba, com os conhecimentos e habilidades, demandados pelo mercado de trabalho da região em estudo.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é proceder a uma análise da relação da política da educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba-MG e, posteriormente, proceder à discussão da empregabilidade no meio rural, mais especificamente na agroindústria rural, de jovens e adultos egressos do curso Técnicos em Agroindústria do período de 2008 a 2015.

Objetivos específicos

- a) Entender qual a intencionalidade da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos;

- b) Analisar a inserção dos egressos nos processos produtivos do meio rural, mais especificamente na agroindústria rural da microrregião de Ituiutaba no período de 2008 a 2015;
- c) Investigar a interação do IFTM com o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba;
- d) Verificar a efetividade da política para a formação de profissionais qualificados, tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã.

METODOLOGIA

Inquietudes e dúvidas da mestranda, autora desta dissertação, sobre determinadas situações relacionadas com trabalho, sociedade e educação, despertaram o interesse, em realizar uma pesquisa, por meios de processos científicos. Appolinário (2012) contribui com teorias relacionadas com a taxonomia desta pesquisa, assim como outros autores, que tratam sobre a fundamentação da pesquisa e procedimentos metodológicos, tais como: Cervo, Bervian e Silva (2007); Lakatos e Marconi (2010); Severino (2007); Inácio Filho (2007); Santos (2003) e Fuchs, França e Pinheiro (2013).

O estudo dos procedimentos metodológicos descritos por Santos (2003) permite perceber que no campo da Ciência há uma racionalidade científica, positivista, quanto ao método, que considera como válido aquilo que pode ser provado e testado cientificamente.

Entretanto, o aprofundamento sobre a revolução científica apresentada por Santos (2003) afirma que o modelo de ciência dominante, ou seja, da racionalidade científica, deve ser substituído pelo paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, considerado por este autor, também como um paradigma social. Seu trabalho evidencia práticas educativas e sociais que configuram um novo paradigma que busca romper com ideologias, valores, crenças e preconceitos.

Inácio Filho (2007) afirma que muitos alunos chegam às universidades com conceitos deturpados, e quase cristalizados. Fato que segundo este autor, dificulta a formação de um espírito investigador. A obra deste autor, intitulada “Monografia sem complicações” permite conhecer tanto os passos importantes na construção de uma monografia em nível de mestrado ou doutorado, quanto a outras questões relacionadas com o método, procedimentos e técnicas.

A metodologia escolhida para nortear essa pesquisa é materialista histórica, a escolha dessa concepção baseia-se no fato concreto, que esta concepção busca explicar a realidade da sociedade como ela é. A matriz teórica, adotada por seus precursores Marx e Engels, aponta

que o movimento dialético não ocorre no nível das ideias, como para Hegel (1980), mas no plano concreto das relações de produção, predominantes nas sociedades industriais.

Oliveira e Palafox (2014) destacam a importância do conhecimento acerca das limitações e possibilidades das perspectivas epistemológicas, para um olhar mais profundo do objeto. Estes autores afirmam que:

[...] as políticas públicas não se constituem repentinamente por meio das subjetividades das pessoas, mas são resultado de todo um movimento econômico, social, cultural e histórico. Do mesmo modo, as representações dos envolvidos na pesquisa, seja por meio de entrevistas, aplicação de questionários, etc., não se construíram isolados desses movimentos, ao contrário, para entender os pontos de vista desses sujeitos é preciso entender de onde eles “falam” e que elementos contribuem para a formação de seu pensamento. (OLIVEIRA; PALAFOX, 2014, p. 438).

Assim, a visão de mundo, o modo como os agentes compreendem a realidade, como se procede à formação de seu pensamento não pode ser desconsiderado, especialmente quando a pesquisa tem por objeto entender política pública educacional e a empregabilidade.

Este trabalho foi realizado em dois momentos. Num primeiro momento foram realizadas as pesquisas bibliográfica e documental e num segundo momento a pesquisa de campo. A natureza destas pesquisas é predominante qualitativa e a finalidade é básica, “ligada ao incremento do conhecimento científico, sem quaisquer objetivos comerciais” Classificadas também como descritivas, uma vez que “busca descrever uma realidade, sem nela interferir”. (APPOLINÁRIO, 2012, p. 62).

Inicialmente, visando atender as estratégias da pesquisa, quanto à fonte de informação, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva exploratória, em livros; periódicos; publicações científicas. Sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2007) afirma que:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Ainda, segundo este autor, a pesquisa bibliográfica, é indicada quando o pesquisador se propõe a levantar informações necessárias para melhor compreender determinado fato, ou fenômeno, sem se propor a resolver o problema. Corroborando sobre este tipo de pesquisa, Marconi e Lakatos (2010) afirma que a pesquisa bibliográfica é aplicável tanto à pesquisa descritiva, quanto à pesquisa experimental.

Vale ressaltar que Appolinário (2012) destaca a importância de não confundir “pesquisa documental” com “a fase documental da pesquisa”. Segundo este autor, “se a unidade utilizada para a coleta de dados for um sujeito, objeto ou fenômeno, essa será uma pesquisa de campo (embora também, utiliza documentos)”. Já se a unidade do que é pesquisado “é um documento (livros, revistas, filmes em VHS ou DVD, CDs ou fitas de áudio, prontuários arquivados, diários manuscritos, mapas, fotografias etc.), chamamos o estudo de pesquisa documental” (APPOLINÁRIO, 2012, p. 64-65).

Durante a pesquisa documental, foram consultados: 1) documentos eletrônicos, armazenados no banco de dados do INEP, a partir do marco histórico de 1990, em especial as Sinopses Estatísticas da Educação Básica, por apresentarem os dados organizados; 2) relatórios do MEC sobre a educação básica, em que está incluída nesta modalidade a educação profissionalizante, bem como, A Educação de Jovens e Adultos – profissionalizante (EJA profissionalizante); 3) documentos de dados secundários sobre os aspectos econômicos e sociais de Ituiutaba, obtidos a partir de consultas realizadas nas páginas da Internet do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro que permitiram o estudo do panorama do meio rural, em especial da região onde está localizado o IFTM, Campus Ituiutaba; 4) relatório de auditoria do Ministério Público e Controladoria Geral da União, com considerações sobre auditoria feita no IFTM e seus campus; documentos incluídos na página oficial do IFTM, Campus Ituiutaba: Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio; a Matriz Curricular do curso em estudo; a lista de empresas conveniadas para fins de estágios.

Foram analisados também: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) publicado por Haddad em 2008; o Documento Base, elaborado pelo MEC, em 2007 e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTM (2014-2018) elaborado pelo MEC/SETEC/IFTM, de 2013, com o intuito de obter informações que fundamentasse a discussão sobre as intencionalidades que cobre esta política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica; sobre a concepção de educação presente nestes documentos, bem como sobre os processos de interação do IFTM, Campus Ituiutaba com os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Por fim, procedeu-se uma Pesquisa de Campo, caracterizada por apresentar como unidade utilizada para coleta de dados, o sujeito, ou conforme Appolinário (2012, p. 64) prefere destacar a “a unidade observacional”.

A amostragem é não probabilística, escolhida por conveniência, em função da disponibilidade do sujeito em responder a pesquisa. O universo foi composto por egressos do

Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, do IFTM, Campus de Ituiutaba, das turmas que concluíram o curso em 2012, 2013, 2014 e 2015. Foram entrevistados 43 egressos que tiveram interesse em responder a entrevista, aplicada na última quinzena de setembro de 2016, sendo que foi aplicado apenas um questionário para cada sujeito entrevistado.

O procedimento de coleta de dados utilizado na pesquisa de campo foi à entrevista, estruturada, em que se utilizou do instrumento “questionário”. Os dados da pesquisa foram organizados, seguindo as orientações de Appolinário:

...as pesquisas qualitativas geram enorme quantidade de informações que precisam ser organizadas. A ideia básica aqui é identificar categorias, padrões e relações entre os dados coletados, de forma a desvendar seu significado por meio da interpretação e da comparação dos resultados com outras pesquisas e referenciais teóricos. (APPOLINÁRIO, 2012, p. 164)

O autor citado acima, também traz alguns princípios identificados considerados úteis na análise qualitativa de dados:

- a) A análise pode ocorrer desde o momento da coleta de dados: ainda em campo, o pesquisador reflete sobre suas observações e impressões, o que pode influenciar inclusive etapas posteriores de coleta de dados;
- b) O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não é rígido: diferentemente da análise quantitativa, não há testes de significância estatística que possam determinar que a análise chegou ao fim. Em pesquisas qualitativas, a análise chega ao fim com o surgimento de padrões e regularidades que possam ser objeto de atribuições de significado pelo pesquisador;
- c) O processo de análise inicia-se com a leitura de todos os dados coletados de uma vez só, depois, procede-se à categorização dos dados em unidades menores, mais significativas;
- d) O principal processo analítico utilizado é a comparação, ou seja, o pesquisador utiliza a comparação para construir e refinar as categorias e descobrir padrões;
- e) Ao final, geralmente, o pesquisador examina as categorias e padrões descobertos em face de teorias e resultados de pesquisas anteriores. (APPOLINÁRIO, 2012, p. 164).

Quanto à forma de analisar as entrevistas optou-se pela análise de conteúdo, pelo fato deste tipo de análise ter por finalidade básica “a busca do significado de materiais textuais, sejam eles de artigos de revistas, prontuários de pacientes de um hospital, ou a transcrição de entrevistas realizadas com sujeitos, individual ou coletivo”. Conforme afirmado por Apolinário (2012, p. 165). Este autor destaca também que:

[...] o produto final de uma análise desse tipo consiste na interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado – muito embora essas categorias possam já ter sido definidas a priori, segundo alguma teoria da preferência do pesquisador. (APPOLINÁRIO, 2012, p. 165)

Os procedimentos de análise de conteúdo também seguiram as contribuições Appolinário (2012, p. 166) e a técnica utilizada é a categorização de dados em “unidades analíticas” em que primeiramente transcreveu-se o texto original, fala dos sujeitos, depois procedeu-se a primeira redução (simplificação), em seguida procedeu-se a segunda redução (categorias/temas) e por fim procedeu-se a interpretação tendo em vista o problema de pesquisa, objetivos e referencial teórico adotado.

Este trabalho partiu da seguinte hipótese “a pesquisadora acredita que a escola profissionalizante e tecnológica não assume o papel de formação integral, portanto não prepara o cidadão tanto para o trabalho quanto para a vida cidadã”. Escolheu-se esta hipótese em vista de que a escola e a sociedade ainda enfrentam questões e dilemas históricos relacionados com trabalho e educação que não foram superados na prática pelas políticas adotadas no Brasil.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: Introdução, em que consiste na justificativa, os objetivos, os problemas investigados, a metodologia e esta apresentação do trabalho.

Seguida do Capítulo 1, intitulado “O trabalhador e o aperfeiçoamento dos processos produtivos: o setor agroindustrial rural”, em que são apresentados o processo de desenvolvimento humano e formação para o trabalho; processos produtivos e aperfeiçoamentos; aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural; globalização, desenvolvimento e modernização do Setor Agroindustrial Rural; Formação e qualificação de mão de obra; políticas para aperfeiçoamento dos processos produtivos de jovens e adultos do meio rural e inserção profissional.

O Capítulo 2, denominado “A expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos”, em que são apresentados as razões, princípios e concepções que norteiam a educação nacional, discutidos no PDE; histórico da expansão da educação profissionalizante e tecnológica até a transformação em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e criação do IFTM, contextualizados com acontecimentos históricos ligados às mudanças e desenvolvimento do Estado brasileiro, bem como a intencionalidade da expansão dos

Institutos profissionalizantes e tecnológicos; a microrregião de Ituiutaba e o setor produtivo agroindustrial rural de Ituiutaba.

Em seguida, o Capítulo 3 apresenta o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Neste capítulo é apresentado o histórico da criação do Campus Ituiutaba, desde a proposta em 2008, as metas iniciais de matrículas, a descrição da cidade de Ituiutaba, as bases econômicas deste município. E ainda são apresentadas considerações sobre o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio; a interação entre o IFTM - Campus Ituiutaba e o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba; a organização curricular do curso; os resultados e discussões das pesquisas bibliográfica e documental e os resultados e discussões da pesquisa de campo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre as informações levantadas, analisadas e discutidas destacando, limitações e possibilidades, bem como as contribuições deste trabalho para a Educação e ainda sugestões para outras pesquisas. E também, serão respondidos aos problemas e objetivos propostos, bem como haverá um posicionamento sobre a hipótese levantada.

No final desta dissertação foram elencadas as referências e os anexos que compõem este trabalho.

CAPÍTULO 1 – O TRABALHADOR E O APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS: O SETOR AGROINDUSTRIAL RURAL

É emblemático iniciar a discussão deste capítulo, apresentando as concepções sobre ser humano; de trabalho e educação; mais especificamente no meio rural agroindustrial, e em seguida aprofundar a discussão sobre processos produtivos e aperfeiçoamentos, uma vez que estes conceitos são chaves nesta pesquisa orientada pela concepção teórica Materialista Histórica Crítica.

Essa perspectiva, segundo Bottomore (2013, p. 404), fundamenta-se na concepção de que “o homem se distingue do ser meramente animal, e a atividade humana da atividade meramente animal, por uma dupla liberdade: o homem está livre da determinação instintiva e tem liberdade de produzir de maneira planejada e premeditada”. Segundo este autor, mesma página, nesta perspectiva há “o compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta, em oposição à reflexão filosófica abstrata” e ainda, há “a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana”.

1.1 Processo de desenvolvimento humano e formação para o trabalho

Inicialmente, faz-se necessário entender que todo ser, inclusive o ser humano, é matéria. Vieira Pinto (1979, p. 16) afirma que a matéria em estado de transformação constante, em certo momento, parte dela se diferencia num processo particular, que constitui a evolução biológica, geradora de todos os seres vivos. Esse ser possui sentidos, que são fundamentais para sua sobrevivência, além de passar por processos de desenvolvimento. Conforme afirmação deste autor:

É importante observar que concomitantemente com o processo de domínio cada vez maior da natureza, o homem se vai criando a si próprio, acelera o seu desenvolvimento como espécie biológica, cuja característica é o poder de produzir os bens de que necessita. O homem se hominiza ao humanizar, pelo domínio, a natureza (VIEIRA PINTO, 1979, 27).

Marx e Engels (2007, p. 86-87) apresentam as premissas da concepção materialista da história. Segundo estes autores “a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos”. Eles partem de pressupostos constatáveis empiricamente e reforçam que “não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas

pressupostos reais”. Percebe-se na obra destes, a desconstrução das concepções mística e metafísicas, dominantes nas representações religiosas sobre a origem o ser humano.

Ainda segundo Marx e Engels (2007), esse ser é um ser histórico-social e seu processo de formação é um processo contraditório e marcado por ideologias. Estes consideram o ser humano como um “ser histórico”, porque ele participa e se apropria de um processo histórico de produção de bens e relações de que necessita para sobreviver, e ainda, porque o que este ser vive no presente é fruto de determinações do passado.

Consideram também que o ser humano é um “ser social” porque este é um sujeito que não vive sozinho; vive em sociedade e sua atividade principal baseia-se no trabalho, modo pelo qual este transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, porém, uma vez satisfeitas, surgem novas necessidade.

Quanto ao processo de formação do ser humano ser considerado contraditório e marcado por ideologias, os autores citados fazem essa afirmação apontando as contradições, como do movimento real, em que a educação do proletariado é baseada nos interesses da classe burguesa. Desta forma, o processo de formação acaba-se afirmando os interesses da classe hegemônica capitalista e não os interesses da classe proletária que está recebendo a formação.

Esse processo também é marcado por ideologias, como as concepções dos ideários de desenvolvimento e progresso do setor produtivo, que são baseadas em competitividade, competências e individualismo. Assim, criam no trabalhador uma falsa consciência, ideologia, de que deve se capacitar cada vez mais, pois assim conseguirá adquirir competências e competitividade, e também que o trabalhador é responsável pela sua própria formação, para que consiga manter-se empregado.

Percebe-se, então, que o setor produtivo além orientar o processo de formação, ainda cria parâmetros de formação que fazem com que o trabalhador busque cada vez mais se encaixar para que este possa pertencer a um quadro de empregável e não de excluído, sem, entretanto, arcar com os custos ou incentivos para esta formação.

Faz-se também necessário, elucidar que o ser humano passa por processos de desenvolvimento e que nestes processos inclui se também o modo que o ser humano aprende e desenvolve seu conhecimento. O desenvolvimento do conhecimento em fases, começando pela fase do conhecimento reflexivo, passando pelo momento em que o homem toma consciência de sua racionalidade é discutido por Vieira Pinto (1979).

Destaca-se que este autor afirma que “com o saber aparece a capacidade de refletir sobre si mesmo” e que “o saber no homem se transmite pela educação e por isso é uma

transmissão de caráter social” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 28). Para o autor citado acima, o conhecimento é apresentado como propriedade da matéria viva e atinge a perfeição quando o homem se eleva ao plano da ciência, distinguindo-se do saber, pelo fato deste não necessitar de organização metódica do conhecimento. Percebe-se então uma diferenciação entre saber e Ciência.

Ciência, para Viera Pinto (1979, p. 30), é “a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem”, já o saber, para este, é apresentado como o conhecimento não organizado e não estruturado, segundo um método científico.

Vale ressaltar a colaboração do professor Lucena (2008) sobre a Ciência, em sua obra que debate sobre mundialização e Ciência Capitalista, este autor afirma que o capitalismo inventou formas de explorar a ciência, subjugando seus resultados aos seus interesses. Entretanto este autor adverte que para uma análise da sociedade capitalista, é fundamental problematizar a Ciência e não voltar a estágios anteriores negando a Ciência por ela mesma:

Agir no intuito de “apagar as luzes do mundo” e decretar a volta ao “fundo das cavernas” ou ao “topo das árvores”. O fundo da caverna possibilita ver o mundo por meio das representações daquilo que ele é, e, no topo das árvores, apesar da esplêndida visão que o céu estrelado proporciona, as próprias estrelas não estão onde o olho humano imagina que estejam: seu brilho e sua beleza são ilusões que possibilitam os homens adorarem algo que talvez nem mais exista há séculos (LUCENA, 2008, p. 92).

É importante retornar a obra de Vieira Pinto (1979, p. 16) para se compreender o processo de formação do conhecimento, segundo este autor é fundamental entender que parte-se de uma situação objetiva, de um dado concreto, de um fato social que diretamente fixa a posição de cada indivíduo singular num processo histórico.

Esse processo histórico para Marx (2013 p. 21) é ponto chave em sua teoria que critica a visão de ser humano “genérico, não histórico, que não considera o ser social determinado pela história de suas relações”. Marx e Engels (2007, p. 539) também partem do concreto e criticam os idealistas, que partem do abstrato “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. Percebe-se que para Marx e Engels, os filósofos que limitavam a interpretar o mundo de várias maneiras, num caráter contemplativo, sem, no entanto, fazer nada para mudar a realidade que estava posta, fruto das determinações históricas vivenciadas.

Contribuem também com esta discursão, o autor Egan (2002), com sua obra intitulada “A Mente Educada: os males da educação e a ineficiência educacional nas escolas” organizada com a intenção de desenvolver uma teoria de desenvolvimento educacional, em que este autor, apresenta uma proposta fundada na exploração da imaginação das crianças, por meio dos diversos modos de compreensão. Percebe-se que, segundo este autor, o ser humano possui vários modos de compreensão do mundo que carrega consigo longo da vida e refletem em seus modos de compreender o mundo e, portanto, em suas ações.

Segundo Egan (2002), esses modos são cinco, sendo que os três primeiros precisam ser superados para haver transformação, sendo esses: 1) somática, em que são desenvolvidas as compreensões sobre aprender a caminhar, reagir a ritmos e outros, modo inicial, fala por meio de expressões, passando para o modo seguinte; 2) místico, predominante a partir do momento em que se desenvolve a linguagem, entre dois e oito anos, em que há forte tendências em criar metáforas, acreditar em fantasias, mitos; 3) romântico – modo de compreensão em que a criança tipicamente deixa de acreditar em mitos, fantasias fábulas e outros habitantes de terras encantadas, percebe-se uma transição para o mundo adulto, em que é caracterizado por grande capacidade de fazer associações, por exemplo capacidade de criar heróis, aqueles que irão resolver os problemas e que gostariam de ser semelhantes, exemplo: heróis do futebol;

Já os quanto aos modos: 4) filosófico seu aspecto central é o pensamento teórico sistematizado, nesta fase se elimina a compreensão romântica e mítica. 5) irônica - em que é evidente a reflexão, transforma a dúvida em possibilidades, traz consigo as demais formas de compreensão do mundo. O autor afirma ainda que o modo filosófico leva ao modo irônico.

Ainda, segundo este autor, em cada ser humano há uma mistura dos tipos de compreensão do mundo, portanto, suas ações são consequências desta compreensão. O ser humano somente seria capaz de provocar uma ruptura, problematizar a Ciência e provocar alguma transformação caso consiga chegar ao modo que lhe permita uma reflexão, que é o modo irônico.

Percebe-se que o trabalho de Egan (2002) contribui para o estudo dos aperfeiçoamentos dos processos produtivos, pois estes aperfeiçoamentos surgem vias políticas, e essas políticas são frutos de projetos e ações de seres humanos, atores agentes, que muitas vezes, ainda não estão em um modo avançado de compreensão de mundo e, portanto, não conseguem sistematizar um pensamento teórico, eliminando a compreensão romântica e mística para chegar numa compreensão que lhe permita refletir sobre as reais possibilidades

de suas medidas para as sociedades, que passam por diversas determinações históricas no seu processo de produção de seus meios de vida.

Marx e Engels (2007, p. 87) afirmam que “Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”. Segundo estes autores produzir seus meios de vida é uma condição que distingue os homens dos outros animais. Portanto percebe-se que é pela práxis que o homem inventa o seu próprio ser. Para estes autores, este ser ao tentar transformar o mundo pode se deparar com ideologias dominantes que precisarão ser desmascaradas.

Bottomore, sobre ideologia, aponta que:

[...] a crítica de Marx e Engels procura mostrar a existência de um elo necessário entre formas “invertidas” de consciência e a existência material dos homens. É essa relação que o conceito de ideologia expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica. (BOTTOMORE, 2013, p. 293)

Percebe-se que as Contribuições dos clássicos Marx e Engels são fundamentais para o entendimento da existência material dos seres humanos, bem como sobre o processo de consciência, desconstrução de ideologias. Na sequência deste trabalho, apresenta-se a discussão sobre processos produtivos e aperfeiçoamentos.

1.2 Processos produtivos e aperfeiçoamentos

Bottomore (2013, p. 475) ao tratar sobre o conceito de produção, conforme o pensamento marxista, afirma que: “toda a sociedade é caracterizada por uma configuração definida de Forças Produtivas e Relações de Produção, constituídas social e historicamente e que formam a base sobre a qual repousam outras relações econômicas e sociais”. As forças produtivas e relações de produção determinam historicamente outras relações na sociedade.

A Obra “O Capital” de Marx (2013) apresenta a negação de Marx sobre acusação feita a ele quanto à publicação de seu escrito “Contribuição à crítica da economia política (1859)”. Marx considera correta sua crítica para a época em que viveu, e não para épocas anteriores, pois em sua época o mundo era dominado por interesses materiais.

Um olhar sobre os interesses que norteiam nossa realidade, em 2016, permite perceber que até hoje, prevalecem os interesses materiais da época de Marx, portanto considera-se que a afirmação de Marx, transcrita abaixo, é válida para descrever os processos atuais.

[...] os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que a “estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de “consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral [...] (MARX, 2013, p. 156-157).

Marx (2013, p. 255) expõe sobre processo de trabalho, desde momentos simples, afirmando que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, sendo que ao longo deste movimento descrito por Marx “o homem modifica sua própria natureza”. Este autor ainda pressupõe “o trabalho como uma forma que diz respeito unicamente ao homem” e, ainda, que “existe um intervalo de tempo a esta forma instintiva, animalescas e o estágio em que o trabalhador se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho”.

Sobre o conceito de trabalho, Marx em “O Capital” traz que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços, e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255).

Marx define meios de trabalho “como sendo uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (2013, p.256). Como exemplo cita a própria terra, para servir na agricultura além de outros, como ferramentas, conchas. O uso e criação de meios de trabalho são apresentados, por este autor, como uma característica do homem, “um animal que faz ferramentas” (MARX, 2013, p. 257).

Este tipo de produção, segundo o autor citado, refere-se a:

Apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p. 261)

Ao longo desta obra de Marx, o processo de trabalho é descrito como uma atividade em que a finalidade é a produção de valores de uso. Vale ressaltar o que Marx afirma sobre a

produção de mercadorias no sistema capitalista. Segundo este autor, na produção de mercadoria, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa, que se ama por ela mesma. É substrato material, suportes do valor de troca, por este motivo Marx afirma que o capitalista quer produzir valor de uso que tenha valor de troca, ou seja, que seja destinado à venda, portanto, para Marx o processo de produção também é um processo de formação de valor.

Percebe-se, na obra de Marx (2013, p. 503), que com o avanço tecnológico de sua época, com a máquina, o meio de trabalho se converte em concorrente do trabalhador. O manuseio de ferramentas, por exemplo, é transferido para a máquina, e assim novas formas de produzir vão surgindo, em que cada vez mais o trabalhador não é necessário. Hobsbawm (2015) corrobora com esta discussão acrescentando que o trabalho do trabalhador se torna mais caro que o das máquinas.

Um olhar amplo sob o movimento das diversas formas de organização e produção atuais provenientes dos avanços tecnológicos e inovações, permite perceber que as realidades dos setores produtivos na atualidade, estão também tomando novas formas, que são refletidas na construção de espaços de produção, discutidos e construídos conforme as intenções do setor produtivo.

Importa dizer, que na atualidade o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, ou processos produtivos, além de exigir uma revisão nas estruturas das organizações mantêm uma relação direta com as políticas adotadas pelo Estado, sejam elas: de aperfeiçoamento dos processos produtivos, de desenvolvimento, de escolarização e formação dos cidadãos e de inserção profissional, ou seja, as mudanças nas estruturas influenciam diretamente a superestruturas.

Hobsbawm (2015) discute o processo de reestruturação produtiva a nível mundial, durante o século XX, segundo este autor os processos produtivos passaram por aperfeiçoamentos, importantes transformações, em especial com o avanço das tecnologias, com a internacionalização e mundialização dos negócios, onde empresas migraram de países desenvolvidos para países com mão de obra barata e em que os Estados ofereciam outros incentivos. Percebe-se que esta reestruturação procedeu-se via políticas e aperfeiçoamentos dos processos produtivos, com a inserção de novas técnicas, tecnologias e formas de organização.

A discussão sobre as consequências destes processos de aperfeiçoamentos para o trabalhador é interessante, ajuda a desconstruir as ideologias de progresso, uma vez que o autor citado acima afirma que as mudanças no setor produtivo não garantem aos trabalhadores novos postos de trabalho. Há, na verdade, uma redução no número de oferta de emprego,

sendo que o autor enfatiza ainda que este fato não é “cíclico e sim estrutural”, permitindo inferir que houve alteração nas estruturas produtivas em favor da produção, mas não houve política de geração de emprego e inserção profissional suficientes (HOBBSAWM, 2015).

Percebe-se que o trabalhador se torna mais caro que a máquina, uma vez que a máquina faz o serviço de vários trabalhadores e o interesse do setor produtivo no trabalhador é apenas para que este, com seu salário, compre o produto de sua produção, uma vez que Marx (2010) afirma que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador.

Corroborando com essa discussão do processo de reestruturação produtiva a nível mundial, Hirata também apresenta uma tese sobre as consequências das mudanças tecnológicas e organizacionais na empresa, configurando como um novo paradigma produtivo no início da década de 1980. Segundo esse, fatos como o incremento das inovações organizacionais e tecnológicas e a descentralização e abertura ao mercado internacional levam “ao novo conceito de produção, que exige uma massa de conhecimentos e atitudes diferentes das qualificações formais” (HIRATA, 2013, p. 130), já requeridas.

A tese da polarização das qualificações, desta autora, em seguida defende também que “a modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro um punhado de trabalhadores superqualificados” (HIRATA, 2013, p. 131), além de reforçar a divisão do trabalho. Percebe-se que o avanço tecnológico é muito rápido, sendo que o trabalhador está em constante busca por qualificação, a qual perde valor rapidamente.

Desse modo, o trabalhador, apesar de toda qualificação, não consegue emprego, pois quando está qualificado para exercer uma atividade, surgem novas exigências do setor produtivo que fazem com que o trabalhador passe a ser considerado desqualificado. Por outro lado, quando consegue se qualificar, acabam tendo que se submeter a aceitar empregos que exigem menos qualificação, pois a rapidez nos avanços tecnológicos leva a as mudanças seletivas, ou seja, sempre valoriza os mais qualificados, mesmo que as atividades não exijam, além de não criar novos empregos, confirmando as considerações de Hobsbawm (2015).

Além destas questões, Hirata, ressalta que o discurso empresarial sobre competência é difícil de colocar em prática. Enfatiza ainda que:

As ações de requalificação não têm a mesma extensão, nem o mesmo alcance, nem a mesma significação as mulheres e para os homens, e a formação pode ser o lugar mesmo da incompetência técnica das mulheres. [...] dois setores coexistem, um flexibilizado (masculino) outro taylorizado (feminino) [...] (HIRATA 2013, p. 136).

Somando a isso, o problema deste modelo de competência é apontado como sendo a não remuneração pelas novas competências dos trabalhadores, e ainda o não reconhecimento da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, em que através de uma definição restrita, exclui todo o trabalho que não seja diretamente produtivo e industrial.

Ao discorrer sobre esse modelo de gestão e estratégia, é afirmado que:

Trabalhadores estes levados no novo modelo de organização do trabalho a uma participação na gestão da produção, a um trabalho em equipe e a um envolvimento maior nas estratégias de competitividade da empresa, sem ter necessariamente uma compensação em termos salariais. (HIRATA, 2013 p. 133)

No Brasil, Previtali (2011) aponta que o processo de reestruturação teve início na década de 1980 e foi mais intensificada a partir da década de 1990. Mudanças relacionadas à introdução de tecnologias e inovações organizacionais passaram a caracterizar o setor produtivo. No meio rural, surgem as agroindustriais e várias outras inovações tecnológicas e científicas. Essas mudanças têm sido significativas e seletivas:

Embora estas inovações possam criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural, as novas tecnologias e mudanças organizacionais introduzidas na agricultura, são altamente seletivas em relação ao uso de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional. (PREVITALI, 2011, p. 57).

Corroborando com esta discussão sobre reestruturação no meio rural, Ianni (2004) aponta que a força de trabalho assume as configurações que o sistema econômico impõe, e assim, o peão se transforma em tratorista e mecânico, rumo ao desenvolvimento da especialização das atividades produtivas.

Percebe-se pelas contribuições do autor acima, que assim como o meio urbano, o campo também é afetado, pelas novas configurações que a força de trabalho assume. O trabalhador que morava dentro da propriedade rural, que tirava dela grande porcentagem do essencial ao seu sustento, agora reside na cidade, paga aluguel e compra com o seu salário o que pôde para suprir suas necessidades e de seus familiares, ou reside no meio rural, mas exerce atividades não agrícolas, conforme já mencionado.

O fim do campesinato é discutido por Hobsbawn (2015. p. 284), na parte dois de sua obra “A era dos extremos”, mais especificamente na parte em que este autor discute sobre a Revolução Social, que ocorreu na “Era de Ouro”. Fato que chama atenção nessa discussão é que se percebe que realmente, nesse período, houve uma ruptura, pois “desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e de seu gado ou recorria ao mar para pescar”.

No Brasil, Ianni (2004) também faz esta discussão e aponta que o “êxodo rural”, as migrações do campo para as cidades e a implantação da mentalidade capitalista no meio rural afetaram e provocaram ruptura no complexo rural tradicional, ou seja, nos segmentos que apresentam estruturas organizacionais baseadas no modelo familiar e na produção agropecuária.

Também contribuem com a discussão sobre a reestruturação produtiva no meio rural, os autores Martins et al. (2014, p. 1141), que discutem os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira. Estes apresentam que o Sistema Agroindustrial do Leite se estruturou para adequar-se à competição do mercado, tanto no cenário interno quanto no externo.

Essas mudanças foram inclusive em níveis de especialização de mão de obra, visando tornar os produtos mais competitivo, devido principalmente ao fato que no mercado nacional houve a inserção de empresas multinacionais. Esta inserção de empresas multinacionais é discutida, também, por Hobsbawm (2015, p. 272), quando este autor trata da transnacionalização e da nova divisão internacional do trabalho.

Hobsbawm (2015) aponta as implicações da transnacionalização para os países desenvolvidos, que tiveram suas indústrias migradas para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimentos e consequentemente sofreram com questões de desemprego e empregabilidade de seus cidadãos, além de outras questões ambientais e sociais. E ainda, apresenta as implicações para os países menos desenvolvidos, que receberam estas novas empresas, multinacionais, e consequentemente tiveram que provocar alterações em sua superestrutura: legislação, políticas, educação, formas de associações sindicais e outras para adequar ao novo padrão de produção transnacional.

Deste modo, essas mudanças nos processos de produção, em especial a mentalidade capitalista faz com que recorremos à obra de Marx, que permite inferir que o homem planeja todo o seu trabalho. Para Marx, o trabalho é um pressuposto que pertence exclusivamente ao homem.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a construção de suas colmeias. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013, p. 255-256)

Retomando as contribuições de Balsadi (2001) percebe-se a complexidade de fatores que condicionam as mudanças no meio rural e os desafios para o desenvolvimento sustentável. Este autor, foca o meio rural, mas também aponta as similaridades entre os

mercados de trabalho urbano e rural, as dinâmicas envolvidas, as demandas por novos perfis de trabalhadores e o surgimento de novas necessidades, no meio rural.

Carlos Américo Basco, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no prefácio pelo IICA, 2008, da Série “Desenvolvimento Rural Sustentável”, escreve o conceito básico de articulação de políticas públicas, segundo ele, refere-se “à atividade desenvolvida por duas ou mais instituições que buscam aumentar o valor de seu serviço, por meio de trabalho em conjunto ou coordenado, em lugar de fazê-lo de forma separada”. Segundo Basco, esta articulação se dá em nível internacional com as chamadas “cúpulas”, reuniões presidenciais para discutir políticas para países, assim como também se dá em nível nacional, estadual, municipal e local.

Compondo a série do IICA, Bacelar (2008), ao tratar sobre o “contexto mundial e as diversas visões de território e de desenvolvimento sustentável”, afirma que:

O debate sobre as políticas públicas e sua territorialização, tem a ver com o momento em que nós vivemos – um processo muito avançado de globalização. Inicialmente, porque os territórios transformam-se, cada vez mais, em palco de operação dos grandes agentes mundiais, que são capazes de operar em centenas de territórios ao mesmo tempo. (BACELAR, 2008, p. 15).

As razões apresentadas por Bacelar para esse fato é que esses agentes difundem seus padrões nos diversos territórios onde atuam. Reflexões sobre este assunto permite aferir que cada vez mais, há uma tendência de homogeneização, e também que é possível identificar em cada território atributos e padrões que não são seus.

Nesta pesquisa, essa identificação dos atributos dos territórios urbano e rural, bem como as mudanças ocorridas nesses ambientes são apresentadas e discutidas, bem como as políticas de aperfeiçoamento de processos produtivos, de formação do cidadão e inserção profissional. Corrobora-se assim com Bacelar (2008, p. 33-34) que considera que: “é no território que o crescimento econômico se traduz em emprego, conservação, estabilidade social e política, coesão e enraizamento da cultura”, e ainda que é o local onde é se concretiza a interdependência entre os atores sociais, agricultores familiares, atuantes em médias e grandes empresas, em níveis nacionais e internacionais.

A seguir este trabalho discute o aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural. Percebe-se, até mesmos pelas similaridades entre o meio urbano e rural, já apresentadas pelos teóricos que fundamentam esta dissertação, que as questões e dilemas, do setor produtivo, discutidas por Marx e Engels, predominantes na indústria, em sua época, são

contemporâneas, pois categorias como estranhamento e alienação são presentes na atualidade e também neste novo cenário rural.

1.2.1 Aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural

A efetividade do aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural é uma realidade. As mudanças ocorridas nos últimos anos transformaram efetivamente a realidade do trabalho no campo. Bacelar (2008, p. 21) afirma que nos anos de 1990 o Brasil mergulhou de cabeça na globalização da esfera produtiva, avançando na desnacionalização de seu parque produtivo, e apresenta dados importantes: antes do Plano Real, 5% do PIB brasileiro era produzido por transnacionais e esse percentual passou para 20% após o Plano.

Esta autora destaca que apesar do crescimento modesto da economia, há uma redução na desigualdade; esta afirmação é feita ressaltando o fato da população do interior estar crescendo mais do que a das grandes cidades litorâneas. Reflexões sobre estas mudanças permitem inferir que o trabalho está passando por transformações.

A análise das transformações no mundo do trabalho permite inferir que essas afetaram os processos produtivos em todos os setores e não ocorreram apenas nas áreas urbanas. No campo, o aperfeiçoamento dos processos produtivos também provocou efetivas mudanças nas realidades. Conforme Ianni (2004), o número de famílias que viviam no campo reduziu-se acentuadamente: o trabalhador deixou de morar dentro das fazendas e de ter vínculos com os patrões e se transformou em apenas um assalariado, que vende sua força de trabalho. O autor destaca que “a fazenda é definida como empresa organizada e o trabalhador deve habitar fora dela. Compra-se a força de trabalho avaliada em dinheiro e de onde o trabalhador retirava antes seus meios de subsistência, levaria somente o salário” (IANNI, 2004, p. 113).

Observa-se também que esse trabalhador, muitas vezes, não mais utilizava o meio rural para tirar seu próprio alimento, nem para seu lazer, portanto, o trabalhador do campo pode enfrentar o mesmo estranhamento que o trabalhador urbano já enfrentava. Todavia, Balsadi (2001) já apresentou que com esse processo de reestruturação surgem novas dinâmicas no meio rural que são capazes de proporcionar novas formas de emprego, ou seja, novas formas de possibilidades de geração de renda, assim como novas formas de exploração e precarização também. Hobsbawm (2015) aponta que os avanços tecnológicos alteram os processos produtivos sem que haja melhoras as condições de trabalho para o trabalhador, pois, nessa reestruturação, o interesse do setor produtivo pelo trabalhador se dá somente por vê-lo como consumidor.

Reflexões sobre o estranhamento no trabalho com base nas considerações de Marx (2010) e contribuições de Balsadi (2001) especialmente sobre mudanças na estrutura das propriedades rurais, a partir dos anos de 1980, em que com o avanço tecnológico e organizacional, proporcionou o surgimento neste ambiente de novas atividades e ocupações pelo trabalhador, permitem inferir que o novo trabalhador rural também pode passar por processo de estranhamento em seu trabalho.

Balsadi afirma que há também a externalização de serviço, no meio rural e, ainda, que: “é comum a exploração e precarização do trabalho por empresas contratadas” (BALSADI, 2001, p. 162). Percebe-se que indivíduos do campo passaram a fazer parte de novas dinâmicas que até então não pertenciam as suas rotinas de seu trabalho, envolvendo outras organizações externas, com processos de trabalho estranhos aos homens do campo.

Marx examina o estranhamento do trabalho sobre dois aspectos:

1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho como ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. [...] O estranhamento de si, tal qual acima o estranhamento da coisa (MARX, 2010, p. 83).

Este autor afirma que “o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir” (MARX, 2010, p. 82). Ou seja, trabalho se torna estranhado, pois o trabalhador realiza o trabalho, mas este trabalho, não lhe pertence e nem o trabalhador se reconhece nele. Nesse contexto, o setor produtivo cria novas regras, padrões, metas e exigências, que o trabalhador acaba aceitando como válidas e verdadeiras e busca na medida que pode se adaptar.

Marx e Engels (2007), em “Ideologia Alemã”, discutem a forma como os trabalhadores são mantidos como “força de trabalho alienada”. Processo pelo qual segundo estes autores, o trabalho alienado retira a humanidade das pessoas. E assim, as pessoas alienadas tentam se adequar dentro de estruturas postas, como, por dentro do mercado de trabalho atendendo as exigências de qualificação.

Percebe-se que no meio rural os avanços tecnológicos e as mudanças, ocorridas nos últimos anos no setor do agronegócio pode provocar esse mesmo estranhamento e alienação,

nos sujeitos do campo, que não conseguem acompanhar esses avanços e nem se manter domínio sobre todo o processo de trabalho imposto no cenário rural atual.

Dilemas similares a esses têm sido discutidos por autores como Hentz, Oliveira e Batella (2013) ao trazerem a questão, que ocorreu no oeste catarinense, em que as agroindústrias se aproveitaram do potencial da força de trabalho familiar e implementaram o modelo designado “sistema de integração” que consiste num contrato normativo de parceria entre o produtor familiar e a agroindústria.

Sistema esse que Hentz, Oliveira e Batella (2013) consideram que exclui aqueles que não se adequam às novas regras, ou seja, as exigências do mercado, além de fazer uma série de exigências aos proprietários das terras, de adequação das estruturas produtivas, sem, no entanto, pagarem por estas mudanças.

No que tange ao processo de integração no segmento agroindustrial, Lombardi, Lucena e Ferri (2003) afirmam que a empresa integradora determina ao produtor o que produzir, como produzir e para quem produzir, além de influenciar no processo de formação. Estes autores ainda discutem o processo de formação e qualificação neste sistema de integração, no qual os produtores recebem treinamentos voltados para transmissão de conteúdos e procedimentos e, desta forma, há um esvaziamento da independência e da forma de saber do produtor.

Percebe-se que o treinamento é sobre rotinas operacionais, e o saber é transmitido conforme a necessidade do setor produtivo. Quanto à questão da qualificação, estes autores afirmam que: “embora em alguns setores produtivos precisa-se realmente de qualificação diferenciada, em outros a qualificação é um mero requisito ideológico utilizado para dividir os trabalhadores” (LOMBARDI; LUCENA; FERRI, 2003, p. 164).

Lombardi, Lucena e Ferri (2003) destacam também a diferenciação dos termos qualificação e capacitação, enfatizando que não são sinônimos. A capacitação consiste no simples treinamento para o exercício profissional, cabendo às empresas viabilizarem o treinamento de sua força de trabalho, sem que haja elevação do saber do trabalhador. Já a qualificação está relacionada ao nível de escolaridade.

Importa dizer que essas exigências e novas formas de trabalho capturam do trabalhador suas subjetividades e estes passam a trabalhar de forma alienada, uma vez que não conhecem mais todo o processo produtivo e se submetem a exigências e padrões de organizações estranhas a eles. Desta forma, o trabalhador age segundo interesses do setor produtivo, que no sistema capitalista visa mais interesses materiais, o lucro, do que proporcionar condições dignas de trabalho.

Ao lado do aperfeiçoamento dos processos produtivos, ocorrem também alterações nas condições de trabalho e vida dos cidadãos. Navarro e Padilha (2009) relatam como questões relacionadas com trabalho e emprego desafia a humanidade. Segundo estes autores, cada vez mais, ouve-se falar que o desemprego aumentou e que não há trabalho, e quando há, este trabalho ocorre em condições que colocam em risco a saúde mental e física do trabalhador.

A eliminação de empregos formais em diferentes ramos produtivos e/ou em serviços, observada nos países centrais e nos periféricos do capital (recentemente rebatizados como emergentes) se processa concomitantemente com a crescente precarização do trabalho. O trabalho passou então a ser regido, em boa medida, por contratos não formais, por tempo limitado, remunerado com baixos salários, sem a cobertura da seguridade social, frequentemente realizado em ambiente insalubre e, muitas vezes, no próprio domicílio do trabalhador. (NAVARRO; PADILHA, 2009, p.7)

Reflexões acerca das mudanças em processos produtivos do meio rural, no tocante à questão da flexibilização, eliminação de empregos formais e precarização do trabalho, também já foram discutidos por Balsadi (2001). O autor descreve novas dinâmicas, inclusive quanto à industrialização no meio rural e outras similaridades com o meio urbano, permitindo afirmar que a externalização do trabalho no meio rural também tem contribuído para dilemas como precarização e perda de benefícios. Há de se pensar também que este autor considera que o meio rural atual não é somente agrícola, pois existem novas configurações do trabalho que exigem novas formas de organização e realização de atividades.

Percebe-se que as mudanças no meio rural apontam para realidades que são desafios, mas também indicam possibilidades, pois estes autores afirmam que há nichos de mercados urbanos específicos, como é o caso dos interessados por produtos orgânicos, ou sem agrotóxicos, bem como por um desenvolvimento sustentável.

Diante de desafios e potencialidades no meio rural, e a fim de elucidar mais sobre esse assunto e oferecer subsídios à reflexão, é importante aprofundar na discussão sobre globalização, desenvolvimento e modernização do setor Agroindustrial Rural.

1.2.2 Globalização, desenvolvimento e modernização do setor agroindustrial rural

Hobsbawm (2015) discute a tensão entre o processo de globalização acelerado e a incapacidade das Instituições públicas e do comportamento dos seres humanos que se acomodaram nesse processo. Este autor ainda afirma que os avanços tecnológicos e as inovações não foram capazes de criar empregos de forma proporcional a tantas mudanças, e ainda considera que esta é uma questão estrutural.

Reflexões acerca da obra deste autor permitem compreender que a alteração na forma de processos de trabalho e o aumento do desemprego foram as mudanças mais marcantes relacionadas com o mundo do trabalho. Percebe-se o avanço tecnológico foi grande e contou com processos de inclusão de máquinas e automação e, por outro lado, o trabalhador ficou à mercê da competitividade. Assim, começou a se submeter a condições cada vez mais precárias, passando a atuar na economia informal ou através de relações de trabalho flexíveis, em condições que até mesmo os sindicatos perderam o poder de negociação e representação.

Percebe-se, portanto, que essa instabilidade ocorreu em diversos setores, inclusive no meio rural, e que os efeitos foram devastadores para os países pobres uma vez que vários desafios foram postos, além de grandes incertezas. O desenvolvimento e modernização do meio rural também apresentam como aspectos mais visíveis o desemprego na agropecuária tradicional devido à expressiva quantidade de máquinas agrícolas, as realizações da química agrícola, a criação seletiva e a biotecnologia, além da redução da população agrícola a uma porcentagem menor.

Hobsbawm (2015, p. 285) aponta que “os países industrializados e desenvolvidos, também se transformaram em grandes produtores agrícolas para o mercado mundial”. Ainda ressalta que, com a mundialização, os países ricos ditam as regras e, portanto, o que ocorre em um, afeta os outros, por exemplo, a crise na agricultura brasileira, que sofreu os impactos da crise mundial de 1929.

No Brasil, as mudanças no ideário do Estado rumo ao processo de internacionalização, foram justapostas por mudanças também na legislação brasileira. Inclusive o conceito de empresa nacional que, antes, a Constituição diferenciava de empresa estrangeira, deixou de existir; assim, as empresas radicadas no país passaram a serem consideradas empresas nacionais. Reflexões sobre este assunto permitem perceber que este foi um dos instrumentos para facilitar o lobby das empresas internacionais para facilitar o processo de privatização das empresas estatais.

Bacelar (2008), ao discursar sobre política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios, apresenta a tendência de se construir um conceito complexo de “desenvolvimento”, diferente do conceito que dizia a respeito apenas do crescimento econômico, em que ser desenvolvido era produzir bens industriais. Segundo essa autora, cada vez mais se firma a visão de que não é qualquer crescimento econômico que se interessa e que há de se conciliar crescimento com a satisfação das necessidades das pessoas e com as questões ambientais. Desta forma:

Promover o desenvolvimento territorial requer mais que meros esforços de regionalizar políticas públicas nacionais, estaduais ou outras. Parte-se do território com seus atributos e sua história, seus agentes, e sua cultura, suas instituições e sua base de recursos. (BACELAR, 2008, p. 26)

Perico (2008) descreve sobre um conjunto de aspectos de crucial importância no desenvolvimento afirmando que não é possível defender a divisão entre meio urbano e meio rural. Não negando as especificidades de cada um desses espaços, este autor afirma que “a articulação de políticas se torna artificial quando se pretende separar o urbano do rural” (PERICO, 2008, p. 53-54). Esse autor afirma que o tratamento segmentado é um impedimento para o desenvolvimento baseado em visões sistêmicas.

Corroborando com esse posicionamento, os pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, Sergio Pereira Leite, Nelson Giordano Delgado, Philippe Bonnal e Karina Kato (2008) afirmam que o debate sobre desenvolvimento territorial rural se fundamenta, em primeiro lugar, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade regional. Afirmam ainda que, pela primeira vez na história nacional, se observou um processo de redução na pobreza rural no Brasil, apesar de seu nível continuar elevado.

Hentz, Oliveira e Batella (2013, p. 55), ao tratarem sobre modernização agrícola, aponta que a partir de meados da década de 1960, diversas transformações foram implementadas no campo. Esses autores destacam que o conceito de modernização não apenas se referindo as modificações de bases técnicas, mas também a modernização na organização da produção e das relações de trabalho. Segundo os autores citados: “com a modernização os agricultores de subsistência vão perdendo lugar para as empresas rurais, sendo o lucro condicionante desse processo em que cada vez mais o capital se impõe na agricultura” (HENTZ; OLIVEIRA; BATELLA, 2013, p. 55), afetando, assim, as formas de produção agrícola em diferentes regiões do Brasil.

O relatório de pesquisa feito pelo IPEA em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta o perfil da agroindústria rural no Brasil. Segundo esse documento:

Ao se falar de agroindústrias, pode-se incluir desde aquelas localizadas em propriedade de agricultores familiares ou não familiares, até as grandes agroindústrias que se encontram no espaço urbano ou rural e muitas vezes não possuem qualquer ligação com a população rural, apenas obtendo dos agricultores os produtos in natura para industrializá-los. Observando apenas aqueles empreendimentos localizados no espaço rural, atualmente nota-se que as agroindústrias familiares e não familiares têm se expandido e obtido

crescente reconhecimento institucional e acadêmico. (IPEA/UFRGS, 2013, p. 57)

Esse relatório confirma as afirmações dos autores citados anteriormente, pois também destaca que os espaços rurais estão passando por mudanças, em virtude da modernização agrícola e da integração agroindustrial. Essas modernizações levam à exclusão de muitos agricultores que não conseguem acompanhar, ou por falta de recursos, ou por não conseguirem acompanhar às exigências da agroindústria convencional.

Entretanto, posteriormente neste documento é apontado que “apesar desta situação de exclusão, os agricultores alargaram seus horizontes e perceberam outras possibilidades de geração de renda, direcionando-se para a agregação de valor às matérias primas que já eram produzidas na propriedade” (IPEA/UFRGS, 2013, p. 58). Além disto, houve a criação de programas e políticas públicas que têm aprimorado as experiências de processamento de alimentos no meio rural.

Locatel chama atenção para a realidade brasileira que é marcada contradição de concentração de rendas e desigualdade social extrema. Com relação às mudanças no nível técnico na agricultura, esse autor afirma que:

[...] a ampliação da integração da agricultura e dependência em relação à indústria, contribuíram para consolidar a industrialização do país, e para dar início, ainda nos anos de 1960, ao que foi denominado de “industrialização da agricultura”, ou seja, a estruturação dos segmentos industriais fornecedores de bens de capital e intermediário para a agricultura. Assim o novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impões suas demandas ao setor rural e passa a condicionar suas transformações que vão culminar nos anos de 1970 na constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) [...] (LOCATEL, 2012, s/p).

Sobre esse aspecto, o autor citado acima, afirma que a tecnificação da agricultura foi determinada pela formação dos Complexos Industriais, que de certa forma impôs nova dinâmica ao meio rural como alterações nas formas de organizar, produzir e comercializar. Portanto, neste novo cenário outros requisitos foram postos à educação, no tocante à formação e qualificação para a inserção profissional.

1.2.3 Formação e qualificação de mão de obra

Hobsbawm (2015) aponta que com os avanços tecnológicos, como transnacionalização, globalização e divisão internacional do trabalho, veio também a questão fundamental do desemprego e a dificuldade do trabalhador em conseguir se qualificar para acompanhar as mudanças constantes no mundo do trabalho e, assim, garantir sua

empregabilidade. Segundo este autor, com as mudanças nos processos de trabalho, houve aumento de atividades que exigem o ensino médio e superior. Reflexões sobre essas mudanças permitem perceber o setor produtivo como instável e de difícil inserção profissional, especialmente para aqueles não qualificados, considerados não empregáveis pelo mercado, uma vez que os empregos podem ser ocupados pelos mais qualificados.

Castel (2015) discute as políticas que enfatizam a qualificação para garantir a empregabilidade e enfatiza que estas políticas é uma visão otimista da “crise” e que um problema mais grave é a possível não empregabilidade dos qualificados. Refletindo sobre as considerações deste autor, é possível perceber a questão da empregabilidade como uma ideologia, pois em uma crise até mesmo os mais qualificados podem não conseguir manterem seus empregos ou se tornarem empregáveis novamente.

Outros autores como Kuenzer e Grabowski (2006), Ferreti (1997) e Helal (2005) discutem o processo de formação, qualificação do trabalhador e a empregabilidade. Nas contribuições destes autores percebe-se que as transformações sociais e produtivas têm impactado nas demandas de educação do trabalhador. O setor produtivo passou a exigir da força de trabalho, além de conhecimentos tácitos, o domínio do trabalho intelectual, e ainda novas habilidades como agilidade, facilidade de trabalhar em equipe e lidar com mudanças, capacidade de assumir riscos e flexibilização.

Reflexões sobre estas considerações permitem inferir que estas mudanças trazem para o trabalhador uma preocupação constante em manter seu emprego, ou seja, em garantir sua empregabilidade. Helal (2005, p. 3-4) afirma que “empregabilidade é um fenômeno, complexo e determinado por diversos fatores” e ainda que “a empregabilidade é vista como capacidade de adaptação da força de trabalho diante das novas exigências do mundo do trabalho e das organizações”. O discurso Neoliberal do setor produtivo acaba responsabilizando o indivíduo pelo seu emprego, assim como pelo seu processo de formação.

Kuenzer e Grabowski (2006) discutem as transformações sociais e os impactos nas demandas de educação do trabalhador, que atualmente é lastreada na concepção de competências. Sobre o desenvolvimento de competências exigidas pelo modo de produção capitalista, esses autores afirmam que:

O desenvolvimento de competências exigidas pelo modo de produção capitalista tal como se desenvolve a partir da base microeletrônica só pode ocorrer com uma sólida Educação Básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura. [...] No âmbito conceitual, tal

como vimos discutindo neste texto, a educação profissional deve estar integrada à Educação Básica e articulada à Educação Superior. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 310-311)

Percebe-se nas considerações destes autores um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado, que consiste em adotar política educacional socialmente justa, capaz de superar a fragmentação do conhecimento e a dualidade da educação, de modo proporcionar aos trabalhadores que vivem do trabalho uma qualificação, via projeto de educação, que integre dimensões básica e profissional na perspectiva de formação humana, ou seja, formação para a vida.

O contexto do setor produtivo atual brasileiro é marcado pela grande inserção de tecnologias e flexibilidade organizacional, que tem impactado na força de trabalho brasileira, tanto no seu processo de formação e qualificação quanto na sua empregabilidade. Lombardi, Lucena e Ferri (2003, p. 164) afirmam que em alguns casos há a exigência de qualificação diferenciada; já em outros, a exigência de qualificação além das necessárias para a execução de determinadas atividades, conforme já mencionado, serve apenas para dividir os trabalhadores.

Faria e Previtali (2013, p. 248), ao tratarem sobre o setor agroindustrial fumageiro, expõem que há uma verdadeira expropriação do saber do trabalhador, de forma que além de absorver todo o conhecimento que o trabalhador possui, passa a acatar as sugestões do trabalhador. Estas incluem adaptação de ferramental, agilidade no transporte de peças e na comunicação, na apresentação do produto e no uso racional de matérias primas e de pessoas; desta forma, o trabalhador, sem perceber, acaba contribuindo com os interesses do setor produtivo, uma vez que suas sugestões acabam precarizando ainda mais as condições de trabalho, pois implicam na intensificação do trabalho e eliminação de empregos.

Percebe-se que as mudanças assumem contornos conforme as particularidades de cada setor ou ramo econômico e, mesmo assim, estas transformações são significativas nos complexos agroindustriais, em especial no que tange à organização do trabalho e no tipo de integração com os produtores. As autoras citadas acima destacam a questão de qualificação ao longo da cadeia produtiva agroindustrial. Afirmam que no meio rural a qualificação concentra nas mãos dos técnicos da agroindústria e não ao alcance dos agricultores. Já a fábrica segue a lógica dos demais setores produtivos, em que as palavras de ordem são “flexibilização e qualificação”, sendo que:

O processo de reestruturação produtiva envolve também o desenvolvimento de novas relações interfirmas ao longo da cadeia produtiva e uma nova divisão do trabalho mediante as estratégias de focalização, terceirização e

subcontratação, assim como a realocação geográfica das unidades produtivas. (FARIA; PREVITALI, 2013, p. 248)

A questão da empregabilidade é discutida também por Frigotto (2001, p. 81-82) ao expor sobre a formação do trabalhador em relação à “condição de se tornar empregável ou reempregável, caso venha a perder seu emprego”, em seu trabalho intitulado “Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora”. Já as questões relacionadas com a educação e emancipação, como forma de quebrar a alienação do trabalhador, são tratadas por Frigotto e Ciavatta (2003) e, ainda, Mészáros (2010), que trata da “educação para além do capital”, ou seja, para a vida, além de discutir a educação com função de mediação entre a condição de se tornar empregável e o setor produtivo.

Vale enfatizar as contribuições e alertas de autores, que ressaltam que até mesmo a educação apresenta dualidade, ou seja, uma formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho versus uma formação de profissionais para o convívio social e vida cidadã. Vale também destacar o desafio elaborado por Frigotto:

O desafio é, pois, o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. – aceito de forma subordinada pelo atual governo federal, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2001, p. 79-80)

Esse autor descreve que essa educação profissional vincula-se a uma perspectiva de acomodação, conformando o cidadão com o mínimo, se tornar empregável e que trata a formação numa ótica individualista, em que deixa o cidadão disponível no mercado sob os seus desígnios.

Aranha (1990, p. 120) trata sobre a dualidade da educação e aponta “uma para a elite e outra para os pobres, quando lhes é destinada alguma!”. Segundo esta autora, para os pobres são destinados trabalhos manuais, técnicos, e para os ricos trabalhos intelectuais.

Sobre educação e liberdade, Aranha afirma que:

Educação e liberdade são inseparáveis, porque a liberdade não é algo que nos é dado, mas uma conquista do homem ao longo do seu amadurecimento, de modo que ele aprende a ser livre. Além disso, a educação autêntica só pode ser a educação para a liberdade – e por meio dela –, a fim de que não se torne adestramento ou doutrinação. (ARANHA, 1990, p. 122)

Percebe-se que os autores que tratam sobre a educação de forma emancipadora, para além do capital, reafirmam que a educação de forma integral, omnilateral, capaz de educar o

cidadão para vida em todos os sentidos, o que inclui também, educar para o trabalho, tomando como referência a obra marxista. Vale destacar esse posicionamento:

O aumento do nível de escolaridade não significa elevação de sabedoria operária, e muito menos a construção de homens superiores que visualizam além do trabalho alienado. O desafio consiste na união entre o saber e o fazer, na junção de algo que as constantes transformações na organização técnica e social da produção capitalista separam e que está muito distante dos trabalhadores. A qualificação fragmentada e despolitizada constitui-se no esvaziamento do conteúdo dos trabalhadores. A noção de formação profissional deve ser construída pelos próprios trabalhadores, recuperando a historicidade das suas lutas e reivindicações, constituindo-se em um grande desafio de intervenção dos próprios trabalhadores. Para isso, é necessária a recuperação de experiências nacionais sem perder de referência as mediações internacionais, problematizando suas contradições, identificando projetos e concepções de mundo que aparentemente são neutros, mas essencialmente não o são. (LUCENA et al. 2014, p. 169)

Lucena et al. (2014, p. 177), ao relacionarem educação com o movimento da ideologia desenvolvimentista até a ideologia competitivista observam que “a educação passou de uma tentativa de adequar-se às exigências do padrão fordista, para após profunda reformulação, à tentativa de adequar-se ao referencial de flexibilização e globalização”, padrão exigido pelo mundo do trabalho na atualidade. Esses autores consideram que os conceitos de competências e empregabilidade podem estar configurando “um ressurgimento ou uma neoteoria do Capital Humano”. Vale lembrar a obra de Hirata (2013) que aponta que o mundo do trabalho responsabiliza o trabalhador pela sua qualificação e competências, sem remunerá-lo.

Percebe-se que numa tentativa de desalienação, Frigotto e Ciavatta (2003) descrevem que o conceito do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas. Segundo esses autores, esta concepção integradora distancia-se dos cursos breves de educação profissional, que são descontextualizados de uma política de desenvolvimento e geradora de trabalho, emprego e renda, e ainda desamparados de políticas sociais que sinalizem a melhoria de vida da população. Desta forma, é difícil uma mudança de rumo pela falta de perspectiva para os jovens e adultos desempregados, ou que estão empregados, mas querem melhorar suas condições de vida.

Distancia-se, também, das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e da técnica às questões operacionais, dos valores pautados pelo individualismo e pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial. A educação do cidadão produtivo, em que o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano

emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.

Frigotto (2001, p. 81-82) trata sobre educação e trabalho e afirma que, no contexto de crise endêmica do desemprego estrutural, a função econômica da escola que assumia uma perspectiva integradora na era do ouro capitalista, particularmente, após a segunda guerra mundial, dá lugar à função empregabilidade, formação para o desemprego. Ou seja, mais preocupada com ensinar competências técnicas aos indivíduos que prepará-los de forma a torná-los empregáveis ou reempregáveis, caso venham a perder seus empregos.

França e Scocuglia (2011) relatam que o Estado assume o pensamento único neoliberal e da ideologia da globalização, tratando a questão do desemprego como resultado da introdução de inovações no setor produtivo, responsabilizando o trabalhador pela sua qualificação, apontando que essas mudanças valorizam os mais qualificados. E ainda, que o Estado coloca que os jovens entre 15 e 24 anos, estão menos presente no mercado de trabalho devido à opção em continuar estudando.

Esse apontamento do Estado é questionado pelos autores citados acima, pois eles consideram contraditório colocar que os jovens não estão no mercado de trabalho em decorrência de adiamento voluntário, em busca da melhor qualificação, tendo em vista o aumento no nível de pobreza em nosso país.

O deslocamento de responsabilidade do Estado para o plano individual presente no discurso das políticas é discutido também por Frigotto:

No plano ideológico, desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano do individual. Já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, requalificáveis. Para os não empregáveis resta-lhe um tempo infundo de procura por um emprego, um tempo, como caracterizou Viktor Frankel de existência provisória sem prazo. Trata-se, como mostra Neves (2000), da educação profissional adequada à nova divisão do trabalho. (FRIGOTTO, 2001, p. 81-82).

França e Scocuglia (2011, p. 19-20), ao apontarem os princípios básicos gerais da cidadania coerente com a sociedade que se deseja, afirmam que “a educação deve ser a pedra fundamental para a consciência da cidadania e seu pleno exercício, através de programas específicos desenvolvidos nas escolas de todos os níveis”. E ainda, que no processo de construção da cidadania capitalista, trabalho e educação são fundamentais e na atualidade, passam a ser visto como meio necessário para conquista da cidadania. Para estes autores:

É através do trabalho que o indivíduo recebe a parcela a que tem direito nas relações sociais, o seu salário, tornando real a sua condição de cidadão. O trabalhador é proprietário da sua força de trabalho e, de acordo com os seus

direitos civis que proporcionam ao indivíduo liberdade em negociar livremente, este vende a sua força em troca do salário. Ambos são proprietários: o trabalhador da sua força de trabalho e o capitalista do capital. A ideia que se estabeleceu é a de que ambos necessitam um do outro e, portanto, necessitam conviver em harmonia no espaço social. (FRANÇA; SCOCUGLIA, 2011, p. 23-24)

Percebe-se um discurso político que responsabiliza o cidadão e que cada vez mais coloca o Estado com funções apenas reguladoras. Pereira Leite et al. (2008, p. 80) menciona que durante os anos de 1980 e 1990, a emergência do Estado Mínimo, dentre outros fatores, tiveram como consequência direta o abandono do planejamento a médio e longo prazo. Afirma ainda que somente em 1995, com o Plano Plurianual, começa reemergir a preocupação de antecipar as necessidades do país.

Bacelar (2008), ao trazer a discussão sobre território, afirma que, em 2008, o Ministério da Educação fez a leitura do território brasileiro e definiu políticas no campo da educação, definindo prioridades para a expansão da educação profissionalizante. Nessa discussão é enfatizado o fato do Brasil não ser só urbano. É destacado que quando o Banco do Brasil atua em um território com Desenvolvimento Regional Sustentável ele não está direcionando seus esforços apenas para um arranjo produtivo, ele fixa no Arranjo Produtivo Local, e faz uma leitura dinâmica do que existe no lugar.

A discussão apresentada por esta autora permite inferir que este é um ponto que requer ainda muitos debates, pois apesar dos grandes agentes mundiais escolherem os territórios para agir, a partir de seus interesses, os territórios não são construídos apenas pelas escolhas desses agentes, pois são construções sociais, com processo histórico que tem cultura e identidade.

1.2.4 Políticas para aperfeiçoamento dos processos produtivos de jovens e adultos do meio rural e inserção profissional

Partindo do fato que o ser humano é o agente de todas as políticas, é o Homem, ser social, quem detecta problemas e elabora as políticas visando solucioná-los ou amenizá-lo. As contribuições Egan (2002), associadas com as contribuições dos autores que tratam sobre a educação como um ato político praticado por seres humanos, permitem considerar que as políticas são passíveis de serem constituídas por agentes com diferentes formas de compreensão de mundo e, portanto, serão resultados destas compreensões.

Nos estudos das Políticas Públicas que visam aperfeiçoar processos produtivos, como é o caso da Política de Expansão do Ensino Profissionalizante e Tecnológico, objeto desta dissertação, percebe-se que algumas das políticas são carregadas de uma compreensão de

mundo romântica. Muitas vezes chegam até a considerar seus objetos e agentes como heróis, como se uma política isolada fosse capaz de solucionar problemas maiores que, como já apresentado por Hobsbawm (2015), não são cíclicos, e sim estruturais.

Portanto, percebe-se que para chegar à discussão fundamentada na lógica dialética, sobre a realidade destas políticas, os pressupostos teóricos mostram que será necessário um estágio mais avançado desta compreensão de mundo, passando pelos modos filosófico e irônico apresentados por Egan (2002). Desta forma, após grande reflexão será possível desconstruir o pensamento carregado de misticismo, romantismo e ideologias, presentes nos discursos dessas políticas.

Basco (2008, p.8) apresentando o prefácio pelo IICA, afirma “que a chave para a articulação de políticas públicas se encontra em dois elementos, fundamentais, compartilhar informação e sincronizar ações”. Reflexões sobre a realidade destas políticas, que aparecem no aparato teórico que fundamenta esta pesquisa, permitem perceber que o aperfeiçoamento dos processos produtivos, via políticas públicas, é marcado por ideologia, confirmando as afirmações sobre a formação do ser humano, já mencionadas neste trabalho, além de ser também marcado por contradições.

Locatel (2012, s/p) apresenta exemplos destas contradições. Em seu trabalho intitulado “Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza”, discute as transformações observadas na agricultura brasileira que teve o Estado como seu principal dinamizador. Aponta que as políticas adotadas pelo Estado beneficiaram principalmente os grandes e médios produtores, que exploravam produtos de exportação e matérias-primas para as agroindústrias que localizavam na região Centro-Sul, enquanto que a pobreza é concentrada na região Norte e Nordeste. Percebe-se claramente neste apontamento a presença da contradição, em que o Estado privilegia os mais favorecidos, contribuindo com a exclusão e desigualdades sociais.

Este autor, em seu artigo citado acima, não paginado, publicado na *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, afirma que para compreensão do direcionamento das políticas para o meio rural brasileiro e para compreensão da dinâmica do setor agrícola faz-se necessário entender o contexto econômico, a organização da produção e a incorporação de novas técnicas.

Dentre as afirmações deste autor, destaca-se que: durante as últimas cinco décadas a atuação do Estado brasileiro ocorreu de forma não homogênea, e as ações (programas e projetos), parte das políticas do Estado, beneficiaram mais as empresas, assegurando interesses particulares, do que os trabalhadores e camponeses. Portanto, reflexões acerca desta

realidade permitem perceber o quanto são importantes políticas focadas no desenvolvimento social, na valorização do ser humano, em oposição às políticas adotadas ao longo dos tempos, marcadas por contradições.

Desta maneira, a percepção da intencionalidade das políticas e programas do Estado é fundamental. A análise dos documentos que fundamentam a política de aperfeiçoamento dos processos produtivos permite identificar que estes documentos reconhecem que “forças hegemônicas promovem um intenso processo de reconstrução da riqueza, do conhecimento e do poder” (MEC/SETEC, 2004, p. 46). Portanto, os objetivos destas políticas, embora implícitos, estão associados a fortalecimento do setor produtivo.

O Boletim Eletrônico 157, de março de 2007, apresentado pelo Departamento de Estudos Sócios-Econômicos Rurais – DESER, trata sobre a conjuntura agrícola, especificamente sobre a Emenda 3, “a precarização do trabalho e a reforma trabalhista”. Neste documento os autores Nunes e Oliveira (2007) questionam como fica a relação da integração na agricultura. Percebe-se neste documento uma alerta sobre a flexibilização, que vem proporcionar novas formas de inserção profissional.

Segundo os autores, atualmente “as agroindústrias integradoras podem ser responsabilizadas pelos danos que os agricultores possam sofrer em decorrência de ações ambientais e trabalhistas” (NUNES; OLIVEIRA, 2007, p. 4). A aprovação da ementa citada acima é vista como prejudicial para os agricultores, uma vez que “as empresas integradoras teriam condições que de exigir aos agricultores que constituam em empresas para trabalhar integrado a elas”. Desta forma, as relações entre agricultores e agroindústrias deixariam de existir e passariam a existir relações entre empresas.

Este documento destaca “o interesse do capital em flexibilizar as relações trabalhistas para reduzir custos do trabalho”, além de tratar sobre a importância econômica e social da agricultura para os países e sobre os mecanismos de proteção, sobre a intervenção dos Estados, na forma de políticas públicas de apoio, cotas e tarifas de importação, bem como sobre as exportações destaca também a concentração do controle do setor pelas agroindústrias multinacionais e pelas grandes redes varejistas.

Segundo este documento, “a partir dos anos de 1990, estas empresas passaram a influenciar fortemente nas estratégias de desenvolvimento da agricultura brasileira” (NUNES; OLIVEIRA, 2007, p. 11). Em virtude de seu poder econômico conseguem até mesmo influenciar a política agrícola brasileira, a exemplo este documento cita o caso da soja transgênica. Ainda segundo este documento, “no Brasil, a partir dos anos 90, ocorreu uma

série de fusões e aquisições entre as empresas do setor agropecuário”. Este documento cita que em 2007 a Cargill e Bunge eram as principais empresas do setor, além de serem:

[...] as maiores exportadoras de produtos agrícolas, essas empresas possuem investimentos diversificados, atuando na produção de fertilizantes, alimentação animal, industrialização de produtos alimentícios e no setor financeiro. [...] a inserção mundial tem permitido também que essas empresas driblem o fisco, exportando para unidades próprias ou de subsidiárias, a um preço baixo [...] (NUNES; OLIVEIRA, 2007, p.11).

Os autores discutem também o caso da agricultura familiar brasileira e a competitividade das agroindústrias: segundo eles, a propriedade da terra é o fator que garante a permanência e reprodução da agricultura familiar, principalmente onde a terra tem um valor elevado; destacam as mudanças ocorridas em meados dos anos de 1990:

A mais importante delas é que, para um grande número de estudiosos e políticos (governantes, sindicalistas), o meio rural passou a ser considerado como espaço estratégico ao desenvolvimento, em oposição ao que predominantemente se considerava um espaço em vias de decomposição, que perdia cada vez mais em importância social e econômica. Pode-se considerar que isso ocorreu devido a alguns motivos: a difusão da “positividade da noção de agricultura familiar”, a emergência das questões ambientais; os problemas sociais decorrentes do desemprego e das dificuldades econômicas do Estado em desenvolver políticas de grande impacto social e econômico (reforma agrária, política industrial, etc.) (NUNES; OLIVEIRA, 2007, p. 14-15)

Vale ressaltar que os autores deste documento alertam sobre a conjuntura brasileira bem como sobre as suas potencialidades, destacando que “nosso país é um verdadeiro paraíso para as empresas mundiais do setor agroalimentar”, uma vez que “o Brasil é fonte da maior área agriculturável e de água do planeta, além de possuir clima e pessoas habilitadas para o trabalho com as cadeias produtivas aqui instaladas” (NUNES; OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Feitosa (2007, p. 12) aponta que as mudanças nas estruturas do capitalismo rural influenciam os processos de formação, sendo que aponta “como a estrutura econômica interfere diretamente nas questões superestruturais”. Ou seja, o que ocorre nos modos de produção interfere diretamente nos sindicatos, na legislação, na ação do Estado, nas políticas, nas formas de associações sindicais, etc. Este autor destaca que “mudanças ocorridas no campo da educação não podem ser vistas isolada, e que as mesmas servem para compreender melhor as transformações do próprio sistema capitalista e vice-versa” (FEITOSA, 2007, p. 12). Percebe-se que historicamente o que ocorre no mundo do trabalho tem determinado as mudanças no campo da educação.

Diante dessa conjuntura, problematizar a expansão dos Institutos Profissionais e Tecnológicos, a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a ampliação do Campus, o IFTM, o Campus Ituiutaba e a empregabilidade no meio rural é oportuno, uma vez que a realidade das sociedades determinam as políticas de formação e escolarização e inserção profissional.

No capítulo seguinte será apresentada uma discussão sobre a expansão dos Institutos Profissionais e Tecnológicos, a partir de 2008, em que são elencadas as legislações que nortearam esta expansão, as razões, princípios, concepções presentes nestes documentos, a intencionalidade desta política e a caracterização da microrregião de Ituiutaba.

CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS PROFISSIONALIZANTES E TECNOLÓGICOS

2.1 Razões, princípios e concepções da educação nacional

As razões e princípios que norteiam a educação nacional foram definidos no PDE, bem como a proposta de programas de ação para viabilização deste desenvolvimento educacional. A Concepção de educação presente neste documento e que orienta todos os programas se estabelece através de um “processo dialético entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes para assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (HADAD, 2008, p. 5).

França e Scocuglia (2011) afirmam que, nos últimos anos, notadamente, na década de 1990 e no início do ano 2000, as características ações do governo relacionadas à educação do trabalhador jovem e adulto são de políticas assistencialistas e compensatórias. A nova educação profissional brasileira, especificamente no nível básico, orienta-se no conceito de empregabilidade, pautada no processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual indica: “cada um é responsável por buscar suas competências, a serem alcançadas, segundo o discurso governamental” (FRANÇA; SCOCUGLIA, 2011, p. 27).

Neste sentido, podemos inferir que o Estado propõe uma formação do trabalhador separada da educação formal e escolarizada que tende na realidade ao individualismo, valorizando a crença na supremacia individual, uma vez que é instigado o desejo e necessidade do indivíduo em estar em primeiro lugar, em buscar melhorar suas competências mais que a instigação do indivíduo no desenvolvimento de sua personalidade, singularidade e ainda há a responsabilização do cidadão pela busca de suas competências, como se todos tivessem oportunidades iguais.

Todavia, a concepção apresentada no PDE, no que se refere à individuação da formação das pessoas, está longe de equiparar-se com a concepção de educação integral, emancipadora, que prepara o cidadão para a vida, conforme trata Mészáros (2010) em sua obra “A Educação para Além do Capital”, uma vez que o que ocorre na prática é diferente do discurso.

Frigotto e Ciavatta (2003) ao afirmarem que a concepção das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e

da técnica às questões operacionais, dos valores pautados pelo individualismo e pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial, se distancia da educação emancipadora.

Frigotto e Ciavatta (2003) entendem que a educação do cidadão produtivo, para a qual o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.

2.2 Histórico da expansão da educação profissionalizante e tecnológica

A preparação de operários para o mercado de Trabalho para o exercício de profissão, desde o início do século XX, já era preponderante. Inicialmente, a preparação dos operários se dava no contexto da intencionalidade assistencialista, focados ao de atendimento de menores órgãos que à época eram abandonados, posteriormente essa preparação foi redirecionada para operários em geral e em diversos contextos do mundo do trabalho.

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices destinadas às pessoas de classe social menos favorecida e sem escolarização. Posteriormente, com o surgimento de novas tecnologias e aperfeiçoamento dos meios de comunicação e transportes, ampliam-se os processos de produção, começando a surgir necessidade de mão de obra qualificada.

Em 1927, com o decreto 5.241 institui-se, no Brasil, o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos equiparados.

Logo em seguida, o contexto brasileiro foi marcado pela crise econômica de 1929, discutida por Hobsbawm (2015) que fez com que países como o Brasil, que dependiam de seus poucos produtos primários, também sofressem diante do colapso dos preços, arruinando a situação de muitos cafeicultores brasileiros. Estudos sobre o cenário desta época mostram que esta crise impulsionou mudanças no campo político, em que a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, coloca um fim no período histórico da Velha República.

Getúlio Vargas adotou políticas para o desenvolvimento, com intenso movimento de industrialização e urbanização. No campo Social criou o Ministério da Justiça, a Justiça do Trabalho. Ainda em 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Neste período adotou-se também uma política de criação de novas escolas industriais.

A reconstrução educacional no Brasil é discutida por Cury (2014), em sua discussão fica claro que nos anos 1930 existia uma educação segregada, em que predominava dois sistemas escolares com objetivos sociais e culturais diferentes e por este motivo apresentava-se como instrumento de estratificação social. Em sua análise sobre o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 19 de março de 1932, Cury defende:

Tinha razão o Manifesto quando, com base no direito de cada indivíduo à sua educação integral repudiava o elitismo vigente cuja hegemonia impedia que tornasse “a escola acessível em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica”. (CURY, 2014, p. 26)

Em 13 de janeiro de 1937, a Lei 378 deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública: com seu artigo 37, transforma as escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus, destinados ao ensino profissional em todos os ramos e graus.

Já no final de 1937, a Promulgação da Constituição Brasileira, em seu artigo 129 tratou especificamente do ensino técnico profissional e Industrial:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, art. 129)

Posteriormente a partir de 1942, a Reforma Capanema, sob o nome de Leis orgânicas do Ensino estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial, além de outras mudanças no ensino secundário. Foram promulgados diversos decretos de 1942 a 1946 voltados para a educação, destaca-se os seguintes Decretos-lei:

- N. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI);
- N. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- N. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas. Ocorre também com este decreto a equivalência do ensino profissional ao nível secundário e, desta forma, os formandos

em cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação;

- N. 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
- N. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial;
- N. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional;
- N. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
- N. 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- N. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

Hobsbawm (2015) afirma que nas décadas de 1950 e 1970, mais especificamente na era que ele denomina Era de Ouro, a economia mundial aumentou explosivamente, sendo que a produção manual de manufaturas quadruplicou neste período. Ainda segundo este autor, “a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (HOBBSAWM, 2015, p. 257). Na descrição deste período fica evidente que:

A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos de gente, a não ser como consumidores [...] os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. (HOBBSAWM, 2015, p. 262)

No Brasil, a partir de 1956, Juscelino Kubitschek implantou uma agenda progressista, seguindo a ideologia desenvolvimentista, promovendo assim fortes mudanças na estrutura do país. Vieira (2015) apresenta a evolução da administração de Juscelino, em que percebe-se que o plano de governo de Juscelino, formado pelo Programa de Metas, contemplava especialmente os setores de energia, transporte, indústria de base e alimentação. Surgiram nesta administração a indústria automobilística, como ícone da indústria nacional, a indústria naval, além de grandes incentivos às rodovias em detrimento às ferrovias.

Entretanto, Vieira (2015, p. 138) afirma que no campo social o Programa de Juscelino “fez alusão à formação de pessoal técnico”. Portanto, o foco da educação neste governo foi a formação Técnico-Profissional, fortemente presente nas reflexões e nos projetos presidenciais. Percebe-se que o programa desenvolvimentista seguiu uma tendência do capitalismo mundial,

discutido por Hobsbawm, privilegiando apenas o desenvolvimento econômico em detrimento de outras questões política e social.

Reflexões sobre os atos de Juscelino permitem perceber que, seguindo a tendência mundial, Juscelino buscou capital estrangeiro para concretizar suas metas, além de comprometer os recursos nacionais. Consequentemente, o desconcerto financeiro do setor público neste governo levou a crise econômica dos governos seguintes, uma vez que “transmitiu aos governos posteriores inflação elevada, queda de salários e enorme dívida externa para a época” (VIEIRA, 2015, p. 121).

Um olhar crítico para a relação trabalho e educação, presente nesta época, permite considerar também que, no campo da educação, a formação de profissionais era orientada para as metas de desenvolvimento nacional, uma vez que importantes mudanças sociais e estruturais estavam ocorrendo no Brasil. O abandono do campo para as cidades e a própria construção de Brasília incentivou diversos brasileiros a buscarem trabalho na região Centro-Oeste, além da procura por trabalho nas indústrias. Surgem, então, ocupações que exigem educação secundária e superior, conforme Hobsbawm (2015, p. 289) apontou como “um fenômeno universal”. Percebe-se que à medida que a divisão do trabalho se tornou mundial, os fenômenos também passaram a ter a mesma amplitude.

Posteriormente, na década de 1980, com a transformação do sistema de produção impulsionado novamente por revolução tecnológica, o mundo se torna globalizado ou transnacionalizado. O autor citado acima aponta que muitas empresas multinacionais migraram para países onde a mão de obra era mais barata, e a linha de produção passou a cruzar o globo, espalhando-se para os países pobres, produzindo-se, assim, uma mudança na estrutura política da economia mundial. Esta maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, provocou o que Hobsbawm (2015, p. 354) chamou de “nova divisão internacional do trabalho”.

No campo da agricultura, este autor afirma que os países desenvolvidos também se tornaram grandes produtores agrícolas, e um dos aspectos mais visíveis foram a expansão na quantidade de maquinário agrícola, bem como as impressionantes realizações da química na produção de insumos e da biotecnologia, conforme já mencionado no capítulo anterior.

Percebe-se que com todo este avanço da industrialização mundial, e em especial no Brasil, a tendência foi substituir a capacidade humana pelas máquinas. Apontando a consequência mais devastadora desta revolução, o desemprego. Conforme já citado, cada vez mais as profissões exigiam maiores qualificações, uma vez que o setor produtivo é incapaz de

criar novos empregos para substituir os velhos perdidos. “A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano [...], jogando com isso as pessoas para fora dos empregos” (HOBSBAWM, 2015, p. 402).

No campo da educação profissional brasileira, importantes mudanças ocorreram também provenientes de exigências do setor produtivo, já nos primeiros anos deste século. A transformação e integração de Centros de Ensino e Escolas Técnicas em Institutos Federais, e em seguida a expansão de vários campi em várias unidades da federação (MEC, 2007) ampliaram o atendimento aos empreendimentos na indústria e na agricultura.

Em abril de 2004, o MEC/SETEC, colocou em discussão uma proposta para políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. A conjuntura da educação profissional e tecnológica detectada e apresentada nesta proposta era de um sistema com gestão privada e visão economista, em que a relação custo benefício era priorizada, gerando a mercantilização do ensino, a privatização do ensino público federal por meio de fundações de apoio (MEC/SETEC, 2004, p.35).

A proposta citada acima, também apresenta dados do Censo de 1999, mostrando que existiam 2 milhões e 800 mil matrículas nesse nível de educação, sendo 2 milhões no nível básico, 717 mil no técnico e 97 no tecnológico. Segundo esta proposta, estes dados referenciados à População Economicamente Ativa (PEA; Dieese-Anuário dos Trabalhadores), mostram que “nesse mesmo ano, a população na faixa etária de 15 a 19 anos não economicamente ativa, que ainda não tinha ingressado no mercado de trabalho era 8.084.322”. Representando, assim, uma “clientela potencial para a educação profissional de nível técnico” (MEC/SETEC, 2004, p. 30). Entretanto, este documento destaca que este número subirá para 8.933.322, se for agregado o número de pessoas nessa mesma faixa etária que esteja trabalhando.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme o Folheto SETEC (2010), coincidiu com o centenário da educação profissionalizante comemorado em 2009. Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), escolas agrotécnicas e técnicas passaram a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com esta reformulação houve uma divisão das vagas, sendo metade destinada ao ensino médio integrado e a outra metade aos cursos superiores de engenharias, tecnologias e licenciaturas.

A Rede Federal de Educação profissional Científica e Tecnológica passou a ser constituída pelos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade

Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidade Federais e pelo Colégio Pedro II, que em 2012 passou a ter a mesma configuração dos Institutos (BRASIL, 2008b; 2012).

Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDB 9.394/96 sofreu alterações, mediante a Lei 11.741/2008. Esta foi implementada, ao longo dos anos de 2009 e 2010, com o objetivo de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

A mudança principal trazida pela Lei 11.741/2008, que alterou a LDB 9394/96, no que se refere à educação profissional, prevista no Artigo 39, § 2º, I e III é que essa modalidade de formação passou ser a formação inicial e continuada ou qualificação profissional e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Para ter uma ideia, com as mudanças na educação profissional, tanto conceitual como de modelo de formação, os números da evolução de matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no período de 2003 a 2012 se mostraram muito expressivos, pois antes da expansão no ano de 2003 foram registradas 86.700 matrículas na educação básica - incluindo matrículas em técnico de nível médio concomitante e subsequente, ensino médio integrado e EJA integrado e 46.600 matrículas na educação superior - incluindo graduação e pós-graduação (MEC, 2014).

Já em 2012, os números expandiram para 224.900 matrículas na educação básica e 132.600 matrículas na educação superior (MEC, 2014, p. 38). Observa-se que houve uma expansão de aproximadamente 159,40% na educação básica e educação superior fr 184,55%; vale salientar que nesses números estão a educação profissional e tecnológica de nível superior e pós-graduação.

Os dados do MEC (2015) mostram que a Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história. Em 2008 a Lei 11.892, além de instituir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante a transformação e integração de escolas e centros técnicos em Institutos Federais, configurados como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, com o intuito de ofertar educação profissional e tecnológica de educação profissional mencionada anteriormente.

Posteriormente, a Lei 12.677/2012 equiparou o Colégio Pedro II aos Institutos Federais. Por região foram criados sete Institutos Federais na região Norte, onze na região Nordeste, cinco na região Centro Oeste, dez na região Sudeste incluindo o Colégio Pedro II e seis na região Sul. O quadro 1 mostra a quantidade de Institutos Federais por Unidades Federativas, mediante as leis citadas acima.

Quadro 1 - Quantidade de Institutos por Unidades Federativas

UNIDADES FEDERATIVAS	QUANTIDADE DE INSTITUTOS FEDERAIS
Minas Gerais	5
Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro	3
Bahia, Goiás, Pernambuco e Santa Catarina	2
Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MEC/Rede de Expansão/2015.

A Rede Federal de Educação Profissionalizante, além da criação dos Institutos, contou também com expressiva expansão no número de Campus destes Institutos. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 a 2010, o Ministério da Educação, entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. O MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 a 2014, na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividades (MEC, 2015).

A intencionalidade desta política de expansão, percebida pela análise do Documento Base – Educação Profissional Técnica, de Nível Médio, integrada ao Ensino Médio (2007), identifica que há uma busca de desenvolvimento local por parte do Estado, além de formação do cidadão críticos sobre as suas realidades vivenciadas, buscando uma superação da dualidade da educação. Todavia, é emblemático o fato de que a preparação do cidadão para o mercado de trabalho é predominante, nos documentos analisados.

A discussão sobre as finalidades do ensino médio deu centralidade aos seus principais sentidos – sujeitos e conhecimentos – buscando superar a determinação histórica do mercado de trabalho sobre essa etapa de ensino, seja na sua forma imediata, predominantemente pela vertente profissionalizante; seja de forma mediata, pela vertente propedêutica (MEC, 2007, s/p).

A expansão dos Institutos Federais, conforme o documento citado acima, permitirá a interiorização da educação, promovendo o desenvolvimento regional, atendendo uma demanda social por educação no contexto da sociedade globalizada. As finalidades e características destes Institutos são:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL. LEI 11.892/ 2008, Art. 6º)

A predominância de preparação do cidadão para o mercado de trabalho, inclusive para as formas mais flexíveis de produção, também é perceptível nas considerações finais da

“Proposta de Ifetização”, apresentada pelo MEC/SETEC; CEFET-UBERABA; EAF-UBERLÂNDIA:

[...] do ponto de vista do mundo do trabalho, o que se verifica é que a atuação profissional deixa de ser referenciada nos postos de trabalho, nos cargos, para orientar-se pelas bases norteadoras das formas mais flexíveis de produção. Esta configuração indica para o IFET que a formação profissional a ser oferecida deverá incluir a orientação para diferentes inserções no mundo do trabalho. (MEC/SETEC; CEFET-UBERABA; EAF-UBERLÂNDIA, 2008, p. 46)

Percebe-se, portanto, que a situação concreta do setor produtivo influenciou diretamente a expansão da educação Profissionalizante e Tecnológica no Brasil, apesar desta proposta em seguida negar que objetiva se adequar aos objetivos de produtividade do capital (MEC/SETEC; CEFET-UBERABA; EAF-UBERLÂNDIA, 2008, p. 46).

O quadro 2 mostra a evolução dos Campus dos Institutos Federais desde os pré-existentes até os criados em 2014 e o quadro 3 traz a evolução de municípios atendidos por esta expansão.

Reflexões sobre os números apresentados no quadro 01 correlacionados com os que serão apresentados a seguir no quadro 2, permitem perceber que a maioria dos estados brasileiros receberam apenas um Instituto, excetuando os estados de Bahia e Pernambuco que receberam dois Institutos, e que Minas Gerais é o estado com maior número de Institutos. Em número de campus, percebe-se que a região nordeste está em primeiro lugar com 194 campi e em segundo está a região sudeste com 146; entretanto, vale ressaltar que a região nordeste é composta por nove estados, enquanto que a região sudeste apenas quatro.

Estes dados quantitativos analisados isoladamente permitem poucas considerações, porém, ao relacioná-los com dados históricos da educação profissional e com o cenário político econômico social, percebe-se que a década de 1980 foi marcada por crise e estagnação econômica, conforme Hobsbawm (2015), já citado, enfatiza.

Quadro 2 - Evolução dos Campi dos Institutos Federais

CAMPUS		PRÉ-EXISTENTES ATÉ 2002	CRIADOS 2003/2010	CRIADOS 2011/2012	CRIADOS 2013/2014	TOTAL 2015
REGIÕES	ESTADOS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS
Brasil	Brasil	140	214	88	120	562
Norte	Acre	0	1	3	1	5
	Amapá	0	0	2	2	4
	Amazonas	4	6	0	4	14
	Rondônia	1	4	1	1	7
	Pará	7	6	1	5	19
	Roraima	1	1	1	1	4
	Tocantis	2	4	0	2	8
	Total	15	22	8	16	61
Nordeste	Alagoas	4	0	7	4	15
	Bahia	9	11	2	9	31
	Ceará	5	17	1	6	29
	Maranhão	4	10	4	8	26
	Pernambuco	8	6	1	9	24
	Rio Grande do Norte	5	12	1	3	21
	Sergipe	3	0	3	4	10
	Paraíba	6	3	3	6	18
	Piauí	5	9	3	3	20
	Total	49	68	25	52	194
Centro-oeste	Distrito Federal	0	2	7	1	10
	Goiás	6	7	4	5	22
	Mato Grosso	3	7	1	3	14
	Mato Grosso do sul	0	1	6	3	10
	Total	9	17	18	12	56
Sudeste	Espírito Santo	6	11	1	2	20
	Minas Gerais	22	19	8	6	55
	São Paulo	3	18	8	8	37
	Rio de Janeiro	8	18	1	7	34
	Total	39	66	18	23	146
Sul	Paraná	8	13	3	7	31
	Rio grande do Sul	12	12	9	7	40
	Santa Catarina	8	16	7	3	34
	Total	28	41	19	17	105

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MEC/REDE DE EXPANSÃO/2015.

Esta expansão refletiu quase que proporcionalmente no número de municípios atendidos. O quadro 3 mostra a evolução dos Campus e dos Municípios atendidos de 2002 a 2014.

Quadro 3 - Evolução de campus e Municípios atendidos de 2002 a 2014

PERÍODO	ATÉ 2002	2010	2014
Nº CAMPUS	140	354	562
Nº MUNICÍPIOS ATENDIDOS	120	321	512

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MEC/REDE DE EXPANSÃO/2015.

Percebe-se que neste período o Estado é considerado o culpado por parte da crise mundial. A partir de 1990 com a reforma do Estado, destacam-se a privatização das Instituições, a flexibilização, o desemprego e a responsabilização do cidadão pela sua qualificação. Além disso, conforme o autor citado acima, os avanços tecnológicos e mudanças organizacionais são as principais justificativas para reformas mais profundas.

Percebe-se no discurso dos documentos da expansão da educação profissionalizante e tecnológica que é dada uma ênfase maior na formação para o desenvolvimento local por parte do Estado; busca-se uma maior sintonia com os APLs. Por outro lado, o mercado, a mundialização do trabalho, conforme já relatado por Lucena et al. (2014), exige cada vez mais mão de obra seletiva a ser absorvida por grandes empresas, até mesmo multinacionais que estão implantando grandes projetos.

Nascimento (2012) discute esta questão no Maranhão, apontando o processo de modernização do noroeste maranhense, área de abrangência da Ferrovia Carajás, que a partir das diferentes fases da política de expansão recebeu um número considerável de unidades, 26 campi, conforme mostra o quadro 2. Refletindo sobre este assunto e sobre as contribuições de Hobsbawm (2015), percebe-se a presença de um Estado Mínimo, mas não a ausência deste, além da formação de monopólio que passam a ditar as regras. Por outro lado, nota-se em trabalhos como de Balsadi (2001), a presença de novas dinâmicas presente no meio rural que têm apresentado reflexos positivos na economia da região, sendo que estes novos arranjos locais começam a exigir do Estado novas políticas educacionais também.

As contribuições já citadas de Balsadi (2001), Locatel (2012) e Martins et al. (2014) mostram bem as reflexões do Neoliberalismo, com as agroindústrias, ou seja, com as saídas das indústrias das cidades para o campo, ausência de fronteiras e avanços na implementação de tecnologias. Estes fatos justificam a interiorização da educação, ou seja, a expansão da educação profissional e tecnológica via implantação de Campi dos Institutos Federais para o interior dos estados.

Na região Sudeste, Minas Gerais é o estado com maior número de Institutos Federais e também o estado com maior número de campus, com um total de 55 campi, conforme quadro 2. Reflexões sobre esta temática permitem inferir que tanto no estado de Minas Gerais quanto no de São Paulo houve um grande avanço na implantação de agroindústrias, em especial usinas de álcool e açúcar.

Percebe-se também que projetos anunciados, como descobertas de petróleo, levaram o governo à implantação de uma política de Estado no campo da educação não sujeita a troca de governos, visando resultados de médio e longo prazo. Outras pesquisas poderão melhor

discutir este tema focando o que está sendo feito no campo da educação nos locais anunciados como férteis em petróleo.

Tavares (2012) alerta para esta questão ao tratar sobre o cenário político e econômico no período de retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2003-2010) pelo governo Lula, sucedido pela Presidenta Dilma Rousseff. Comparando com o quadro 2, que será apresentado a seguir, percebe-se que neste período a evolução dos Campus na região nordeste, sudeste e sul foram as mais expressivas.

Percebe-se ao analisar os tipos de cursos implantados nos Institutos próximos a setores estratégicos da economia nacional que foi priorizada a área de Ciências, visando formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas a contribuir com o desenvolvimento destes setores.

Os 140 Campi existentes em 2002 atendiam 120 municípios; com a expansão em 2010 passou para 354 campi, ampliando em 150% o parque federal de educação profissional e tecnológica em 8 anos, fazendo um total de 321 municípios atendidos. Já em 2014, a rede federal já contava com um total de 562 campi, atendendo 512 municípios.

Esta expansão, através da criação de campi vinculada aos Institutos Federais, representou para a população de muitas cidades do interior, melhores oportunidades de ensino, tanto pela qualidade do ensino, quanto por questões relacionadas a deslocamentos, pois, geograficamente, estão próximos dos cidadãos residentes nos interior.

Em 1988 o processo de transição democrática teve um marco significativo para a educação, que foi a aprovação da Constituição Federal, que veio definindo a educação como um direito social (Art. 6º).

Vieira (2015), na segunda parte de sua obra “a República Brasileira: 1951-2010”, narra fatos e situações que ocorreram no período do governo João Baptista Figueiredo do final da ditadura até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva; dentre eles, destaca as mudanças no Estado Brasileiro a partir de 1990.

No campo político, dentre as mudanças apresentadas por Vieira (2015), destaca-se: 1) Eleições diretas; um presidente eleito, Fernando Collor de Mello, que governou de 15 de março de 1990 até o seu processo de impeachment, em outubro de 1992 e em seu lugar exerceu interinamente a presidência da república a partir de 02 de outubro de 1992, Itamar Franco; 2) Governo de Fernando Henrique Cardoso, que propôs reeleição para cargos do Poder Executivo, tendo sido também o primeiro presidente a ser reeleito; 3) Eleição de um líder popular, operário pertencente ao movimento dos trabalhadores, Luiz Inácio da Silva, que também governou em dois mandatos.

Vieira (2015), sobre o governo Fernando Collor, afirma este, como homem prático, percebeu logo as regras do jogo, ou seja, os principais tópicos dos sermões pregados pelos “sacerdotes” do grande capitalismo. Estes tópicos passaram a ser usados em seus discursos:

Democracia, cidadania, abertura do mercado brasileiro, menos regulação da economia, integração crescente e competitiva com a economia de outros países, estabilização financeira, privatização de bens públicos, reforma do Estado para dar eficiência aos seus órgãos, pagamento da dívida externa, combate à inflação e à corrupção, justiça social, revolução educacional, ecologia, busca de resultados reais e fim da ideologia do terceiro-mundismo. (VIEIRA, 1995, p. 456-457)

No campo da educação, o autor citado acima afirma que o deputado Florestan Fernandes apresentou no Congresso Nacional um projeto geral para a educação em que condena a tese de priorizar um setor do ensino. Em seu discurso, Florestan Fernandes afirmava: “temos de priorizar a educação escolar, a pesquisa pura e aplicada, o ensino fundamental, médio e superior, a formação de cientistas e o aproveitamento dos talentos. O problema é global e não permite que se separe um aspecto da educação de outro” (VIEIRA, 2015, p. 491). Entretanto, Vieira afirma que este discurso de melhor educação ficou somente no âmbito da demagogia generalizada, sendo que na realidade a educação continuou com sérios problemas.

No governo de Itamar Franco foi promulgada a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que veio instituir o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando as Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas existentes em Centros Federais de Educação Tecnológica (Art. 3º).

Dois anos após, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96 – que instituiu que a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2 do art. 36, art. 40 seria desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

Todavia, esta Lei também foi alterada pela redação da Lei 11.741/2008, promulgada pelo presidente Luiz Inácio da Silva, que veio redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Percebe-se que muitas das medidas tomadas quanto à educação são de caráter incrementalista, ou seja, não provocam rupturas.

Prosseguindo, Fernando Henrique Cardoso, em 1997, promulgou o Decreto 2.208, que veio regulamentar a educação profissional e criar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Entretanto, este foi revogado pelo Decreto 5.154, promulgado pelo

presidente Luiz Inácio da Silva em 2004, assim passando-se a permitir a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio (Art. 4º). Também em 2005, a Lei 11.195/2005 alterou a Lei 8.948/1994, efetivando assim com o Art. 5ª a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005, s/p).

A implantação e a execução do PROEP enfrentaram dificuldades e problemas, conforme o Relatório Semestral de Processo, PROEP (MEC, 2007b, p. 6-9). Este programa decorreu do Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, assinado entre o Ministério da Educação e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com uma operação de crédito inicial de US\$ 250 milhões do BID e US\$ 250 milhões do Governo Brasileiro, com vigência prevista para final de 2006.

No final de 2003, foi proposta uma redução do valor global, comprometendo consideravelmente a alocação de recursos. Em 2005, foi enviada outra proposta de redução de recursos, ou seja, redução do valor deste contrato, ficando assim os valores deste contrato distribuídos da seguinte maneira. BID – US\$ 156.000.000,00 e Governo Brasileiro – US\$ 156.000.000,00, totalizando US\$ 312.000.000,00.

Em 2006, Paulo Renato de Souza, em entrevista, a Folha de São Paulo, afirmou que em 2004, o governo devolveu ao BID US\$ 94 milhões não utilizados deste contrato. Algumas poucas escolas técnicas foram concluídas graças ao aporte de recursos da iniciativa privada.

O histórico da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos, não pode ser resgatado separado da política. Conforme afirma Aranha (1990, p. 33), “a escola é política e, como tal, reflete inevitavelmente os confrontos de força existentes na sociedade. Se esta se caracteriza por classes antagônicas, a escola certamente refletirá os interesses do grupo dominante”. Portanto, o entrecruzamento de contextos intelectuais, políticos e sociais corrobora para interpretações da realidade, contribuindo para apontar contradições, limitações e possibilidades. Koselleck et al. (2013) tratam sobre a modernização do conceito de história e apontam que esta modernização é marcada pela preocupação de fazer este entrecruzamento.

A educação profissionalizante ocupa lugar na agenda política há muito tempo. Percebe-se pela história que ora esta modalidade avança, ora retrocede: a compreensão deste movimento é importante. Na atualidade, a educação, como demais setores da economia, sofre

com a crise econômica e com cortes de gastos governamentais; portanto, é necessário observar este movimento para vislumbrar as tendências no campo das políticas educacionais.

As políticas educacionais dos governos brasileiros a partir de 1990, voltadas para a formação e qualificação de mão de obra, são apontadas como assistencialistas e compensatórias, além de serem influenciadas por instituições internacionais. Vieira Pinto (1979) afirma que a situação objetiva, concreta da realidade, é determinante de todos os fenômenos e ocorrem de forma não linear, mas contraditória e dialética, corroborando, assim, com o entendimento que a realidade econômica, política e social da sociedade. Portanto, percebe-se que o que ocorre na sociedade, no mundo do trabalho, é determinante para todos os fenômenos, inclusive para as políticas públicas educacionais.

Em maio de 1993, Itamar Franco indicou o senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, contando com o apoio de empresários, sindicalistas, políticos e economistas. O Plano de Fernando Henrique Cardoso, “Plano FHC”, propunha uma série de providências para combater a inflação e equilibrar o orçamento da República. As considerações apresentadas por Vieira (2015) sobre este período mostram que este inaugurou no país um ciclo de acumulação de capital, associando o capital internacional em nome da modernização do país e as reformas econômicas trouxeram como consequência a transformação da realidade brasileira pela “globalização”.

O cenário mundial apresentado por Hobsbawm (2015, p. 288) mostra que na segunda metade do século o mundo tornou-se urbanizada 42% da população mundial era urbana, não sendo maior pelo peso das populações rurais da China e da Índia. Reflexões sobre este período permitem perceber que o mundo capitalista entra novamente em crise: desemprego em massa, depressões cíclicas severas e contraposição cada vez mais espetacular entre rendas limitadas e despesas ilimitadas do Estado.

O cenário brasileiro do final do século XX e início do século XXI não era diferente. Vieira (2015, p. 686) afirma que, “as eleições de outubro de 2002 fertilizaram as esperanças de milhões de brasileiros, de várias classes sociais”, embora considerações ao longo da obra deste autor permitam deferir que as mudanças no campo político com a eleição de um presidente popular, também foram marcadas pela contradição. O líder operário, do Partido dos Trabalhadores, prosseguiu o programa econômico do governo anterior, ao invés de colocar em prática propostas que marcaram a trajetória do seu partido.

No campo da educação, os problemas enfrentados pela educação básica são históricos. Kuenzer (2001) afirma que em vez do Estado canalizar investimentos para a universalização da educação básica, adota programas de investimentos visando escamotear o projeto

hegemônico do capital, que se mantém, entre outros fatores, também pela distribuição diferenciada, desigual e controlada da educação.

Esta autora destaca questões e desafios referentes às relações entre educação e trabalho, mais especificamente os problemas e indefinições do ensino médio no Brasil. Segundo esta autora:

O ensino médio no Brasil tem-se constituído ao longo da história da educação brasileira como o nível de mais difícil enfrentamento, em termos de sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional, *stricto sensu*. (KUENZER, 2001, p. 9)

Kuenzer (2001) discute bastante a questão da dualidade estrutural, enfatizando a necessidade de não haver proposta diferenciada para jovens que vão desempenhar funções distintas na hierarquia do trabalhador coletivo, a partir da origem de classe. Esta autora afirma que a dualidade entre escola técnica e propedêutica é histórica na educação brasileira, marcada por retrocessos em relação às LDBs.

Em 1996 foi promulgada a Lei Federal nº 9.394 (LDB) que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e em sua seção IV-A do capítulo II, que dispõe sobre educação básica; o artigo 36-B, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008, trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, dispõe que “a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: 1 – articulada com o ensino médio, subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio”.

A educação profissional e tecnológica ofertada para quem já concluiu o ensino médio é tratada no Capítulo III, da LDB, também conforme redação dada pela Lei 11.741, de 2008. O artigo 42 dispõe que: “as instituições de educação profissional e tecnológica, além dos cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

França e Scocuglia (2011, p. 17) apontam que muitos jovens e adultos da população brasileira, com base nos dados do INEP em 2009, são semiescolarizados ou subescolarizados, e para este segmento “a única alternativa de ingresso no mercado de trabalho que exige formação é ingressar em cursos de formação inicial de nível fundamental e ou técnico”. Estes autores destacam a contradição nos discursos sócio-políticos, que apresentam dados de aumento do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, por outro lado, acusam o sistema educacional pela má qualidade da formação escolar.

O histórico da expansão do ensino profissionalizante e tecnológico, conforme dados do MEC, do INEP, da SETEC, indicam que a política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica vem sendo determinada pelo cenário político, econômico e social. Percebe-se pelo aparato teórico que a categoria trabalho neste cenário é central e a categoria educação é mediadora o sistema de produção e a empregabilidade.

Em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia) definiu vários desafios a serem enfrentados pelos sistemas educacionais ao redor do mundo. Em 2000, a Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal) avaliou as metas firmadas em Jomtien e redimensionou novas metas, incluindo entre os novos desafios estabelecidos, que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania. E ainda alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015.

A influência internacional historicamente norteia os programas e projetos brasileiros. Em 2005, foi preparado o Projeto Brasil 3 Tempos, em que a finalidade era estipular objetivos a serem atingidos pelo Brasil em 2007, em 2015 e 2022. Este projeto continha objetivos em sete dimensões: institucional; econômica; sociocultural; territorial; do conhecimento; global e ambiental. Especificamente no campo do conhecimento, previa:

Universalizar a educação básica, fazendo com que cada criança permaneça na escola por, pelo menos, 11 anos; ampliar o acesso ao ensino superior, chegando a incluir 40% da população, na faixa entre 19 e 24 anos, neste ensino, até 2022; aumentar os investimentos públicos e privados em Ciência, Tecnologia e Inovação, atingindo perto de 3% do PIB em 2022. (VIEIRA, 2015, p. 726-727)

O autor citado acima, afirma que os objetivos deste projeto abarcavam reformas políticas, trabalhistas, tributária e previdenciária, redução da violência, aumento do nível de emprego, redução da desigualdade social, dentre outros, além da universalização da educação básica até 2022. Reflexões sobre este projeto e sobre a condição econômica e social brasileira atual permitem inferir que estes desafios internacionais historicamente influenciaram as políticas educacionais brasileiras, porém estes ainda estão distantes de serem atingidos.

A Meta 10 do Plano Nacional da Educação – PNE (2015, s/p), “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”, ainda é um grande desafio. Os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013, apontam que a opção EJA integrada à Educação Profissional ainda registra números poucos expressivos.

Em 2011, do total de 1.364.393 matrículas no Ensino médio, apenas 40.844 matrículas do EJA estavam integrada à educação profissional presencial e 1.127 à educação profissional semipresencial. Este anuário ressalta a discrepância entre os estados do Sudeste, uma vez que Minas Gerais apresenta-se com 13.756 matrículas de EJA integrada à Educação Profissional de nível médio em 2011, Espírito Santo apresenta 1.110, Rio de Janeiro 3.625 e São Paulo 262 (MEC, 2013, p. 77). Os motivos desta discrepância podem instigar novas pesquisas no campo da educação.

Quanto à meta 11 do PNE (2015, s/p): “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no setor público”; os dados do Anuário citado acima também aponta que em 2011 havia 384 estabelecimentos de educação profissional federal, 1.552 estaduais, 121 municipais e 2.636 privados.

Os dados quanto as matrículas por região e formas de articulação da educação profissional com o Ensino Médio, em 2011, demonstrados no quadro 4, mostram o total de matrículas em cursos de ensino profissionalizante subsequente ao ensino médio brasileiro superam a soma das duas formas de articulação, exceto no nordeste.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica (MEC, 2013) indica a tendência de inserir a formação para o mundo do trabalho na jornada escolar ampliada, Educação Profissional e Tempo Integral, em especial na região Nordeste, ampliando o currículo de modo a desenvolver nos alunos habilidades e competências necessárias para o trabalho, considerando os contextos regionais nos quais as escolas estão inseridas, ou seja, os Arranjos Produtivos Locais – APLs. O quadro seguinte indica o número de matrícula e as formas de articulação com o ensino médio nas regiões do Brasil.

Quadro 4 - Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio, em 2011

REGIÕES	MATRÍCULAS EM 2011		
	Concomitante com o Ensino Médio	Subsequente ao Ensino Médio	Integrada ao Ensino Médio
Norte	4.597	41.930	18.366
Nordeste	18.428	104.296	109.772
Sudeste	134.032	467.378	63.160
Sul	25.012	154.327	49.058
Centro-Oeste	6.503	36.684	17.357

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MEC/Todos Pela Educação/Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013, p. 78-79).

O anuário citado acima e também as Sinopses Informativas das Estatísticas da Educação Básica permitem visualizar a evolução da participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio. Em 2005, a participação da educação profissional no total de matrículas do ensino médio representava 8,28 %, enquanto que em 2011, representava 14,88%.

2.3 Intencionalidade da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos

Dentre os objetivos desta pesquisa nos propomos a discutir a intencionalidade da expansão dos Institutos Profissionalizantes e Tecnológicos. Visando fomentar esta discussão analisamos o PDE de 2007, publicado por Haddad 2008 e o Documento Base, elaborado pelo MEC em 2007 e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTM (2014-2018) elaborado pelo MEC/SETEC/IFTM, em 2013, recorreremos também às considerações dos autores Saviani (2009), Kuenzer (2001) e Gadotti (1995).

Anteriormente neste trabalho já mencionamos que a política de expansão da educação profissional e tecnológica apresenta um discurso em que valoriza a autonomia e responsabiliza do indivíduo pela sua formação, fato que remete ao individualismo. Além disto, faz-se necessário compreender o cenário econômico e com quem o governo dialogou para formular este plano, para melhor fundamentar a análise intencionalidade da expansão dos Institutos Profissionalizantes e Tecnológicos.

Em 2007, o governo federal implantou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que objetivou acelerar o crescimento econômico do Brasil, foram implantadas no Brasil um conjunto de políticas econômicas e diversas outras políticas e programas, inclusive no campo da educação.

Saviani (2009, p. 5) afirma que “na circunstância do lançamento do PAC, pelo governo federal, cada ministério teria de indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa”, inclusive o MEC. Este autor afirma que o PDE abriga todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. Dentro das ações do PDE, nos interessa discutir as relacionadas com a educação profissionalizante e tecnológica. A obra de Saviani chama atenção para este tópico, ao analisar os IFETS, instituídos pelo Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Segundo este decreto, os Institutos são apresentados como modelos de educação profissional e tecnológica com a missão de inovar o debate sobre a politecnia.

Lombardi, Lucena e Ferri (2003, p. 146) afirmam que politecnia significa “o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de Trabalho”.

E ainda que, o trabalhador deve compreender o trabalho de forma humana e não adestrada visando apenas desenvolver uma ou outra atividade, mas sim, deve vê o trabalho como “mediação que possibilita a própria existência humana” (LOMBARDI; LUCENA; FERRI, 2003, p. 146).

Saviani (2009) destaca que ao formular o PDE o governo fez interlocução com o empresariado e não com os movimentos dos educadores, o magistério, um dos pilares do PDE. Percebe-se nesta consideração uma contradição, pois os agentes que deveriam ser consultados como interlocutores para a execução de um plano deveriam ser os educadores, os profissionais da educação.

O PDE apresentado por Haddad (2008, p. 33) evidencia também que são desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialização. Quanto à questão da educação sistêmica, Saviani (2009) destaca a noção de sistema educacional, que se refere ao modo como o próprio fenômeno educativo é, ou deveria ser, organizado, remetendo ao desafio de educação pública, mantida pelo Estado, mas não sob sua organização.

Este autor, ao analisar o documento citado acima, destaca que a multiplicidade de ações do PDE pode levar à perda do foco da questão principal que é a melhoria da qualidade da educação básica. Sobre a questão da qualidade, o debate que Saviani faz ao analisar a participação do empresariado nos planos sobre educação, evidencia a preocupação dos empresários com a questão da “qualidade total” em que a educação é vista como um produto que pode ser produzido com qualidade variável. Sob a égide da qualidade total afirma ainda que “[...] os verdadeiros clientes das escolas é a empresa ou a sociedade, e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes” (SAVIANI, 2009, p. 45). Percebe-se que Saviani buscou responder em que medida o plano se revela efetivo para enfrentar a questão da qualidade da educação nas escolas de educação básica.

Tragtenberg (2012) sobre a qualidade do ensino afirma:

Fica evidente que problemas como a qualidade de ensino são prioritários nas redes escolares de países de capitalismo desenvolvido. Nas áreas subdesenvolvidas, por ordem de importância, a luta contra o ingresso tardio na escola primária e a deserção no nível primário e secundário são os problemas mais urgentes que devem ser atacados. (TRAGTENBERG, 2012, p.19)

Vieira (2015) em sua discussão sobre o trabalho e educação mostra que o cenário do mercado de trabalho brasileiro no fim de 2003 era caracterizado por baixo nível de escolaridade, pela informalidade e pelo grau de concentração de renda, típico de países subdesenvolvidos, em especial pela questão da educação.

Percebe-se no discurso dos documentos que acompanham a expansão da educação profissional e tecnológica, a presença de perspectivas humanísticas condizentes com a formação integral do ser. O Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, 2007, possui fundamentação teórica embasada em autores como Ramos, Frigotto, Ciavatta (2005), com o intuito demonstrar como deveria ser o horizonte da relação conhecimento e prática do trabalho, apresentando a politecnia como o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno.

Destaca-se, no Documento Base (2007, p. 55), o posicionamento de Ciavatta (2005) sobre trabalho e educação, em que esta autora pontua a importância de “não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos retiram os meios de vida”.

Kuenzer (2001), anos antes da expansão dos Institutos Profissionalizantes e Tecnológicos, já denunciava a face conservadora do Estado, ao analisar as propostas para o ensino médio e o profissional, uma vez que as propostas ainda não havia conseguido superar a velha dualidade da educação. Destaca também que em virtude desta dualidade há “a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos” (KUENZER, 2001, p. 15). Ainda sobre esta questão, afirma que:

Como os determinantes da dualidade estão fora da escola, na estrutura de classes, ela não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar. Contudo indica aqui, no âmbito da concepção da relação entre educação e trabalho, uma interessante contradição, que precisa ser registrada. (KUENZER, 2001, p. 20)

Entretanto esta autora em suas considerações sobre a articulação de teoria e prática ao nível das consciências, e a sua real concepção transformadora e emancipatória, traz uma importante reflexão “A esperança, que não morre está na constatação de que, apesar de tudo, a história é movimento, o homem é também sujeito, e a realidade, felizmente é dialética!” (KUENZER, 2001, p. 100).

Gadotti (1995, p. 25) ao tratar sobre os princípios da dialética, apresenta o princípio do movimento, em que tudo se transforma. “O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza, a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais estabelecidas definitivamente, sempre inacabadas”.

Reflexões sobre estas considerações permitem inferir que dialeticamente é possível considerar que a intencionalidade da expansão dos Institutos profissionalizantes flerta com as duas questões, tanto busca uma iniciativa de superação da dualidade de educação e busca via educação transformar a sociedade, quanto busca atender aos interesses do empresariado em produzir uma educação de qualidade que atenda as demandas do setor produtivo.

2.4 Microrregião de Ituiutaba

A Microrregião de Ituiutaba, composta pelos municípios Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória, pertence à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A maioria de suas cidades foi instalada em meados do século XX, somente Ituiutaba foi instalada no início do século passado, em 1901.

O quadro 5 apresenta dados sobre a extensão, instalação das cidades e economia da microrregião de Ituiutaba. Segundo estes dados, dentre as cidades que compõem esta microrregião Ituiutaba, em extensão, a maior cidade é Santa Vitória, seguida por Ituiutaba e Capinópolis.

Os dados deste quadro mostram também que em 2014, a cidade com maior salário médio era Santa Vitória, seguida por Cachoeira Dourada e Ituiutaba; entretanto, Ituiutaba é a cidade mais desenvolvida economicamente, com maior número de empresas, seguida por Santa Vitória e Capinópolis.

Devido às suas atividades econômicas de Ituiutaba e às empresas que possui, esta cidade exerce importante influência sobre as demais cidades da microrregião, uma vez que as cidades vizinhas buscam nela serviços médicos, educacionais, de profissionais liberais, emprego, dentre outros.

Quadro 5 - Dados sobre a microrregião de Ituiutaba

Cidades	Ano de Instalação	Área em 2015 Km²	Salário Médio 2014	Número de empresas atuantes em 2014	Densidade Demográfica hab/Km²	PIB 2013 - Série Revisada Valor adicionado bruto Total, a preços correntes. Em mil reais
Cachoeira Dourada	1962	200,93	2,50	37	12,39	58.356
Capinópolis	1953	620,72	1,80	405	24,49	266.986
Gurinhatã	1962	1.849,14	2,20	100	3,32	85.635
Ipiacu	1962	466,02	1,50	89	8,73	72.384
Ituiutaba	1901	2.598,05	2,30	3009	37,44	2.234.440
Santa Vitória	1948	3.001,36	2,60	685	6,02	460.674

Fontes: Atlas Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP).

O quadro acima também informa o valor do PIB 2013, valor adicionado bruto total a preços correntes, em mil reais, conforme série revisada, em que as três cidades com maior PIB nesta microrregião são Ituiutaba, Santa Vitória e Capinópolis.

O quadro 6 apresenta dados específicos sobre a população da microrregião de Ituiutaba, nos períodos de 1991, 2000 e 2010, detalhados por cidades apresenta informações sobre sua população total, sobre o número de homens e mulheres, sobre residentes na área urbana e rural, bem como sobre os percentuais de renda per capita, de pobreza e desigualdade de renda por cidade no período mencionado acima.

Analisando os dados deste quadro percebe-se que houve uma evolução nos números de residentes na área urbana da microrregião. Constata-se que em 2010, 91,39% da população desta microrregião, residia na área urbana, enquanto que os moradores da área rural diminuíram consideravelmente. Excetuando o município de Gurinhatã, em que em 2010 ainda possuía maior parte de sua população residente na área rural, as demais cidades possui mais de 80% de sua população residindo na área urbana. Confirmando as considerações dos autores que discutem a queda do campesinato.

Observa-se também que em 2010, a população de Capinópolis possuía a maior renda per capita em reais, seguida de Ituiutaba, Santa Vitória, Cachoeira Dourada, Gurinhatã e Ipiaçu. A concentração de renda destas cidades é medida através do índice Gini, que conforme Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta a diferença entre os maiores e menores rendimentos, variando de 0 a 1: 0 indica total igualdade e 1 indica total desigualdade de renda, isto é, apenas 1 pessoa detém a renda do local analisado. Com base nos dados do Atlas citado o Gini das cidades em estudo, demonstrados também no quadro 6, indica que de 2000 para 2010, apenas Capinópolis teve um acréscimo neste índice passando de 0,58 para 0,59, sendo este o maior índice de desigualdade.

Quadro 6 - Dados da população da microrregião de Ituiutaba

POPULAÇÃO									
	Cachoeira Dourada			Capinópolis			Gurinhata		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
População total	2.284	2305	2505	15060	14403	15290	7640	6883	6137
Homens	1224	1206	1254	7654	7342	7824	4059	3623	3237
Mulheres	1060	1099	1251	7406	7061	7466	3581	3260	2900
Urbana	1728	1993	2225	13172	13140	14302	2715	2834	2692
Rural	556	312	280	1888	1263	988	4925	4049	3445
POPULAÇÃO									
	Ipiacu			Ituiutaba			Santa Vitória		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
População total	4122	4026	4107	84577	89091	97171	16583	16365	18138
Homens	2144	2067	2096	41465	43643	47862	8670	8487	9408
Mulheres	1978	1959	2011	43112	45448	49309	7913	7878	8730
Urbana	3454	3511	3741	78205	83853	93125	12196	12544	14926
Rural	668	515	366	6372	5238	4046	4387	3821	3212
RENDIA, POBREZA E DESIGUALDADE									
	Cachoeira Dourada			Capinópolis			Gurinhata		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	201,44	485,31	606,15	368,92	489,88	834,14	260,11	435,77	587,76
% de extremamente pobres	19,62	3,82	0,11	6,78	4,59	2,25	14,91	5,86	5,39
% de pobres	59,57	20,83	2,63	26,21	23,32	7,19	45,07	27,88	10,42
Índice de Gini*	0,53	0,58	0,35	0,52	0,58	0,59	0,51	0,59	0,49
RENDIA, POBREZA E DESIGUALDADE									
	Ipiacu			Ituiutaba			Santa Vitória		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	245,13	516,97	550,98	474,8	605,26	824,46	283,29	461,96	698,7
% de extremamente pobres	5,53	8,4	1,34	6,23	3,03	1,14	16,27	4,67	1,68
% de pobres	38,52	18,12	6,43	23,94	14,62	4,16	47,46	22,96	4,94
Índice de Gini	0,45	0,62	0,43	0,59	0,57	0,5	0,57	0,56	0,46

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Atlas Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Já a cidade de Cachoeira Dourada em 2010, apresenta o melhor índice de Gini 0,35 indicando uma melhor distribuição de renda. Quanto aos percentuais de pobreza e pobreza extrema, na microrregião em estudo, percebe-se que houve uma redução dos anos de 1991 para 2000 e 2010.

Outro indicador importante para análise da microrregião em estudo é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Atlas Brasil 2013, apresenta as faixas deste índice para servirem de parâmetros. Segundo estas faixas de 0 a 0,499 indica um IDHM muito baixo, de 0,500 a 0,599 indica um IDHM baixo, de 0,600 a 0,699 – médio, de 0,700 a 0,799 – alto e de 0,800 a 1 indica IDHM muito alto.

O quadro 7 apresenta a evolução do IDHM das cidades da microrregião. Os dados apresentados mostram que estes índices das cidades em estudo evoluíram de 1991 para 2010 positivamente. A Cidade de Ituiutaba apresenta o maior IDHM 0,739, seguida por Cachoeira Dourada 0,726 e Capinópolis 0,723.

O Atlas Brasil 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra que entre os componentes que formam o IDHM, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM de todas as cidades da microrregião de Ituiutaba, nos anos de 1991, 2000 e 2010 é a longevidade, seguida da renda e Educação.

Quadro 7 - Evolução do IDHM na microrregião de Ituiutaba

Cidades	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Cachoeira Dourada	0,431	0,616	0,726
Capinópolis	0,470	0,629	0,723
Gurinhata	0,398	0,587	0,680
Ipiacu	0,489	0,625	0,696
Ituiutaba	0,535	0,653	0,739
Santa Vitória	0,456	0,565	0,710
Média da microrregião	0,463	0,613	0,712

Fonte: Atlas Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP).

As informações sobre a relação trabalho e educação e rendimento médio da população ocupada com 18 anos ou mais, no período de 2000 a 2010 são apresentadas no quadro 08. Analisando estes dados percebe-se que o percentual de pessoas que recebiam até um salário mínimo reduziu consideravelmente de 2000 para 2010 em todas as cidades em estudo. Já o percentual de pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos é menor que 5% em todas as cidades, uma vez que 91% da população ou mais recebem até cinco salários mínimos.

Os dados mostram também que Ituiutaba é a cidade com maior percentual de pessoas ocupadas com o fundamental completo em 2000 e 2010, entretanto as demais cidades elevaram esse percentual em mais de 44%, enquanto que em Ituiutaba esse percentual cresceu menos, ficando em torno de 29%. Em média, nesta microrregião este percentual elevou-se em 48,83%.

Já o percentual de ocupados com ensino médio completo é bem menor que o percentual de ocupados com o ensino fundamental completo, entretanto este percentual de 2000 para 2010 cresceu em média 54,33%, destacando-se a cidade de Cachoeira Dourada como a cidade que mais cresceu esse percentual, em torno de 85%.

O percentual de ocupados com 18 anos ou mais, na microrregião de Ituiutaba cresceu em média de 48,83% em 2000 para 54,31% em 2010. Comparando os dados da microrregião com os dados do estado de Minas Gerais, percebe-se que o crescimento foi acima da média do

estado que variou de 37% em 2000 para 41% em 2010, conforme dados do Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano, 2013.

Quadro 8 - Trabalho – ocupação da população de 18 anos ou mais

TRABALHO - OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS						
	Cachoeira Dourada		Capinópolis		Gurinhata	
PERÍODO	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Taxa de atividade	65,56	68,01	62,5	67,03	59,35	64,8
Taxa de desocupação	17,97	3,61	12,32	8,97	11,75	3,6
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	63,07	73,24	48,25	66,49	49,38	43,72
Nível educacional dos ocupados						
% dos ocupados com fundamental completo	34,35	56,47	36,62	52,8	27,65	39,89
% dos ocupados com médio completo	22,04	40,82	22,37	31,82	18,95	25,49
Rendimento médio						
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.*	45,43	12,05	51,75	15,63	54,72	34,43
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	77,95	72,84	80,5	71	84,13	75,42
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 s.m	95,87	94,79	92,7	93,63	94,72	95,33
TRABALHO - OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS						
	Ipiacū		Ituiutaba		Santa Vitória	
PERÍODO	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Taxa de atividade	64,7	57,65	65,6	68,03	66,27	67,53
Taxa de desocupação	8,38	4,2	11,76	5,55	9,59	4,21
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	43,91	65,28	52,2	64	42,94	60,67
Nível educacional dos ocupados						
% dos ocupados com fundamental completo	30,54	49,17	45,41	58,94	33,01	50,15
% dos ocupados com médio completo	18,12	30,63	28,22	38,22	20,31	32,85
Rendimento médio						
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	55,56	13,11	47,26	14,44	55,89	18,4
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	83,93	71,67	76,38	67,21	82,99	67,7
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 s.m	94,69	96,43	91,49	92,55	94,38	94,65

Fonte: Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A evolução da condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário nas últimas décadas do século XX é importante para elucidar as transformações o meio rural das cidades da microrregião em estudo. Consulta ao site do IBGE, realizada em 2015, detecta que a condição ocupante reduziu bastante de 1970 para 1995. Já a condição parceiro é praticamente inexistente em 1995. Prevalece nesta microrregião a condição de proprietário como a mais expressiva, seguida da condição de arrendatário.

2.4.1 Setor produtivo agroindustrial rural de Ituiutaba

A cidade Ituiutaba é composta por cidade com solo fértil e hidrografia abundante, inserida em uma região estratégica com base econômica alicerçada na agropecuária, na

agroindústria, na indústria, no comércio e serviços. As principais empresas de Ituiutaba citadas pelo IFTM no Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (2010) são DPA - *Dairy Partners Americas* (Nestlé), industrial e comercial, Syngenta, Arroz Dólar Ltda, Frigorífico JBS, então (Bertin), Canto de Minas, Indústria Fazendeira.

Em 2008 destacava-se também a atividade agroindustrial na produção de açúcar e Álcool, uma vez que a região estava em acelerado processo de crescimento com a implantação das empresas: Usinas Trialcool, CNAA, Vale do Paranaíba, Grupo Andrade e Dow Química.

O setor agroindustrial rural desta microrregião se sobressai na produção de combustível, na agroindústria de alimentos e no comércio e distribuição de insumos e defensivos agrícolas, integrando processos simples com oportunidades de trabalho em serviços como seleção, classificação, embalagem, dentre outros, passando por processos de transformações com oportunidades de trabalho para químicos, engenheiros, técnicos de alimentos, de informática. Percebe-se que há possibilidades de emprego em toda a cadeia produtiva do agronegócio em atividades na indústria, no comércio, na gestão de empresas e de negócios dentre outras.

As informações do quadro 9 retratam que os setores produtivos agropecuários, indústria extrativa e indústria de transformação são responsável por 37,30% das ocupações para trabalhadores com 18 anos ou mais, em 2010. Considerando esta informação com as contribuições dos autores que fundamentam esta pesquisa, especificamente sobre as transformações provenientes dos avanços tecnológicos e organizacionais e, ainda, dos autores que discutem questões relacionadas com trabalho e educação, podemos inferir que o setor produtivo agroindustrial tem impactado diretamente nos processos formativos da região de Ituiutaba.

Reflexões sobre o setor produtivo agroindustrial rural permite perceber possibilidades de trabalho em diversos cargos e atividades no setor agroindustrial, assim como demanda diversos processos formativos. Conforme já mencionado anteriormente, a exigência pela qualificação do trabalhador está presente cada vez mais nos discursos que tratam sobre a inserção profissional.

Entretanto, dentro das limitações para o acesso aos processos formativos proporcionados pelo IFTM, campus Ituiutaba, que poderia facilitar a empregabilidade no setor agroindustrial, destaca-se que a União não menciona em seus documentos e legislação recursos orçamentários para facilitar o acesso aos cidadãos da microrregião, ou seja, visando

garantir o deslocamento, com o custeio de despesas com o transporte para todos os interessados nesta modalidade de ensino, aprovados em processo seletivo.

O dados dos setores de ocupação das pessoas com 18 anos ou mais, em 2010, são apresentados no quadro 9, conforme o Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano, 2013. Dentre os cinco setores que mais empregavam nesta microrregião em 2010, estão: serviços que emprega em média 40,48% da população com 18 anos ou mais, seguido do setor agropecuário; da indústria de transformação, do comércio e do setor de construção, com respectivos percentuais médios de 25,76%, 11,23%, 10,11% e 5,22%.

A indústria de transformação na microrregião em estudo, setor em que as agroindústrias estão inseridas, estava, em 2010, mais presente como setores de ocupação na faixa etária citada acima, nas cidades de Capinópolis, Ituiutaba e Santa Vitória.

Quadro 9 - Setores de ocupação de pessoas com faixa etária de 18 anos ou mais em 2010

	Setores de ocupação das pessoas da faixa etária de 18 anos ou mais em 2010 (em %)						
	Cachoeira Dourada	Capinópolis	Gurinhata	Ipiacu	Ituiutaba	Santa Vitória	microrregião de Ituiutaba (média)
Setor agropecuário	15,83%	21,44%	49,69%	32,75%	8,98%	25,85%	25,76%
Indústria extrativa	0,00%	0,08%	0,60%	0,90%	0,16%	0,09%	0,31%
Industria de transformação	5,11%	21,37%	2,72%	9,40%	15,93%	12,86%	11,23%
Setor de construção	5,30%	3,74%	2,96%	3,10%	8,42%	7,78%	5,22%
Setores de utilidade pública	5,68%	0,89%	0,09%	1,46%	1,48%	1,21%	1,80%
Comércio	3,59%	12,81%	5,94%	10,13%	16,06%	12,13%	10,11%
Setor de serviços	60,29%	36,38%	25,91%	39,38%	43,90%	37,00%	40,48%

Fonte: Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A pesquisa de Nascimento e Melo (2010) apresenta as dez maiores empresas de Ituiutaba, em 2009, ano seguinte à expansão do IFTM para a Cidade de Ituiutaba, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 10 - As dez maiores empresas de Ituiutaba, em relação à geração de ICMS, em 2009

10 MAIORES EMPRESAS DE ITUIUTABA, EM RELAÇÃO A GERAÇÃO DE ICMS - 2009			
Empresas (razão social)	Setor de Atuação	Ano de de instalação	Número de funcionários em 2009
Arthur Lungdren Tecidos AS - Casas Pernambucanas	Comércio varejista, vestuário, eletrodomésticos e eletrônicos	1949	30
Bertin S/A	Indústria alimentícia e outros (bovinos, couros, produtos higiene	1993	1650
Casas Bahia Comercial Ltda	Comércio varejista, Móveis, eletrodomésticos e eletrônicos	2005	34
Dairy Partners Americas Manufacturing Brasil Ltda	Indústria alimentícia (leite em pó)	2003	185
Indústria Brunelli Ltda	Indústria Alimentícia (café)	1978	70
Ituiutaba Bioenergia Ltda	Indústria Alimentícia e de combustível (açúcar e álcool)	2006	1300
Magazine Luiza S/A	Comércio varejista (Móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, etc)	1986	40
Nestle Brasil Ltda	Indústria alimentícia (leite em pó)	1974	0*
Syngenta Seeds Ltda	Comércio e distribuição de insumos para o setor agrícola, herbicidas defensivos, fungicidas e outros	—	—
Uberlândia Refrescos Ltda	Comércio atacadista (Refrigerante, sucos, energético, cervejas, chá e água)	1976	59

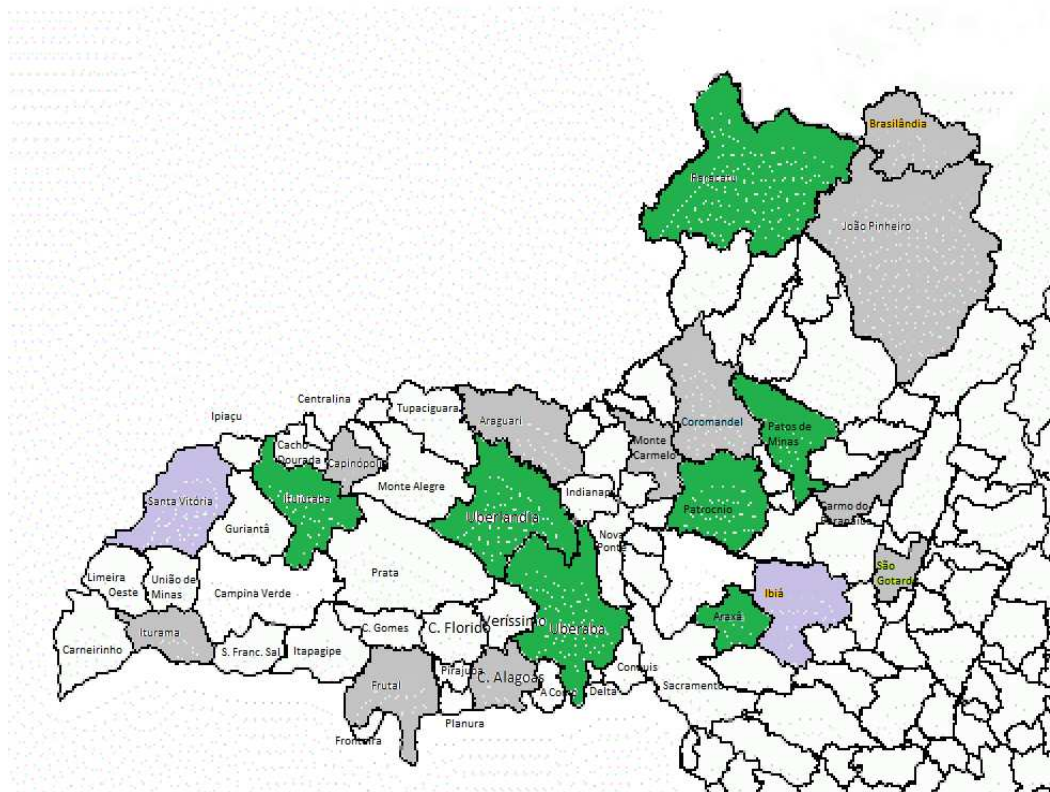
Fonte: Nascimento e Melo, 2009.

Os autores citados acima verificaram em sua pesquisa que os consumidores das empresas comerciais varejistas abrangiam especificamente a microrregião de Ituiutaba. Já o mercado consumidor do setor agroindustrial era mais amplo e compreendia cidades maiores, capitais de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras. Quanto às relações espaciais estabelecidas com os fornecedores, os autores citados acima afirmam que as empresas do setor comercial as ligações são principalmente com São Paulo e outras cidades deste Estado.

Nascimento e Melo (2009) afirmam que as relações espaciais das agroindústrias em particular encontram-se no município de Ituiutaba e na sua região, uma vez que encontram nestas localidades as principais matérias-primas que necessitam.

3.1 A materialidade da formação escolar do trabalhador

Figura 1 - Mapa distribuição dos Campi do IFTM



Fonte: MEC/IFTM (2013) - PDI 2014-2018.

As finalidades, deste Instituto, são apontadas na Proposta de Constituição do IFTM e coincidem com ao artigo 2º da LDB: “A educação, [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MEC/SETEC; CEFET-UBERABA; EAF-UBERLÂNDIA, 2008, p. 9).

Consta também nesta proposta a apresentação dos Campi. Entretanto, devido aos objetivos desta pesquisa destacamos a apresentação do Campus de Ituiutaba e a discussão sobre a intencionalidade da expansão dos institutos profissionalizantes e tecnológicos. Ressalta-se que para esta discussão faz-se necessário muitas vezes um olhar crítico para o discurso dos documentos oficiais, pois em alguns trechos chegam a negar sua intencionalidade, conforme abaixo:

[...] a proposta educacional do IFET- Triângulo não é adequar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) aos objetivos de produtividade do capital em sua fase atual, mas assegurar ao educando um conjunto de conhecimento tecnológico, científico e filosóficos que o instrumentalize para uma compreensão crítica e transformadora do mundo do trabalho. (MEC/SETEC; CEFET-UBERABA; EAF-UBERLÂNDIA, 2008. p. 46)

Percebe-se neste trecho um discurso político que aponta uma formação de profissionais qualificados para compreensão crítica e transformadora do mundo do trabalho, que chega a negar a intencionalidade que é adequar Educação Profissional e Tecnológica ao setor produtivo, conforme citado acima, revelando a categoria contradição neste discurso.

3.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Ituiutaba

O IFTM – Campus Ituiutaba foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A missão desta Instituição apresentada no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio é “Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática” (BRASIL, 2008b, s/p).

Este documento também apresenta a visão do IFTM como sendo: “busca ser referência regional pela qualidade de seus cursos, relevância de sua produção científica e mérito de suas atividades na formação de profissionais competentes e comprometidos com a comunidade a que pertencem” (BRASIL, 2008b, s/p).

As figuras 2 e 3, fotos do IFTM, Campus Ituiutaba, permitem uma visão da estrutura do Campus, bem como da área de sua localização, que está situada em uma área mais afastada do centro da cidade.

Figura 2 - Foto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM - Campus Ituiutaba



Fonte: <<http://www.iftm.edu.br/noticias/index.php?id=5694>>. Acesso em 09 de setembro de 2016.

Figura 3 - Foto da entrada do IFTM - Campus Ituiutaba



Fonte: <<http://pontalemfoco.com.br/wp-content/uploads/2013/06/iftm.jpg>>. Acesso em 09 de setembro de 2016.

O MEC/SETEC/CEFET-UBERABA/EAF-UBERLÂNDIA (2008) preparou a Proposta para Constituição do IFTM. Constan nesta proposta as metas de matrículas para o Campus Ituiutaba para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, conforme o quadro 11.

Quadro 11 - Metas de matrículas – Campus Ituiutaba

META DE MATRÍCULAS - CAMPUS ITUIUTABA					
		META DE MATRÍCULA			
CIDADES	CURSOS	2008	2009	2010	2011
Ituiutaba	Ensino Médio/Informática	40	80	120	120
Ituiutaba	Ensino Médio/ Agroindústria	40	80	120	120
Ituiutaba	Ensino Médio/Saúde Pública	40	80	120	120
Ituiutaba	Ensino Médio/Agricultura e Zootecnia	40	80	120	120
Ituiutaba	Licenciatura em Português e Espanhol	0	40	80	120
Ituiutaba	Bacharelado em Zootecnia	0	0	40	80
Ituiutaba	Ensino Médio/Informática	0	0	0	40
	Total	160	360	600	720

Fonte: MEC/SETEC/CEFET-UBERABA/EAF-UBERLÂNDIA, 2008, p. 45.

Comparando a programação de cursos do acima com os cursos ofertados em 2015 no IFTM, Campus Ituiutaba percebe-se que houve rearticulação dos cursos ofertados, uma vez que os cursos ofertados em 2015 foram:

- Graduação Presencial: Tecnologia em Alimentos; Processos Químicos; Ciência da Computação e Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Pós-Graduação *Lato Sensu* Presencial: Ciências Ambientais; Higiene e Segurança Alimentar e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação;
- Técnico Concomitante ao Ensino Médio Presencial: Administração; Comércio; Agroindústria e Eletrotécnica;
- Técnico Integrado ao Ensino Médio Presencial: Informática; Agricultura; Agroindústria; Eletrotécnica e Química.

Reflexões sobre a meta de matrículas apresentada em 2008 e os cursos ofertados em 2015 mostram que o Instituto realizou ajustes na programação de cursos, uma vez que saíram da programação inicial de cursos para o Campus de Ituiutaba, os cursos de Ensino Médio em Saúde Pública; Ensino médio em Zootecnia; Licenciatura em Português e Espanhol e Bacharelado em Zootecnia.

Por outro lado, cursos não previstos anteriormente foram implantados. Estas constatações permitem considerar que o estudo das demandas por processos formativos pode ter sido ineficaz. Permitem considerar também que os prazos previstos para início dos cursos também foram revistos.

Dentre as justificativas para a criação do Campus Ituiutaba, destaca-se a produção e divulgação de conhecimentos e formação profissional, necessários ao crescimento científico, tecnológico e social da região (IFTM, 2010, p. 9).

3.3 Interação entre o IFTM e o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba

Dentre os objetivos desta pesquisa, destaca-se analisar e discutir a interação entre o IFTM e o setor produtivo agroindustrial rural da microrregião em estudo. O Tribunal de Contas da União, divulgou o Relatório de Auditoria realizado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, TC 026.062/2011 – 9, em que foram visitados Institutos em diversas cidades e regiões, inclusive em Minas Gerais. Especificamente sobre a forma de interação entre os Institutos e seus Campi com o setor produtivo, este relatório menciona que “os Institutos Federais e seus campi possuem três formas de interação com o setor produtivo local, que são o ensino, a pesquisa e a extensão”. (TCU, 2011, p. 21).

Com relação ao ensino, os resultados da auditoria citada acima, apontam que houve convergência de entendimento entre professores e pró-reitores quanto à compatibilidade dos cursos ofertados com as necessidades socioeconômicas locais. Quanto à pesquisa e a extensão, a auditoria do TCU constata dificuldades de parcerias entre os Institutos e o setor produtivo. Dentre as justificativas, este documento cita:

Quanto às ações de pesquisa e extensão, contudo, foram constatadas dificuldades para o estabelecimento de parcerias entre os Institutos Federais e o setor produtivo, motivadas, principalmente, pelos trâmites burocráticos e pelo desconhecimento das bases legais e instrumentos jurídicos para formalização dessas parcerias. (TCU, 2011, p. 21)

Especificamente em nossa pesquisa documental, percebemos que o caso do IFTM, Campus Ituiutaba, houve ajustes quanto à previsão de cursos a serem ofertados e quanto ao número de vagas e matrículas; este fato nos leva a considerar que pode ter ocorrido desalinhamento com os APLs. A legislação de Minas Gerais, Decreto 44.972, Art.1º, §1º, define estes arranjos como sendo uma:

Aglomeração produtiva de uma cadeia de produção de determinada região do Estado que tenha como característica principal o vínculo entre empresas e Instituições públicas ou privadas, entre as quais se estabelecem sinergias e relações de cooperação. (MINAS GERAIS, 2008, s/p)

O site do BNDES disponibiliza o relatório de Pesquisa 1 sobre análise do mapeamento e das políticas para os APLs em MG. O objetivo deste relatório é identificar os APLs apoiados no estado de Minas Gerais, destacando as Instituições públicas e privadas que os apoiam, bem como os critérios utilizados para seleção destes arranjos.

Dentre as limitações deste documento destaca-se o fato deste não ser datado, porém dados, tabelas e informações ao longo do relatório permitem perceber que este documento é anterior à constituição dos Institutos Federais, pois dentro das Instituições que apoiam os APLs mineiros é citado o CEFET e não os Institutos Federais; além disso, em algumas tabelas os dados são de 2006, já em outras partes do documento percebem-se informações de 2004, 2005, 2006 e 2008.

No tópico 5.2 deste relatório são destacados os arranjos não identificados nos mapeamentos existentes (vazios de políticas), com base em dados da Fundação João Pinheiro. O documento citado acima elenca vinte microrregiões nas quais a totalidade de municípios não participa dos APLs, bem como sua participação no PIB de Minas Gerais, em 2006. A microrregião de Ituiutaba faz parte deste rol de microrregiões e, conforme este relatório, a participação desta cidade no PIB total de MG, em 2006 era 0,75%; no PIB agropecuário era 1,74% e na indústria 0,45%.

Dentre as atividades econômicas relevantes desta microrregião, segundo a participação na Receita Estadual são citadas: 1) abate de bovinos e suínos em matadouros e frigoríficos; preparação de conservas de carnes e subprodutos; 2) preparação do leite e fabricação de laticínios; 3) hipermercados e supermercados; 4) comércio varejista de máquinas e aparelhos de uso domésticos, peças e acessórios; 5) comércio atacadista de produtos de laticínios em geral; e 6) cultura de sementes e mudas.

São enfatizadas neste documento as principais atividades econômicas da microrregião de Ituiutaba como sendo: agropecuária; produtos alimentares; usinas sucroalcooleiras; e agricultura. Dentre as justificativas, no tocante aos municípios que fazem parte dos programas de apoio do Governo, destaca-se que a maioria dos beneficiários apresentam IDHM médio ou médio baixo.

Reflexões sobre estas considerações permitem considerar que a microrregião em estudo não constava entre as selecionadas para políticas de apoio nos APLs e que uma de suas prováveis justificativas seja o fato do IDHM da microrregião que vem apresentado uma evolução crescente. Outra consideração importante é que a descrição do setor produtivo da região em estudo feita pelo IFTM condiz com o relatório apresentado pelo BNDES, acima apresentado.

Especificamente visando traçar considerações quanto à interação do IFTM, com o setor produtivo, ou com os APLs, buscaram-se informações sobre empresas conveniadas com o Instituto, para fins de Estágios, sobre eventos realizados pelos Institutos, disponíveis em sua página e informações sobre os ajustes anuais de ações ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2014-2018) disponíveis na página oficial do Instituto, além da análise das respostas às entrevistas que apresentamos no final deste capítulo.

O PDI/2014 – 2018 (2013, p. 26-43), na seção que trata sobre os indicadores, apresenta alguns objetivos e metas relacionados com a interação com o setor produtivo, dentre eles destacamos o objetivo 9 do PDI (2013) que trata sobre o fortalecimento, ampliação e apoio a atividades de extensão. Para este indicador foram elencadas algumas metas, dentre elas: criar publicações para divulgar programas, projetos e extensão; realizar encontros com egressos; criar empresas Junior no Instituto e ampliar a relação com empresas e Instituições, estabelecendo parceria em 8% ao ano, para viabilizar as oportunidades de estágios, emprego, programas, projetos e outras atividades de extensão. Esta última meta nos interessa em especial, por indicar a porcentagem de parcerias ampliadas.

Especificamente para o Campus de Ituiutaba é que desdobramos nossas análises. A apuração dos resultados para 2014 mostram que a meta que indica porcentagem de atividades de extensão foi cumprida parcialmente em 27,27% e a justificativa foi que “apesar da divulgação das atividades de extensão a participação é de caráter facultativo e nem todos servidores participam” (MEC/IFTM, 2014, p. 21).

Quanto à meta que trata sobre encontros de egressos foi cumprida, já a meta que trata sobre empresas Junior – o Campus de Ituiutaba na aferição feita em 2014, não cumpriu esta meta e a justificativa foi: “Mesmo com a divulgação, a criação de empresas júnior é de caráter facultativo e não houve interessados” (MEC/IFTM, 2014, p. 23). Por fim, a meta que mede o indicador de porcentagem de parcerias ampliadas foi aferida como cumprida integralmente em 2014.

Posteriormente, o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos e Metas do PDI, ano referência 2015, atesta que neste ano as atividades de extensão foram concluídas integralmente: a meta a ser alcançada era 75 e foram aferidas 122 atividades. Quanto ao encontro com egressos foi auferida como cumprida, e quanto à Instituição de Empresa Júnior, constava neste relatório zero Empresa Júnior em Ituiutaba.

Já quanto à meta que trata sobre a ampliação de empresas parceiras do IFTM, o indicador a ser alcançado indicava 29 empresas, e a aferição apontou 26 empresas parceiras, indicando que o IFTM, Campus de Ituiutaba cumpriu parcialmente esta meta. A justificativa

apontada foi: “Devido a algumas parcerias não estarem devidamente formalizadas. Devido aos cortes no orçamento 2015” (MEC/IFTM, 2015, p. 29).

Com relação às empresas parceiras do IFTM, consulta feita ao site do IFTM, em 2016, detectou que este Instituto disponibiliza lista de empresas cadastradas ao IFTM, com e sem estágios, para cada Campus. Percebe-se que a relação de empresas conveniadas abrange vários setores e atividades. A lista de empresas conveniadas com o IFTM - Campus Ituiutaba para fins de estágios é composta por 32 empresas de diversos setores da economia que oferecem estágios. Reflexões sobre esta relação de empresas conveniadas e o relatório de ajuste de 2015 permitem inferir que já houve uma ampliação no número de empresas parceiras desde a última aferição.

Analisando esta lista, é possível identificar que empresas que oferecem estágios especificamente para a agroindústria são doze. Destaca-se as seguintes empresas como conveniadas para fins de fornecimento de estágio para o Técnico em Agroindústria: JBS S/A; EMATER – MG; SAE – Superintendência de água e Esgotos; Resende e Alves LTDA – Panificadora Art Pão; Moderno Self-Service LTDA; Mini mercado Medeiros – Supra Supermercado; Laticínio Canto de Minas LTDA; Usina Frutal Açúcar e Álcool S/A; Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata LTDA – COOPRATA; J. F. Citrus Agropecuária; Usina Coruripe Açúcar e Álcool; Usina Itapagipe Açúcar e Álcool LTDA, dentre outras.

Outra ferramenta que permite perceber esta interação com o setor produtivo são as atividades de extensão agendadas e realizadas divulgadas na página oficial do IFTM, Campus Ituiutaba na forma de notícias, bem como as divulgações feitas por membros do Instituto, inclusive alunos sobre suas participações nos eventos. Reflexões sobre estas publicações permitem considerar que há diversas possibilidades de interação com o setor produtivo.

Estes dados e informações permitem inferir que há parceria entre o IFTM e o setor produtivo local, na forma de convênio, cadastro de empresas e estágios, realizando encontros com egressos e atividades de extensão, embora em alguns casos parcialmente. Mais adiante, na apresentação dos resultados da pesquisa de Campo, a análise das entrevistas complementa esta discussão.

A seguir serão apresentadas considerações sobre o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

3.4 Curso técnico em agroindústria integrado ao ensino médio

O Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, apesar de programado para matrículas em 2008, somente começou a ser ofertado pelo IFTM em 2010, tendo sua primeira turma concluído o curso em 2012. Até o ano de 2015, quatro turmas concluíram este curso, neste Instituto.

O Corpo docente que integra o quadro do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, em 2016, é composto por 31 docentes com as seguintes qualificações: oito possuem apenas Graduação, cinco Curso de Especialização, treze possuem Mestrado e cinco Doutorado.

Este curso está dentro da modalidade Educação profissional e presencial. O eixo tecnológico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio é produção alimentícia, sendo que o número de vagas ofertado foi de 35, e não quarenta conforme programação inicial. Para o ingresso o aluno deverá submeter a processo seletivo, aberto ao público e o candidato deverá ter concluído o Ensino Fundamental Regular ou curso equivalente para efetivar a matrícula.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2010 deste curso descreve o perfil do Técnico em Agroindústria, conforme citado logo abaixo:

O Técnico em Agroindústria é um profissional perfeitamente sintonizado a esta nova realidade socioeconômica atuando em projetos agroindustriais, indústrias alimentícias de processamento de produtos de origem animal e vegetal, restaurantes, hotéis, padarias, cooperativas, supermercados, comércio de hortifrutigranjeiros, laboratórios de controle de qualidade, auxiliando engenheiros de alimentos, químicos, nutricionistas, veterinários e outros, atuando tanto na iniciativa privada e/ou pública e como prestador de serviços. (IFTM, 2010, p. 10).

Dentre as justificativas para implantação deste curso no Campus de Ituiutaba, apresentadas no PPC, destaca-se o fato do Instituto está inserido em uma região que vem se despontando no cenário agroindustrial. Segundo este documento, o Curso Técnico em Agroindústria busca:

[...] por meio da oferta do ensino técnico integrado ao médio, articular a formação geral e formação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia [...] (IFTM, 2010, p. 10).

O Projeto deste curso apresenta detalhadamente os objetivos gerais e específicos deste curso. Destaca-se o objetivo geral apresentado:

O curso Técnico de Nível Médio em Agroindústria na forma Integrada tem como objetivo a formação integral do profissional como pessoa humana, crítica, participativa, proativo e ético capaz de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como, formar este profissional para que seja capaz de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários ao desempenho eficiente e eficaz das funções e atividades requeridas ao profissional. O egresso do curso técnico em Agroindústria terá sólidos conhecimentos tecnológicos da industrialização de produtos de origem vegetal e animal e aproveitamento de resíduos e subprodutos, capaz de atuar conscientemente no setor agroindustrial, determinando tecnologias economicamente viáveis à região, trabalhando em equipe, buscando sempre o aperfeiçoamento técnico-profissional, em concordância com os aspectos ambientais e sociais. (IFTM, 2010, p. 11)

3.4.1 Organização curricular

O Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio está organizado em Unidades Curriculares distribuídas em três anos. O PPC (2010) aponta que os conteúdos curriculares contribuirão para:

[...] capacitar o educando à realização de projetos e atividades de aquisição de matérias primas, de controle agroindustrial, de industrialização de produtos de origem animal e vegetal, de aproveitamento de resíduos e subprodutos, de análises laboratoriais físico-químicas e microbiológicas, de infraestruturas, de planejamento e gestão, requisitados pelo mundo do trabalho. Tais conteúdos estão alicerçados em princípios comprometidos com uma visão real e ideal de homem e de mundo integrados às demais áreas de conhecimento para o desenvolvimento de uma identidade profissional crítica, autônoma e comprometida com os ideais sociais, éticos e humanos. (IFTM, 2010, p.17)

O Projeto Pedagógico do Curso (2010) que estava disponível no site do IFTM em 2015, referente ao Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio foi atualizado para uma versão 2012. A matriz curricular no quadro 12 já está conforme o PPC de 2012.

Outro fato importante sobre o currículo está relacionado ao estágio de 120 horas, porém de caráter não obrigatório. Este fato limita o processo formativo, pois impede que o discente perceba o trabalho como um princípio educativo. Os textos de Marx e Engels sobre educação e ensino, publicados pela editora Navegando, em 2011, sob a coordenação do professor Lombardi, são enfáticos em reconhecer o trabalho como princípio educativo.

Quadro 12 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR									
	1º ano			2º ano			3º ano		
UNIDADE CURRICULAR	CHT*			CHT			CHT		
Arte	33			33			33		
Biologia	66			66			66		
Filosofia	33			33			33		
Física	100			100			100		
Geografia	66			66			66		
História	66			66			66		
LEM - Espanhol	33			33			33		
LEM - Inglês	33			33			33		
Língua Portuguesa	133			133			133		
Matemática	133			133			133		
Educação física	66			66			66		
Química	100			100			100		
Sociologia	33			33			33		
SUBTOTAL	895			895			895		
CARGA HORARIA TOTAL BASE COMUM							2685		
NÚCLEO PROFISSIONALIZANTE									
UNIDADE CURRICULAR	1º ano			2º ano			3º ano		
	CHT*	TEÓRICA	PRÁTICA	CHT*	TEÓRICA	PRÁTICA	CHT*	TEÓRICA	PRÁTICA
Análise Sensorial de Alimentos							100	33	67
Análise Físico-Química de alimentos				100	60	40			
Bioquímica de Alimentos E Biotecnologia				66	44	22			
Empreendedorismo e Gestão Agroindustrial							66	44	22
Fundamentos de Ciências e Tecnologia de Alimentos	66	50	16						
Instalações de Indústrias e Operações Unitárias	66	50	16						
Processamento de Produtos de Origem Vegetal							133	100	33
Microbiologia Geral	66	44	22						
Microbiologia de Alimentos				66	44	22			
Tecnologia de Leite e Derivados							133	100	33
Tecnologia de Carnes, Pescados, Ovos e Mel				133	100	33			
Tecnologia de Panificação e Massas				66	22	44			
Segurança do Trabalho	33	16	17						
Sistema de qualidade Aplicado à Agroindústria	66	44	22						
Tecnologia de Embalagens	66	50	16						
Subtotal	363			431			432		
CH NÚCLEO PROFISSIONAL	1226								
CARGA HORÁRIA TOTAL	3911								

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFTM/Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (2012). Acesso em setembro/2016.

Ainda neste capítulo apresentamos os resultados e discussões das pesquisas realizadas, bem como nossas últimas considerações. Ressalta-se que, conforme mencionado na introdução, nossa proposta foi realizar as pesquisas em dois momentos. Em um primeiro momento as pesquisas bibliográfica e documental visando fundamentar as análises e discussões dos objetivos. Em um segundo momento, a pesquisa de campo.

3.5 Resultados e discussões das pesquisas bibliográfica e documental

É importante resgatar que o objetivo principal desta dissertação é discutir a relação da política de educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba-MG e a empregabilidade no meio rural, mais especificamente na agroindústria rural, dos egressos do curso Técnico em Agroindústria em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

Dentre os autores que fundamentam esta pesquisa estão alguns clássicos, em especial Marx e Engels (2007), Marx (2013) e também autores contemporâneos, pesquisadores sobre a relação Trabalho, Sociedade e Educação. Estes autores, ao tratarem sobre as categorias trabalho, educação, modo de produção e processos de trabalho, apontam como fundamental para estudar estas categorias considerar as realidades em que os fatos ou fenômenos estão inseridos, ou seja, as condições materiais postas.

Os resultados iniciais desta pesquisa mostram que na relação da política de educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba e a empregabilidade é marcante a presença das categorias contradição e ideologia. A contradição é perceptível na escolha dos agentes formuladores dos documentos oficiais, nos discursos sobre as intencionalidades, nos discursos sobre os processos de formação, em especial os que tratam sobre superação da dualidade da educação, bem como nos discursos sobre a interação com o setor produtivo.

Constata-se isto nas discussões já desenvolvidas ao longo deste trabalho, as quais deixam claro que a intencionalidade desta política flerta tanto com uma tentativa de proporcionar uma educação capaz de tornar os cidadãos críticos e emancipados quanto com o interesse de atender as exigências do setor produtivo, ou seja, com o desejo de uma escola reprodutora das necessidades do setor produtivo.

Reforça esta constatação o fato de haver indícios de busca por um processo formativo emancipador, pelo fato do governo fundamentar seus discursos com teorias de uma corrente humanística, como Ramos, Frigotto e Ciavatta (2005). Por outro lado, o Estado prioriza que os formuladores dos documentos que norteiam as mudanças na educação brasileira sejam empresários e não educadores.

Percebe-se esta utilização de teorias humanísticas, por exemplo, quanto os formuladores do Documento Base (2007) se utilizam de uma citação de Ciavatta (2005, p. 55) que evidencia bem nossas constatações sobre o flerte com as duas intencionalidades “não

reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos retiram os meios de vida”.

Constata-se também que os documentos consultados apresentam os Institutos Federais como modelos de educação profissional e tecnológica com missão de inovar o debate sobre a politécnica. Contraditoriamente, ao analisarmos PPC do Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, percebemos que o estágio não é obrigatório. A efetiva prática do estágio por parte dos educandos possibilita que estes vivenciem o trabalho como princípio educativo, sendo que o caráter facultativo tende a favorecer a não execução de determinada atividade.

Observando os ajustes das metas do PDI (2013), percebe-se que algumas metas de caráter facultativo, não foram executadas, e as justificativas apresentadas foram exatamente o caráter facultativo que faz com que não haja interesse dos executores.

O contexto histórico, político, econômico e social narrado por Vieira (2015) mostra que houve avanços e retrocessos no campo da educação. Reflexões sobre as contribuições da pesquisadora Kuenzer permite considerar que em alguns momentos os retrocessos são maiores que os avanços.

Um ponto central na discussão que Kuenzer (2001, p. 20) sobre a dualidade da educação é sua constatação que “os determinantes da dualidade estão fora da escola, na estrutura de classes e não podem ser resolvidas no âmbito do Projeto Político Pedagógico escolar”.

Esta constatação é desalienadora, pois permite discutir as políticas educacionais de modo crítico ou irônico, não as vendo com uma visão romântica de que irão solucionar os problemas históricos da educação, como a questão da qualidade. Especificamente sobre este dilema, Tragtenberg (2012), afirma que a questão da qualidade do ensino não pode ser priorizada em países como o nosso, subdesenvolvidos, uma vez que temos questões e dilemas relacionados com a educação que ainda não foram superados, como evasão escolar, abandono, ingresso tardio, dentre outros.

Todavia, questões como número de cursos, números de vagas e interiorização de cursos via ampliação dos números de Campus dos Institutos Federais permitem considerar que houve um avanço inquestionável. Não somente relacionado aos cursos de ensino médio, como também em relação ao acesso ao ensino superior.

Constata-se também nesta pesquisa que as mudanças no ideário do Estado, a partir de 1990, ao assumir um posicionamento Neoliberal, focando as políticas para atendimento às exigências do mercado e Instituições internacionais, bem como mudanças no campo

econômico, tais como globalização abertura comercial e privatizações, têm impactado drasticamente no perfil dos egressos da educação básica.

Estudos mostram que estes impactos são significativos, pois alteram as exigências nas competências e qualificações necessárias ao trabalhador, uma vez que o setor produtivo precisa ser competitivo cada vez mais. Entretanto, este setor, conforme discutido por alguns autores ao longo deste trabalho, não arca com a qualificação do trabalhador, e muitas vezes de forma alienante impõe uma busca por qualificação muito acima da necessária.

As contribuições de Hirata (2013) França e Scocuglia (2011), Hobsbawm (2015), Previtali (2011), Lombardi, Lucena e Ferri (2013), Castel (2015), Kuenzer e Grabowski (2006), dentre outros, sobre as transformações no mundo do trabalho, exigências do setor produtivo, a questão da qualificação, da empregabilidade e, em especial, sobre as políticas que enfatizam a qualificação para garantir a empregabilidade, são fundamentais para a formulação de nossas considerações finais.

Estas contribuições permitem perceber que a questão da empregabilidade, foco principal de nossa discussão, em alguns momentos não passa de uma ideologia. As contribuições de Castel (2015) inclusive são enfáticas ao afirmar que as políticas que adotam o discurso da qualificação para garantir a empregabilidade possuem uma visão otimista das situações de crise ou, conforme Egan (2002) apresenta os modos compreensão de mundo, podem ser consideradas românticas.

Entretanto, Kuenzer (2001) e Gadotti (1995) chamam atenção para a importância de discutir estas questões dialeticamente, levando em consideração o movimento, uma vez que as situações estão em constantes transformações. Considerando este movimento, há de se considerar que as crises também passam, assim como discute Hobsbawm (2015), que descreve diversos acontecimentos no século XX, em que há crises e prosperidades.

Em momentos de prosperidade, os profissionais qualificados apresentam perfil mais atrativo para o setor produtivo. Entretanto, isto não lhes garante a empregabilidade, pois, conforme a discussão de Kuenzer (2001), os determinantes estão fora da escola. Pode ocorrer que determinado local, região ou setor da economia apresente índice alto de pessoas muito qualificadas e, nestes casos, o setor produtivo prefere contratar o profissional com qualificação além da necessária para exercer as atividades, conforme discutido também por Hirata (2013).

Pode ocorrer também que o mercado esteja em carência de profissionais qualificados e, neste caso, as oportunidades são maiores. Aqueles com diferencial na qualificação poderá conseguir emprego com mais facilidade. Tudo depende das condições materiais que estão

ocorrendo em determinado tempo e sociedade, conforme defende Marx (2013). Entretanto, o setor produtivo adota um discurso hegemônico sobre a questão da qualificação de tal forma que o trabalhador alienado acata-o como verdadeiro, evidenciando a presença das categorias ideologias e alienação.

Percebe-se nas contribuições dos autores estudados que as exigências estão sendo postas tanto no meio rural, como no urbano. Inclusive nos últimos tempos o meio rural tem passado por diversas transformações, também proveniente dos avanços tecnológicos e organizacionais. Ao longo da fundamentação desta pesquisa, diversos autores tratam sobre transformações ocorridas no meio rural. Dentre eles Ianni (2004), Previtali (2011), Lombardi, Lucena e Ferri (2003), Martins et al. (2014) e Balsadi (2001).

As contribuições destes autores mostram que o trabalho no meio rural assumiu nova configuração, novas dinâmicas surgiram, como as agroindústrias no meio rural. Os resultados das pesquisas em publicações destes autores mostram que a relação trabalho, educação e meio rural passou por reestruturação, impactando diretamente nos processos formativos, nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores do meio rural, na forma de controle social, dentre outros. No setor específico foco deste estudo, o setor agroindustrial, não é diferente.

Os resultados do estudo bibliográfico dos dados sobre a educação básica, em especial sobre o ensino médio e a educação profissional, já apresentados na fundamentação teórica bem como os resultados da pesquisa de campo, apresentados no tópico seguinte, permitem traçar considerações sobre a relação formação profissional, empregabilidade e meio rural agroindustrial, a partir da política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica.

Além das constatações já mencionadas, percebe-se que nestas relações há a presença marcante das categorias, mediação, alienação e responsabilização além de uma tendência ao individualismo. Os processos formativos, a partir de 2008, passam a assumir dupla função, aparecem como mediadores entre a força de trabalho e o setor produtivo, assim como propedêuticos ao ensino superior.

A forma como ocorre esta mediação é caracterizada pela presença das categorias responsabilização e alienação. Constata-se isto pelo fato de que os processos formativos provenientes da expansão da educação profissional e tecnológica orientam-se por uma concepção de educação que transfere para o cidadão a responsabilização pela sua formação/qualificação, ficando evidente uma individualização presente nos discursos dos formuladores dos documentos oficiais que tratam sobre esta expansão na verdade instiga ao individualismo. Há um discurso que indica que cabe a cada indivíduo fazer a sua parte para

adquirir suas competências e assim conseguir sobressair, conseguir sua empregabilidade, como se as condições materiais postas fossem iguais para todos.

Na busca por conseguir adquirir competências e habilidades que proporcionem a empregabilidade, os indivíduos entram em uma “ciranda” em que, cada vez mais, buscam por maiores qualificações e por mais competências, reconhecendo o discurso do setor produtivo como verdadeiro. Percebe-se que o setor produtivo instiga este processo, em que o indivíduo fica alienado. Em alguns casos os indivíduos buscam por várias qualificações, que não lhes garantem o emprego e, ainda em muitas vezes, quando conseguem emprego, não se reconhecem neste trabalho por não terem autonomia sobre o que fazem e, conseqüentemente, não sentem satisfeitos.

Especificamente no setor Agroindustrial, as considerações de Faria e Previtali (2013) indicam que há expropriação do saber do trabalhador pelo setor produtivo. Percebe-se que o trabalhador, alienado, sem percepção da realidade, com suas contribuições, sobre os processos de trabalho, acabam proporcionado às empresas condições para que estas intensifiquem o trabalho e reduzam o número de vagas de empregos.

Lombardi, Lucena e Ferri (2003) contribuem com esta discussão na medida em que apontam que ao trabalhador não é permitido decidir o que fazer, como fazer e nem quando fazer, mostrando que o processo de trabalho faz com que o trabalhador fique alienado e portanto não se reconheça nele.

Os dados da microrregião de Ituiutaba e, especificamente, o setor produtivo agroindustrial, mostram que este setor é muito importante para a microrregião. Neste setor as agroindústrias buscam na região suas matérias-primas, oferece empregos e produz tanto para o abastecimento do mercado local quanto para outros mercados e contribuem significativamente para o PIB regional e nacional.

Os dados apresentados descrevem esta região como apresentando uma evolução positiva no IDHM, sendo que atualmente a média da maioria das cidades desta microrregião é considerada alta. Os dados mostram também que a cidade com maior número de empresas é Ituiutaba, seguida de Santa Vitória e Capinópolis, sendo estas as cidades com maiores oportunidades de emprego.

Os resultados mostram também que os principais APLs, desta microrregião, elencados nas justificativas para a instalação do Campus de Ituiutaba, são coerentes com os elencados pelo BNDES, no mapeamento dos arranjos de Minas. Esta constatação nos permite considerar que o Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio está alinhado com o setor produtivo, entretanto esta pesquisa possui limitações.

São necessárias novas pesquisas para verificar se as demandas deste setor por processos formativos já foram supridas ou não. Assim como são necessárias novas pesquisas para verificar o alinhamento dos demais cursos ofertados pelo IFTM com os APLs. Os resultados da pesquisa de campo, apresentados no tópico seguinte, permitem uma análise sobre a inserção dos egressos nos processos produtivos do meio rural e agroindustrial, contribuindo, assim, para esta discussão.

Os relatórios de ajustes realizados nos exercícios de 2014 e 2015, junto às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, foram consultados com o intuito de colaborar com a análise e discussão da interação do IFTM com o setor produtivo agroindustrial. Constatase que há interação parcial entre o Instituto e o setor produtivo, embora os ajustes mostrem que as metas relacionadas ao indicador de parcerias tenham sido alcançadas, que haja atividades de extensão e encontros de egressos. Entretanto, percebe-se que ajustes ao longo do Plano citado acima foram necessários inclusive quanto aos cursos ofertados e número de matrículas.

A proposta de Ifetização elaborada pelo MEC/SETEC previa 40 matrículas para o Ensino Médio/Agroindústria em 2008, no Campus Ituiutaba; entretanto, este curso integrado ao ensino médio somente foi iniciado em 2010, com a primeira turma concluindo o curso em 2012 e a turma inicial com 35 alunos e não com 40, conforme previsto. Os resultados das entrevistas com os egressos agregam as considerações que fundamentam nossas considerações sobre este objetivo, uma vez que apresenta a percepção dos egressos sobre o processo de interação em estudo.

Quanto ao objetivo específico de verificar a efetividade desta política para a formação de profissionais qualificados tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã, consideramos que uma política que flerta tanto com os interesses do setor produtivo quanto com a formação de cidadãos críticos e emancipados, tende a pesar para um lado. Especificamente neste caso, as teorias nos mostram que o setor produtivo é o mais favorecido.

As teorias apresentadas ao longo deste trabalho, em especial as contribuições de Frigotto (2001), nos mostram que a formação integral capaz de emancipar os cidadãos, de torna-los autônomos, ainda tem muitos desafios, portanto, está longe de ocorrer. As considerações de Tragtenberg (2012), já mencionadas, sobre a questão da qualidade do ensino, permitem perceber que muitos problemas da educação ainda não foram superados, como ingresso tardio na escola primária e a deserção no nível primário e secundário, etc.

Estas questões são essenciais também para que os processos formativos sejam capazes de tornar os cidadãos críticos e emancipados. Além disto, constata-se que os processos formativos dos Institutos Federais são seletivos, uma vez que há processo seletivo para

ingresso, as oportunidades não são para todos. Estes processos também marcam categorias não permitem que os processos formativos sejam eficazes, como contradição, alienação, individualismo e responsabilização.

Historicamente os processos formativos das escolas técnicas visam atender os menos favorecidos e preparar para o mercado de trabalho. Características de políticas assistencialistas, não capazes de provocar rupturas. As constatações acima, em especial sobre os determinantes da dualidade da educação, sobre a qualidade da educação, sobre a escola profissionalizante e tecnológica e sobre os processos de formação, tendem a confirmar nossa hipótese estabelecida na metodologia da pesquisa de que a escola profissionalizante e tecnológica não assume o papel de formação integral, portanto não prepara o cidadão tanto para o trabalho quanto para a vida cidadã. Isto porque, percebe-se em alguns momentos que há uma tentativa de ser eficiente, fazer o melhor possível com o que há de disponível, porém faltam, ainda, muitos subsídios para a eficácia, para a verdadeira formação integral. Portanto os dados da pesquisa de campo são primordiais para confirmação ou não de nossa hipótese.

Todavia as condições postas a toda a educação básica, até mesmo ao ensino médio regular público, propedêutico ao acesso ao ensino superior, em que as condições postas para muitas escolas são precárias, permitem constatar que os discentes dos Institutos Federais estão em vantagens em relação aos de alunos ensino regular público, uma vez que estes estão em período integral na escola, envolvidos com atividades de pesquisa e extensão, com oficinas e reforços em língua estrangeira, contam grande número de docentes com formação nos níveis mais elevados da educação: mestrado e doutorado.

Especificamente sobre os docentes que integram o quadro do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, pesquisa feita ao site do IFTM, em 2016, constata que dos 31 docentes deste curso, 25,81% dos docentes possuem apenas graduação, 16,13% possuem especialização, 41,94% possuem mestrado e 16,13% possuem doutorado, além disto, os alunos dos Institutos Federais contam com possibilidades de intercâmbio, monitorias, dentre outras, representando, assim, um diferencial positivo no processo formativo dos Institutos Federais.

3.6 Resultados da pesquisa de campo

O nosso primeiro passo para a realização da Pesquisa de Campo foi realizar uma visita ao IFTM, Campus Ituiutaba, onde mantivemos um primeiro contato com o coordenador de

egressos do Instituto. Inicialmente, não conseguimos os dados sem um pedido oficial feito pelo nosso orientador.

A solicitação que fizemos foi dos dados dos egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, desde a primeira turma até os concluíram o curso em 2015. Entretanto, o Instituto nos forneceu a relação de alunos matriculados no período de 2010 a 2015, uma vez que os dados dos egressos não estavam catalogados. Destacamos que o professor que nos atendeu e se dispôs a ajudar, inclusive nos disse que haveria uma Semana Tecnológica no IFTM, em que poderíamos tentar o contato presencialmente com os egressos, uma vez que o Instituto realizaria o encontro de egressos, neste evento. Porém ao questionarmos sobre a presença dos egressos recebemos a informação que poucos participavam.

A não catalogação dos dados dos egressos de certa forma dificultou nossa pesquisa, pois os dados dos alunos matriculados estavam totalmente desatualizados. A primeira opção que fizemos foi enviar e-mail para todos os alunos que estavam com e-mails registrados na relação de alunos matriculados que recebemos do Instituto. Ao todo enviamos inicialmente 142 e-mails, destes recebemos inicialmente apenas sete respostas.

O próximo passo foi utilizar da ferramenta WhatsApp, até mesmo por questão de redução de custos e por ficar documentado, com possibilidade de envio de informações para a caixa de e-mail. Foi aberto um grupo de WhatsApp para cada turma. Aproveitando a informação fornecida pelo coordenador sobre o possível encontro de egressos, resolvemos chamar os egressos no grupo e, além de expor sobre nossa pesquisa, passamos para eles que eu havíamos detectado que as informações dos contatos deles estavam desatualizadas e que iríamos atualizá-las e repassar para o IFTM e comentamos sobre o possível encontro com os egressos que o IFTM pretendia realizar.

De certa forma, ficamos admirados com o interesse destes egressos em participar do encontro, bem como em responder a nossa pesquisa, fato que nos leva a considerar que a pouca participação dos egressos nos encontros seja talvez a falta de conhecimento sobre o evento. Fizemos um pedido aos que respondiam a nossa solicitação, “que eles me ajudassem repassando o contato dos colegas”, e assim fomos montando nossa amostra. Conseguimos atualizar 56 contatos, via os grupos de WhatsApp. Então reenviamos os questionários para esta nova listagem, porém somente recebemos 43 respostas ao questionário aplicado, dentro do prazo estipulado.

3.6.1 Perfil dos respondentes

Dos 43 respondentes, treze eram do sexo masculino e 30 do sexo feminino. Destes, nove concluíram o curso em 2012, 13 concluíram em 2013, quinze em 2014 e seis em 2015. Dentre os 43 respondentes apenas dez estão empregados nas áreas educação; supermercado; administração; serviço público; jovem aprendiz industrial da BP – Ituiutaba Bioenergia, empresa processadora de cana de açúcar; atendente de telefonia; escritório de advocacia. E ainda, uma declarou-se autônoma trabalhando na área de maquiagem, outro se declarou empresário na área de tecnologia, uma declarou-se estagiária na UFU e uma declarou-se bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-UFU).

Dos 43 respondentes, 42 estão matriculados em curso superior. No questionário que aplicamos não solicitamos a informação do local onde estavam estudando, porém alguns complementaram em suas respostas. Acreditamos que esta é uma limitação de nosso questionário, pois assim daria para verificar com exatidão o ingresso ou não no ensino superior público. Os cursos em que os respondentes estão estudando, bem como a quantidade de alunos que mencionaram estar matriculado nestes cursos são:

- Administração - 5;
- Agronomia - 3 (um mencionou que estuda na UEMG – Campus Ituiutaba);
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas - 1;
- Bacharelado em Matemática na UFU e Engenharia Civil na UNIUBE - 1;
- Bacharelado somente em Matemática - 1;
- Ciências Biológicas - 1;
- Curso de Biotecnologia na UFU - 1;
- Direito - 5 (um mencionou que é na UEMG);
- Engenharia Aeronáutica na UFU - 1;
- Engenharia Biomédica - 1;
- Engenharia da Computação - 1;
- Engenharia de alimentos - 2 (um mencionou que estuda no UFTM);
- Engenharia de produção - 3 (um mencionou que estuda na UFU);
- Engenharia Elétrica - 5 (um mencionou que estuda na UFU);
- Engenharia Mecânica na UFU - 1;
- Engenharia química – 1;
- Faculdade de Estética e Imagem Pessoal - 1;

- Gestão em Saúde Ambiental na UFU - 1;
- Medicina - 2 (uma mencionou que estuda na UNB);
- Odontologia - 1;
- Pedagogia na UFU - 1;
- Relações Internacionais - 1;
- Sistema de Informação na UEMG - 1;
- Veterinária – 1.

3.6.2 Considerações sobre a percepção dos respondentes quanto à inserção dos egressos nos processos produtivos do meio rural agroindustrial de Ituiutaba

Os dados da pesquisa de campo possibilita constatar a pouca inserção dos respondentes, egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, no setor produtivo do meio rural agroindustrial da região em estudo. Os fatos que fundamentam esta constatação são sua não inserção no mercado de trabalho do setor produtivo em estudo, sendo que apenas um dos respondentes mencionou que está atuando como jovem aprendiz no setor, bem como a não participação, por parte dos egressos, em estágio neste setor. Entretanto esta constatação não pode ser generalizada a todos os egressos do curso em estudo, uma vez que não conseguimos localizar e nem obter respostas de todos os ex-alunos.

Dos 43 respondentes apenas três fizeram estágios: um no setor agroindustrial, tendo estagiado no Frigorífico PifPaf, porém não localizado na microrregião de Ituiutaba. Os outros dois egressos estagiaram no laboratório de Biotecnologia Animal Aplicada/UFU e a outra na parte de Logística da Panificadora Resende e Alves, localizada em Ituiutaba.

Todavia, destacamos que ao questionar os egressos sobre sua participação em visita técnica ou outra atividade de extensão organizada pelo IFTM, junto às empresas do setor produtivo, obtivemos a resposta que na microrregião de Ituiutaba estes egressos realizaram visitas técnicas em duas empresas do ramo de Panificação; na SAE – Superintendência de Água e Esgoto de Ituiutaba e outra no Frigorífico JBS, do setor agroindustrial rural. As demais visitas técnicas foram realizadas em empresas localizadas fora da microrregião de Ituiutaba: ECOPAV – empresa do ramo de saneamento ambiental, construção civil e de locação de equipamentos; fábrica da Coca-Cola em Uberlândia; Uberlândia Refrescos; Produtores de queijos na Serra da Canastra, IFMG de Bambuí, Caramuru – Itumbiara; Ambev Uberlândia; Empresa de Óleo de Soja Sinhá (Caramuru Itumbiara).

Diante desta constatação e visando melhor fundamentar nossa análise sobre a inserção dos egressos nos processos produtivos, mais especificamente na agroindústria rural da microrregião de Ituiutaba no período de 2008 a 2015, enviamos via e-mail um questionário ao responsável pelo setor de recursos humanos de uma empresa do setor agroindustrial rural da microrregião em estudo, que constava na lista de empresas conveniadas ao IFTM para fins de fornecimento de estágios e também mencionado pelos respondentes como tendo sido visitado. Com base na resposta do setor produtivo ficou confirmado que esta empresa recebe os alunos do IFTM em estágios e visitas técnicas eventualmente quando solicitados e a empresa também é empregadora de egressos do IFTM, Campus Ituiutaba.

Ao questionarmos sobre como o entrevistado considera a participação do IFTM, Campus Ituiutaba no aprimoramento dos processos produtivos da empresa, nos foi informado que considera: “Importante, pois contribui com a formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de jovens talentos que desejam atuar no ramo da Agroindústria” (RESPONDENTE DO SETOR PRODUTIVO).

Já ao questionarmos sobre como o entrevistado considera a interação do IFTM com empresa ou com o setor produtivo local, nos foi respondido que: “Poderia ser melhor, acredito que a Instituição de Ensino deveria usufruir mais do potencial técnico da companhia” (RESPONDENTE DO SETOR PRODUTIVO).

Destacamos que este respondente também afirmou que não conhece o processo formativo do IFTM. Diante das considerações do setor produtivo, que nos afirmou que é empregadora de egressos do Instituto, embora não tenha mencionado egressos de quais cursos a empresa emprega e ainda diante da afirmação que recebe alunos deste Instituto para visitas técnicas e estágios, constatamos que há sim inserção de egressos e alunos do Instituto nos processos produtivos da microrregião.

A inserção profissional dos respondentes no setor agroindustrial é bastante baixa, porém os dados da pesquisa permitem considerações importantes sobre a relação entre a política de educação profissionalizante e tecnológica para a microrregião de Ituiutaba e a empregabilidade dos egressos do curso em estudo. Uma vez que 28% dos egressos, respondentes de nossa pesquisa, além de cursarem o ensino superior, ainda estão trabalhando.

Embora apenas um no setor em estudo. Os demais estão empregados em áreas diversificadas e ainda, há dois dos respondentes trabalham como autônomos e outros são estagiário e bolsista. Fato que permite considerar que a formação técnica e regular ofertada pelo curso em estudo permite a empregabilidade, mesmo que não seja no setor específico da formação.

Percebemos também tanto pelo perfil dos respondentes quanto por suas respostas às perguntas mais subjetivas que há uma prorrogação da busca por emprego por parte de muitos dos entrevistados, em especial pela modalidade “período integral” dos cursos que frequentam: engenharias, medicina, odontologia, direito e outros fatores que podem requerer dos respondentes maior dedicação aos estudos e uma prorrogação da busca pela inserção profissional para após a conclusão do ensino superior.

Na grande maioria das respostas que obtivemos, percebemos que a intencionalidade dos respondentes egressos do IFTM era em maior proporção em preparar-se para ingressar ao ensino superior que uma busca por qualificação técnica, para ingresso imediato no mercado de trabalho, embora quatorze esteja trabalhando e cinco tenham respondido que procuraram empregos e não conseguiram.

Percebemos também nas respostas dos entrevistados anexadas nesta dissertação, que há certa separação por parte dos egressos do ensino profissionalizante e do ensino médio regular, reforçando a questão da dicotomia da educação. Entretanto, na avaliação dos egressos sobre o processo formativo há, em algumas respostas, maior ênfase ao ensino técnico e em outras ao ensino médio, mas de maneira geral para os respondentes o curso é considerado ótimo, muito bom e propício à formação integral.

Da mesma forma, alguns respondentes relatam maior entusiasmo pela parte teórica do curso, como o Respondente 40, que considera que o curso “contribuiu com algumas questões de vestibulares” ou ainda conforme o Respondente 43 que respondeu “como não estou empregada devido à universidade, não posso afirmar que o curso contribuiu para meu exercício profissional. Porém, ajudou bastante em algumas disciplinas do curso superior”.

Por outro lado, há também egressos que destacam a contribuição da parte técnica e das aulas práticas do curso:

Sinceramente, meu interesse em fazer o curso técnico nunca esteve relacionado diretamente a trabalhar na área. Inicialmente, me inscrevi no processo seletivo do IFTM porque era muito nova e queria conhecer alguma área que ao menos me desse um “ponta pé” para escolha de uma universidade; isso realmente aconteceu, devido a matéria de inspeção de carnes, ovos e mel, descobri que a área a qual eu gostaria de atuar era a de inspeção animal e para isso cursar graduação em medicina veterinária. Não trabalho, pois além de minha faculdade ser integral, me dedico a aprender. Sei que no trabalho sempre há o que aprender, mas guardo este momento para um futuro próximo (mais ou menos daqui a 4 anos). Eu considero o curso muito importante em minha vida, pois foi crucial para a determinação de qual graduação eu gostaria de cursar. No terceiro ano do Ensino médio eu tive a disciplina de Inspeção de carnes, ovos e mel dada por uma veterinária, e isso fez despertar em mim um grande interesse em inspeção animal. Sendo assim, optei por graduar Medicina Veterinária. No momento estou cursando

este curso na cidade de Uberlândia – MG e fazendo estágio. Além disso, toda a estrutura tanto teórica quanto estética que o IFTM fornecia aos alunos reflete na minha vida até hoje, pode ser um exemplo bobo, mas quando eu entrei na universidade poucos ingressantes haviam tido aulas práticas no ensino médio, poucos sabiam reconhecer vidrarias, e quase ninguém sabia realizar um relatório de aula prática, sem contar que conhecimento laboratorial não foi devido ao ensino médio no IFTM, mas sim a parte do curso técnico. (RESPONDENTE 11)

Ao questionarmos aos egressos sobre a forma como o curso que realizaram contribuiu para seu exercício profissional, dezessete respondentes consideraram que o curso não contribuiu para o seu exercício profissional, dezessete consideraram que há possibilidades de contribuição e nove não afirmaram nem que sim, nem que não. Porém, em algumas justificativas apresentadas pelos respondentes, percebemos, mesmo que de forma indireta, a importância do curso para os egressos tanto na vida pessoal quanto profissional:

Não diretamente, o curso me ajudou ampliando a minha mente conhecendo uma área que foi extremamente nova pra mim até então. Matérias profundamente técnicas da Agroindústria não me ajudaram, pois minha área é muito distinta, mas algumas matérias como Gestão Agroindustrial, Empreendedorismo, Introdução à informática me ajudaram muito na minha rotina, e isso se eu levar em conta que apenas as matérias lecionadas no curso são consideradas fonte de conhecimento. (RESPONDENTE 37)

Com certeza. Apesar de não trabalhar na área da agroindústria, contribui para o meu desenvolvimento profissional, de me portar, cuidados com higiene, etc. (RESPONDENTE 1)

Contribuiu bastante para minha visão de mercado, de estudo, de trabalho... Mudou bastante minha forma de pensamento, me tornei mais madura após o curso! (RESPONDENTE 31)

Reflexões sobre as considerações acima reforçam as teorias estudadas, em especial as contribuições de Kuenzer (2001) ao afirmar que os determinantes da dualidade da educação estão fora da escola. Algumas das respostas à pergunta 9, sobre como os respondentes consideram as oportunidades de emprego no setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba, reforçam esta constatação:

Acho que não há muita empregabilidade, devido ser uma área em que pouca gente conhece ainda, devido à falta de divulgação do curso técnico, somente as empresas maiores como Nestlé e Frigorífico que conhecem mais essa área e que possibilitam. (RESPONDENTE 22)

Razoável, entretanto quando busquei vagas não consegui. Existe uma resistência do mercado em contratar os técnicos em agroindústria, tenho críticas quanto o nome do curso que não é compreensível por leigos, nem mesmo por órgãos como a Anvisa, que não oferta vagas para Técnicos em Agroindústria. (RESPONDENTE 18)

Poucas, principalmente por conta da idade dos recém formados. (RESPONDENTE 17)

Ruim, pois a área é bem ampla e quando precisei de emprego a “população” entende o curso como verduraria ou açougueiro. (RESPONDENTE 25)

Poucas oportunidades de emprego. Grande parte das oportunidades, na área, na região de Ituiutaba, são através de apadrinhamento dentro da empresa. Porém o mercado de fora de Ituiutaba pode ser mais recompensador. (RESPONDENTE 28)

O setor produtivo na microrregião de Ituiutaba é bem grande já que várias agroindústrias (frigoríficos, Canto de Minas...) que oferecem muitas oportunidades de emprego para pessoas formadas na área. (RESPONDENTE 42)

3.6.3 Considerações sobre a percepção dos respondentes sobre a interação do IFTM com o setor produtivo agroindustrial da microrregião de Ituiutaba

Conforme já mencionado, as formas de interação dos Institutos Federais com o setor produtivo local são o ensino, a pesquisa e a extensão. As informações obtidas na fase inicial de nossa pesquisa, em que a ênfase estava na pesquisa bibliográfica e documental, quanto os dados da pesquisa de Campo, permitem análises e considerações sobre o processo de interação entre Instituto e setor produtivo.

A percepção dos respondentes, egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, do Campus Ituiutaba, quanto à interação do IFTM com o setor produtivo local, e também a percepção do respondente do setor produtivo agroindustrial local permite constatações sobre a questão da interação do Instituto com o setor produtivo local.

Inicialmente, quanto ao “ensino”, percebemos nas respostas dos respondentes que o ensino, o processo formativo, foi um processo de alta qualidade, sobressaindo ao que é ofertado na região, não limitado apenas a questões técnicas e nem tão somente a ministrar disciplinas básicas, com grande potencial em propiciar oportunidades para melhor aprimoramento de processos produtivos quanto para preparar para o ingresso no ensino superior, conforme relatos:

O curso é bastante abrangente, permitindo-nos visualizar várias cadeias de produção do setor alimentício (RESPONDENTE 2)

Excelente, uma formação muito pesada e intensa, que me preparou muito bem, para o peso do ensino superior, reduzindo aquele choque no sistema de ensino médio para o superior. (RESPONDENTE 4)

Entre ruim, regular, bom e ótimo, eu avalio como bom, alguns fatores que atrapalharam o meu rendimento durante o curso foram: excesso de carga

horário, uma vez que fazíamos o curso integrado com o ensino médio, e na maioria das vezes, eu decidia dar preferência para às matérias do ensino médio e falta de maturidade suficiente para compreender que eu estava recebendo uma formação profissional que poderia ser útil na minha carreira profissional, esse fato pode ter sido causado por eu ter ingressado com 14 anos de idade. (RESPONDENTE 12)

Avalio de qualidade, principalmente o seu processo de ensino médio. Consegui perceber no momento, assim como as notas do Enem, que foi possível notar a discrepância entre as demais escolas públicas da cidade. (RESPONDENTE 13)

Ótimo. Especialmente para quem planeja seguir na área de atuação, além de familiarizar os alunos a projetos, concursos, trabalhos acadêmicos e de extensão, preparando-os para ingressar tanto no mercado de trabalho quanto no Ensino superior. (RESPONDENTE 15)

Extraordinário, através dele consegui vários conhecimentos despertou curiosidade que se eu não tivesse feito não teria como ter pensado e muito menos pesquisado. (RESPONDENTE 32)

Destacamos também que nove dos respondentes descreveram o processo de ensino em apenas uma ou duas palavras: ótimo; excelente; muito bom; bom; enriquecedor; e ensino de qualidade. Os demais apresentaram respostas bem subjetivas, com exemplos e explicações.

Ainda sobre a interação do Instituto com o setor produtivo da microrregião em estudo, na forma ensino, percebemos ao analisar a relação de alunos matriculados, que o Instituto nos forneceu, que a maioria dos alunos matriculados nas turmas de 2010, 2011, 2012 e 2013 eram residentes em Ituiutaba, excetuando, um aluno da cidade de Gurinhatã-MG, matriculado na turma de 2011; dois alunos de Capinópolis-MG matriculados na turma de 2012; e um aluno de Capinópolis matriculado na turma de 2013. Este fato permite considerarmos que esta política é limitada no sentido de interiorização e ampliação do número de municípios atendidos com a educação profissionalizante e tecnológica.

Remete também a considerarmos que haja falhas em políticas complementares que poderiam auxiliar a efetividade da expansão da educação profissionalizante e tecnológica e forma homogênea entre os municípios das regiões atendidas, como política de suporte para o transporte escolar intermunicípios. Outras pesquisas poderão contribuir localizando os pontos fracos para esta não efetivação, permitindo assim maiores considerações sobre este assunto.

Quanto ao quesito “pesquisa”, consideramos que nossa pesquisa, não explorou o suficiente para obtermos respostas que melhor nos auxiliasse em nossas considerações. Entretanto muitas das respostas relacionadas à avaliação do processo formativo, quanto às

relacionadas às atividades de extensão realizadas pelos egressos, permitem algumas constatações sobre a forma de interação com o setor produtivo via pesquisa.

As principais participações interativas envolvendo a pesquisa perceptível nas respostas dos respondentes são: o envolvimento na Iniciação Científica; em feiras tecnológicas, familiarização dos alunos a projetos e trabalhos acadêmicos e de extensão; a formação de pensamento crítico; participação em atividades de laboratórios e de forma bem enfática o apoio de professores qualificados para que não haja perda do rigor metódico.

Avalio como muito proveitoso. Os/as professores/as que tivemos são muito competentes, são muito bem formados e sempre buscavam atender as nossas demandas e pedidos (sem perder o rigor metódico necessário). Claro que às vezes as disciplinas eram "decorativas", principalmente quando precisávamos conhecer as tabelas para o tratamento de leite, mas não é por isso que devo desvalorizar todo o trabalho que foi desenvolvido. Outro ponto importante, foi a "mão na massa". Além do aporte teórico, os/as professores/as sempre nos levavam aos laboratórios, afim de que pudéssemos desenvolver aquilo que estudamos em sala e SEMPRE estiveram muito atentos/as a tudo o que fazíamos e a todas as dúvidas que apresentávamos. Sempre se preocuparam em nos orientar com cuidado e atenção. O atendimento não se limitava apenas aos horários de aula em sala, mas os/as professores/as sempre se mostraram muito disponíveis em outros horários e, inclusive, nos ajudavam (quando os/as buscávamos) com outros conteúdos (mesmo que não fossem das suas disciplinas). (RESPONDENTE 41)

O IF é uma escola fora da média, tem seus defeitos como toda Instituição Pública, os professores não são tão valorizados como deveriam (realidade nacional), falta verba pra muita coisa (outra realidade não só de lá). Desde o primeiro anos fomos incentivados “a pensar fora da caixinha” e sempre, pelo menos pra mim, foi bem nítida a mensagem de que lá eles não queriam simplesmente nos ensinar coisas do tipo: “É assim que se aperta um parafuso” “Use esse produto” “Faça isso depois disso”, mas diziam: “Esse é o jeito que fazemos, mas você tentou como?” “Usamos isso, mas se quiser invente uma coisa nova”, “precisamos disso e disso, o que podemos fazer?”. Esse método, junto com todo um apoio para os alunos, para aqueles que têm dificuldades, para aqueles que querem aprender mais, para aqueles que têm ideias novas, fez com que o IF fosse o lugar perfeito pra quem queria o lugar ideal pra crescer. (RESPONDENTE 37)

Ótimo. Especialmente para quem planeja seguir na área de atuação, além de familiarizar os alunos a projetos, concursos, trabalhos acadêmicos e de extensão, preparando-os para ingressar tanto no mercado de trabalho quanto no Ensino superior. (RESPONDENTE 15)

Participei também de Iniciação Científica sobre “Revestimento de Comestíveis em Maçãs Mini processadas”, onde tinha o objetivo de adquirir a composição do revestimento que tinha uma melhor eficiência. [...] (RESPONDENTE 40)

Por fim, quanto à forma de interação com o setor produtivo “extensão”, é possível perceber com base nas respostas dos respondentes, que a participação dos respondentes em

visitas técnicas ou atividades de extensão foi efetiva, uma vez que 35 dos 43 respondentes afirmaram que participaram deste tipo de atividade e apenas 08 disseram que não participaram ou não se lembravam de ter participado. Constatamos também outros motivos para a não participação de aluno nas atividades interativas.

[...] Fui apenas na do ensino médio que era em uma cidade próxima a Ituiutaba, pois eu ainda era melhor de idade e minha mãe não autorizou as outras. Mas a maioria dos meus colegas que foram tinham mais interesse em viajar do que realizar a visita técnica. Uma atividade muito importante de extensão foi a feria de novos produtos, a qual todos os alunos do terceiro ano participaram. Porém o IFTM até hoje não entregou nossos certificados, sendo que trabalhei duro e consegui ganhar com meu produto na feira. (RESPONDENTE 11)

Destacamos que dentre as empresas do setor produtivo agroindustrial rural da microrregião, mencionadas pelos respondentes, apenas houve visita técnica na empresa JBS (Frigorífico). Ressaltamos que a empresa JBS adquiriu o antigo Frigorífico Bertin SA, mencionado na pesquisa de Nascimento e Melo (2009) sobre a identificação dos principais agentes econômicos de Ituiutaba, em 2009.

Todavia, o IFTM, Campus de Ituiutaba proporcionou aos seus alunos visitas técnicas em outras empresas localizadas fora da microrregião, bem como realizou visitas técnicas em empresas com processos de fabricação de produtos não ligados diretamente com o setor agroindustrial rural na região de Ituiutaba, em supermercados, panificadoras e outras, conforme já mencionado anteriormente.

Percebemos nas considerações dos respondentes que estas visitas foram bastante construtivas:

Participei no ano de 2014 de uma visita ao Campus de Bambuí, onde lá existia no Campus o próprio frigorífico, laticínio entre outras produções que era fabricado a princípio para fins do próprio Campus. Fomos também, na mesma viagem, a fazendas produtoras de queijo canastra. No mais, apenas visita que realizei que tive contato com processos produtivos e foi de grande proveito e uma experiência maravilhosa. (RESPONDENTE 20)

Visitamos fazendas produtivas, além de pequenas e médias empresas relacionadas à agroindústria, em especial em uma visita à região da Serra da Canastra. Foi uma experiência que sem dúvida agradou a todos e exemplificou a abrangência da área de alimentos e sua importância. (RESPONDENTE 23)

Foi excelente, conhecemos todo o setor produtivo da empresa, desde seu marketing, produção e logística. (RESPONDENTE 24)

Visita técnica à Caramuru. Foi uma visita para conhecimento dos processos de fabricação dos produtos derivados de milho, soja e outros. (RESPONDENTE 34)

Sim, fizemos viagens técnicas durante o curso. Fomos para Bambuí na Serra da Canastra, no Frigorífico JBS em Ituiutaba e na empresa de Óleo de Soja Sinhá. Todas as viagens foram importantes, enriqueceram nosso conhecimento na área de agroindústria sendo proveitosas, além de divertidas. (RESPONDENTE 42)

Constatamos também em nossa pesquisa que não foram mencionadas visitas técnicas a famílias de pequenos produtores ou pequenas agroindústrias da região, tipo empresas de processamento de polvilhos, farinhas, processadores de frutas para fabricação de doces, pequenos criadores de frangos e outros, com o intuito de além de conhecer e tentar aprimorar os processos produtivos dos APLs. Inicialmente, esperávamos também encontrar este tipo de interação como o setor produtivo local, uma vez que a política prega pelo alinhamento dos processos formativos aos APLs, com o intuito de aprimorá-los.

3.6.4 Efetividade da expansão dos institutos profissionalizantes para a formação de profissionais qualificados tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã

Inicialmente, ainda no projeto levantamos a hipótese que a escola profissionalizante e tecnológica não assume o papel de formação integral, portanto não prepara o cidadão tanto para o trabalho quanto para a vida cidadã.

Nossa justificativa para a escolha desta hipótese fundamentou em nossa percepção preliminar que a escola e a sociedade ainda enfrentam questões e dilemas históricos relacionados com trabalho e educação que não foram superados na prática pelas políticas adotadas no Brasil.

Em algumas das teorias estudadas, em especial nas contribuições de Vieira (2015), Frigoto (2001), Frigotto e Ciavatta (2003), Lombard, Lucena e Ferri (2003) ratificamos esta percepção. Entretanto, ao analisarmos os discursos dos egressos ao relatar sobre a importância do processo formativo que obtiveram, tanto para sua vida pessoal, acadêmica, profissional, quanto para suas aspirações profissionais futuras, nos leva a aprofundar esta discussão.

As constatações obtidas na pesquisa de campo, em especial sobre o processo formativo ofertado pela Instituição em estudo, nos remete a considerarmos que há um grande avanço sem precedente, em especial se comparado com os resultados do ensino regular ofertado na região pela escola pública.

Embora nossa pesquisa não possa ser generalizada, uma vez que não conseguimos ouvir a todos os egressos do curso, e ainda que para uma generalização da pesquisa é necessário ter uma amplitude maior envolvendo mais egressos, outros Institutos, em outras localizações e sobre condições materiais e históricas diversas.

Percebemos nas respostas dos egressos que o curso lhe trouxe uma formação para a vida, além de lhe proporcionar autonomia e conhecimentos tácitos capazes de lhe proporcionar um diferencial positivo em relação à formação dos demais. Alguns dos respondentes foram capazes de claramente relatar esta situação:

Avalio como ótimo. Me auxiliou no primeiro curso que iniciei (Graduação de Tecnologia em Alimentos no IFTM Uberlândia) e tem me auxiliado na atual graduação, além de que entendo melhor os processos de conservação, o que acaba auxiliando até em casa. É um curso ótimo que apenas, na minha opinião, precisaria se atentar cada vez mais, a produção de novos produtos e aprimoramento dos conhecimentos relativos ao eixo tecnológico do curso. (RESPONDENTE 6)

Melhor ensino de Ituiutaba, o curso técnico de agroindústria me fez melhorar na parte de biológicas que eu tinha mais dificuldade e criou uma base muito boa pra gente fazer o Enem com tranquilidade e ingressar nas faculdades que eu queria sem pagar nenhuma. (RESPONDENTE 14)

Avalio muito positivamente, vejo meu diferencial em comparação aos colegas que fizeram o Ensino Médio comum, tive contato com a pesquisa, amadureci enquanto profissional e isso me modificou como ser humano, sempre falo que a experiência IF transforma jovens em adultos completos, inteligentes e produtivos. (RESPONDENTE 18)

De ótima qualidade, o curso oferece uma ótima base de conhecimento na área. Capaz sim de formar grandes profissionais. Mesmo pessoas, que não sigam a área depois do curso, leva aqueles conhecimentos para o resto da vida. O IFTM ensina a nos pensar criticamente. (RESPONDENTE 28)

Recebi uma ótima educação e formação no IFTM, com professores qualificados que nos ensinam não só sobre indústrias, alimentos, melhoria, mas também a lidamos com as surpresas e adversidades da vida para ter um bom desempenho no que fazemos. (RESPONDENTE 29)

Foi um processo muito diferente do que um simples ensino médio normal. Me envolvi bem mais, vivenciei coisas muito diferentes do que a rotina de um estudante nessa fase. Indico para todas as pessoas que consigo, pois o IFTM acrescentou na minha vida e tem grande parte na pessoa que eu estou me tornando. Falo com muito amor desse lugar. Sobre a formação, acredito que sai pronta pra tentar seguir algo nessa área. Até na minha faculdade tem grande influência, os trabalhos científicos que me trouxeram uma carga maior de experiência, e até as matérias mesmo (tive umas duas matérias na faculdade até agora que eram exatamente o que eu já tinha estudado no IFTM). (RESPONDENTE 31)

Correlacionando as percepções dos respondentes com as contribuições de autoras que fundamentam nossa pesquisa como Maria Lucia Aranha e Acácia Kuenzer, dentre outros, permite perceber que há indícios nas respostas obtidas que a formação que os respondentes receberam caminha no sentido de superação da dicotomia da educação.

Entretanto, percebemos também nas respostas dos respondentes certo grau de romantismos e entusiasmos, em especial por terem conseguido acessar ao ensino superior. E constatamos que os egressos respondentes consideram que receberam um processo formativo de qualidade. Todavia, a formação integral, propícia à emancipação, ao convívio social e vida cidadã na perspectiva dos autores Mészáros (2010), Frigotto (2001), Frigotto e Ciavatta (2003), e outros da perspectiva histórica crítica não pode ser confirmada.

A pesquisa de campo não detecta indícios da concepção de educação destes autores, em sua totalidade, uma vez que as respostas dos respondentes em nenhum momento veem o processo formativo que receberam com potencial de formação humana e solidária e/ou que contribua com a construção de projetos sociais alternativos.

Percebemos que, em todas as respostas, há um reconhecimento do potencial do curso em proporcionar sucesso aos que souberam aproveitar, explorar bem o curso, como um culto ao individualismo, em que o curso pode leva-los a sobressair sobre os demais em certos momentos de sua caminhada acadêmica ou na vida pessoal.

As respostas não permitem perceber um envolvimento maior com a humanidade solidária, com construção de projetos sociais alternativos ou com alguma causa para com próximo. Por este motivo acreditamos que, apesar dos avanços, em relação ao ensino médio regular, com relação ao acesso ao ensino superior, até mesmo em universidades públicas, em cursos mais almejados como medicina, engenharias, direito e outros, ainda não podemos considerar o processo formativo como efetivo tanto para o trabalho quanto para o convívio social e vida cidadã.

As respostas dos respondentes em algumas vezes até consideram que o curso os tornou mais críticos, mais preparados para a vida, mas em nenhum momento menciona que os processos formativos os tornaram mais envolvidos com questões sociais, políticas ou para com o próximo, nem mesmo menciona que em seu processo formativo foram levados a pensar sobre as condições postas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos analisar e discutir a relação entre a política de educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba e a empregabilidade no meio rural, mais especificamente na agroindústria rural, dos egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

Para as considerações finais de nossa proposta, a análise e discussão dos objetivos apresentadas neste capítulo, propiciaram um olhar mais profundo do objeto de nosso estudo, bem como dos agentes envolvidos. Enfatizamos, entretanto, que nossa proposta foi analisar e discutir sem apontar soluções aos problemas que imaginamos ter encontrado.

Acreditamos que as reflexões críticas que apresentamos possam contribuir com outros pesquisadores, ou a quem tiver interesse nesta temática. E ainda, que auxiliem na percepção sobre as tendências que a relação educação profissionalizante e tecnológica tem assumido nos últimos anos.

Concluimos, ainda, que ao longo do tempo, em especial no período de 2008 a 2015, a educação profissionalizante e tecnológica passou por avanços sem precedentes, fruto das condições políticas e econômicas do país. Além disso, estes avanços são bem maiores que apenas avanços em números de matrículas, números de cursos ou em ampliação de estruturas, uma vez que potencializaram melhorias nos processos formativos. Todavia, as pesquisas que fizemos mostram que estes avanços são marcados pelas categorias contradição, alienação, individualismo, responsabilização e mediação que limitam uma formação integral, conforme os pressupostos de Marx e Engels.

Os resultados permitem concluir também que o caráter dicotômico ainda prevalece, entretanto há avanços na tentativa de superar a dupla função e em apresentar uma escola capaz de preparar para o mercado de trabalho e para o acesso ao ensino superior. Os dados da pesquisa de campo permitem concluir que no caso da amostra que analisamos os avanços no sentido de acesso ao ensino superior são maiores que quanto à empregabilidade. Especificamente nos resultados desta pesquisa, percebemos uma postergação da tentativa de acesso ao emprego, e maior valorização formação superior e para grande número de respondente há a opção ou imposição pela dupla jornada trabalho e estudo.

Concluimos que há uma limitação do mercado de trabalho agroindustrial regional em abarcar os egressos pesquisados, embora em nossa pesquisa os fatores determinantes desta realidade não foram investigados. Detectamos também que o potencial do setor produtivo rural, de pequeno porte, tipo agricultura e ou agroindústria familiar não foram mencionados,

nos levando a considerar que há um desalinhamento com os APLs, portanto, não há o estabelecimento de sinergias e relações de cooperação entre o curso em análise e estes segmentos.

Percebemos, ainda, que os egressos estão inseridos em outras áreas e também que muitos estão matriculados em cursos adversos ao setor agroindustrial, realidade que nos permite defender que há por parte do aluno uma negação da educação profissionalizante tecnológica nos moldes como está posta. Entretanto, há também uma busca por aproveitar a melhor oportunidade que estes têm disponível em matéria de ensino, para ingressar ao ensino superior, mesmo que tenha que se submeter a aulas práticas e, neste caminho, concluímos que muitos mudam sua percepção sobre as aulas práticas e técnicas.

Especificamente no caso da amostra desta pesquisa, consideramos que o acesso ao ensino superior são maiores que quanto à empregabilidade. Porém, esses avanços ainda são pequenos no sentido de uma escola pública unitária, capaz de também preparar para o convívio social, a vida cidadã e a construção de projetos sociais e alternativos. Ressaltamos, entretanto, que não podemos generalizar este resultado, devido à limitação de representação que nossa pesquisa apresenta.

Concluímos também que nossa hipótese levantada, se olhada pela ótica de uma corrente mais humanística, pode ser confirmada, uma vez que os egressos ao responderem sobre o processo formativo que receberam o analisa com entusiasmo, pelo potencial do curso em fazê-los sobressair sobre os demais, cultuando seu mérito, divergem da perspectiva mais humanística e histórica crítica, que considera a realidade em que os fenômenos estão inseridos e ainda pelo fato que observamos que muitos respondentes acabaram absorvendo integralmente a intencionalidade posta pelos formuladores desta política, ou seja, assimilaram a concepção de educação do empresariado.

Todavia, nossa pesquisa aponta superação de questões e dilemas e mostra indícios de superação no sentido de uma melhor formação, porém, conforme Marx (2013) defende totalmente vulnerável as condições presente postas pelo modo de produção vigente.

Podemos concluir também com base nas respostas obtidas que ainda há grandes desafios para que o processo formativo ofertado pelo Instituto em análise, seja emancipador na perspectiva de autores como Frigotto (2001), Mészáros (2010), Frigotto e Ciavatta (2003), entre outros, tornando o cidadão capaz de envolvimento maior com humanidade solidária, projetos sociais alternativos ou alguma causa, para com o próximo, bem como, tornando-os capazes de ser empregáveis ou reempregáveis caso venham a perder seu emprego. Isto até porque, com base no aparato teórico estudado, a empregabilidade é uma ideologia, uma vez

que para conseguir e manter a condição de empregável, as condições vigentes no setor produtivo são mais determinantes que as potencialidades individuais.

Por fim, consideramos que nossa pesquisa pode auxiliar os agentes formuladores das políticas educacionais, bem como aos Institutos profissionalizantes fornecendo informações sobre possíveis pontos fortes e fracos do processo formativo vigente. Acreditamos que nossa pesquisa dá margens para outras pesquisas sobre trabalho, educação, formação profissional, inserção profissional e outros temas.

Em especial, defendemos que este trabalho pode ser o ponto de partida para outros estudos sobre os fatores que ainda limitam a interiorização da educação profissionalizante, ou seja, que ainda limita a efetiva ampliação dos municípios beneficiados com esta política, uma vez que nossa pesquisa mostra que na microrregião em estudo os estudantes residentes da cidade de Ituiutaba estavam sendo os maiores beneficiados com esta política no período em estudo.

Dos 142 anos matriculados no período de 2010 a 2013, apenas quatro não moravam em Ituiutaba. É importante saber por que os alunos moradores nas demais cidades da microrregião não estão sendo beneficiados, bem como saber por quais motivos, não estão sendo beneficiados. Acreditamos que outras pesquisas poderão verificar se faltam políticas complementares, tipo apoio ao transporte escolar, ou se falta divulgação e ainda se os processos formativos das demais cidades da microrregião não são bons o suficiente para que seus alunos sejam aprovados no processo seletivo do IFTM.

Consideramos também que nossa pesquisa possa instigar outras pesquisas no sentido de analisar e discutir o alinhamento dos Institutos profissionalizantes com os APLs menores, ou seja, junto com pequenos produtores, pequenas empresas, pequenas agroindústrias no sentido de estabelecimento de parcerias, para cooperação com esses seguimentos menores, no sentido de aprimoramento dos seus processos produtivos, seus processos de trabalho, melhorando assim suas potencialidades, inclusive de geração de empregos e renda.

Consideramos também que a participação dos egressos nas formas de interação com o setor produtivo: ensino, pesquisa e extensão, bem como a experiência adquirida nas aulas práticas, contribuem para despertar no aluno sua vocação profissional. Acreditamos que muitos alunos terminam o ensino médio sem realmente saberem qual curso superior escolher, nem mesmo sabem o que gostariam de fazer.

Esta indecisão também é um determinante para inclusão em um curso seguido de abandono, para insatisfação profissional e para não empregabilidade também. Por este motivo acreditamos que este trabalho possa também instigar pesquisas sobre os processos formativos

dos Institutos federais, bem como sobre suas potencialidades em influenciar o processo decisório do educando, uma vez que detectamos afirmações neste sentido em nossos estudos, por parte dos respondentes.

Por fim, o referencial que norteia nossa pesquisa permite percebermos que a sociedade carece de estudos que instigue a participação dos cidadãos em projetos políticos e sociais, no sentido de construção de uma sociedade mais humana e solidária. As condições atuais de nossa sociedade mostram que a qualquer momento podemos ser surpreendidos fatos ou fenômenos: políticos, ambientais, sociais, econômicos e outros, que nos colocam em situações diferentes das quais estamos acostumados e que, de certa forma, exigem dos cidadãos posicionamentos mais crítico, mais reflexivo e até mais consciente do que estamos acostumados.

Desta forma, acreditamos nossa pesquisa possa instigar a outros estudos sobre a temática que estudamos, bem como norteia a outras pesquisas sobre a relação trabalho, sociedade educação, seguindo uma perspectiva histórica crítica, contribuindo, assim, para reflexões relacionadas à construção de um mundo melhor, com mais questionamentos sobre as realidades.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARANHA, Maria Lucia, A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

BACELAR, Tânia. Palestra Magna: Política Pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. In: BACELAR, Tânia; MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.

BACELAR, Tânia; MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) **Articulação de Política Públicas e Atores Sociais**. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.

BALSADI, Otávio V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017>.
Acesso em dez./2015.

BASCO, Carlos A. **Prefácio pelo IICA**. Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.

BNDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Relatório de Pesquisa 1. Minas Gerais. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_MG.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. Edição digital, abr. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.241, de 22 de agosto de 1927**. Institui o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos equiparados e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1927.

_____. **Lei 378, de 13 de janeiro de 1937a**. Dispõe sobre nova organização do Ministério da Educação e Saúde Pública.

_____. **Constituição Federal de 1937**. Rio de Janeiro, 1937b.

_____. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro. 1942a.

_____. **Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Dispõe sobre Lei orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro. 1942b.

_____. **Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro. 1942c.

_____. **Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942.** Dispõe sobre Lei orgânica do Ensino secundário. Rio de Janeiro. 1942d.

_____. **Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Dispõe sobre Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro. 1943.

_____. **Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946.** Lei orgânica do ensino normal. Rio de Janeiro. 1946a.

_____. **Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro. 1946b.

_____. **Decreto-lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro. 1946c.

_____. **Decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Rio de Janeiro. 1946d.

_____. **Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Dispõe sobre Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro. 1946e.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.

_____. **Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto-Lei 2.208, de 17 de abril de 1997.** Revogado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

_____. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação. Brasília, 2007.

_____. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008a.** Altera o dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b.

_____. Tribunal de Contas da União, **Relatório TC 026.062/2011-9, 2011.** Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20-%20Educacao%20Profissional.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Lei 12.677, de 25 de junho de 2012.** Altera a Lei 11.892/2008 e dá outras providências. Brasília, 2012.

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2015.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: MEC. Ministério da Educação. **Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio.** Brasília, 2007.

CURY, Carlos R. J. Octogésimo ano da “Reconstrução Educacional no Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova, do povo e do governo”. In: LIMA, Antônio B.; CARVALHO, Carlos H.; PREVITALI, Fabiane S. (Orgs.). **O Manifesto dos Pioneiros da Educação:** leituras sobre seus 80 anos. Jundiaí: Paco, 2014.

EGAN, Kieran. **A mente educada:** os males da educação e a ineficiência educacional das escolas. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARIA, Andréia, F., PREVITALI, Fabiane S. Reestruturação produtiva, relações interfirmas e trabalho no setor fumageiro no Brasil, a partir da década de 1990. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 15, p. 247-266.

FEITOSA, André, E. As mudanças estruturais do capitalismo rural e suas implicações na formação de técnicos em agropecuária: A extinção da COAGRI/MEC. **TrabalhoNecessário**, ano 5 n. 5, 2007. (Issn: 1808-799X).

FERRETI, Celso, J. Formação Profissional e Reforma do Ensino Técnico no Brasil: Anos 90. Campinas: **Sociedade & Educação.** v. 18 n, 59. 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Lula e as escolas técnicas**. Entrevista com Paulo Renato de Souza. São Paulo, 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1509200608.htm>>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

FRANÇA, Robson L.; SCOCUGLIA, Afonso C. C. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, Afonso, C. C. et al. (Org.). **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho**: bases para debater a educação emancipadora. Florianópolis: Perspectiva. Jan./jun. 2001, v. 19, nº 1, p. 71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FUCHS, Angela Maria S.; FRANÇA, Máira N.; PINHEIRO, Maria Salete, F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estatísticas e Indicadores**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/estatisticas-e-indicadores>>. Acesso em: 01 dez. 2015a.

_____. **Estudos e Pesquisas**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 01 dez. 2015b.

_____. **Pesquisas Econômicas**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2764-pesquisas-economicas>>. Acesso em: 01 dez. 2015c.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1995.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/664>>. Acesso em: 28 de jun. 2015.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito; Estética: a ideia e o ideal; Estética: o belo artístico e o ideal; Introdução à história da filosofia**. Traduções: Henrique Cláudio de Lima Vaz, Orlando Vitorino, Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).

HELAL, Diogo H. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. **Cadernos Ebape.br**, v. III, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n1/v3n1a06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano O.; BATELLA, Wagner. Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no oeste de Santa Catarina. Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, v.1, p. 41-59, jan./jul. 2013.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed. 53ª reimp. e atual. 2015.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Minas Gerais: **Ituiutaba – Síntese das Informações**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313420&idtema=16&search=minas-gerais|ituiutaba|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. **Dados das cidades de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

IFTM. **Corpo Docente do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/ituiutaba/cursos/tecnico-integrado-presencial/agroindustria/corpo-docente/>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

_____. **Foto do IFTM**. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/noticias/index.php?id=5694>>. Acesso em 09 de setembro de 2016

_____. **Projeto pedagógico do curso técnico em agroindústria integrado ao ensino médio**. MEC: IFTM, Ituiutaba, 2010. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/ituiutaba/cursos/tecnico-integrado-presencial/agroindustria/ppc/>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio**. MEC: IFTM, Ituiutaba, 2012. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/ituiutaba/cursos/tecnico-integrado-presencial/agroindustria/ppc/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. **Relação de empresas conveniadas**. Disponível em: Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/ituiutaba/estagio/empresas/pdf/empresas_conveniadas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Relatório de Acompanhamento de Objetivos e Metas do PDI. Ano Referência 2014**. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/pdi/campus/ituiutaba/download/Relatorio%20de%20%20Acompanhamento_Objeticos_Metas%202014%20Ituiutaba.pdf>. Acesso em setembro 2016.

_____. **Relatório de Acompanhamento de Objetivos e Metas do PDI. Ano Referência 2015**. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/pdi/campus/ituiutaba/download/Relatorio%20de%20%20Acompanhamento_Objeticos_Metas%202015%20Ituiutaba.pdf>. Acesso em setembro 2016.

INÁCIO FILHO, Geraldo. **Monografia sem Complicações: métodos e normas**. Campinas: Papirus, 2007.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica (1994-2014)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em dezembro de 2015.

IPEA. **Situação social nos Estados: Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/120210_relatorio_situacao_social_mg.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA/UFRGS/PGFR, 2013.

KOSELLECK, Reinhart et. al. **O Conceito de História**. Tradução de GERTZ, René E. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KUENZER, Acácia, Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia, Z.; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006, p. 297-318.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOCATEL, Celso. Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil: Políticas Públicas e Pobreza. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1 de nov. de 2012, vol. XVI, nº 418, v. 66. ISSN: 1138-9788. Não Paginado.

LOMBARDI, José C. (Coord.). **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas: FE/UNICAMP. 2011. Disponível em: <http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/06/MARX-E-ENGELS_TEXTOS-SOBRE-EDUCACAO-E-ENSINO1.pdf>. Acesso em 08 jun. 2016.

LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos, A.; FERRI, Cássia. **História, Trabalho e Educação: formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC**. Relatório de Pesquisa. Caçador – SC: Universidade do Contestado, Campus Caçador. Programa de Mestrado em Educação. 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/relatorio/rel_cacador.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

LUCENA, Carlos. Mundialização, ciência e trabalho. In: LUCENA, CARLOS. (Org.). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas: Alínea, 2008.

LUCENA, Carlos; et al. Mundialização e Trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil. In: LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.(Org.). **Mundialização do Trabalho, transição histórica e reformismo educacional**. São Paulo, Campinas: Librum, 2014.

MARTINS, Henrique C. et al. Os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira: um estudo dos integrantes da cadeia agroindustrial do leite em um município de Minas Gerais. Santa Maria. **Santa Maria: Ciência Rural**, v. 44, n. 6, p. 1141-1146, jun. 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 4. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Coggiola, Osvaldo. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEC. **Documento Base** – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007a.

_____. **PROEP 2007**: Gerência de Orçamento e Finanças. MEC, FNDE, PROEP, 2007b. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/relatorio_gofi_proep_2007.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Todos Pela Educação. Brasil: Moderna, 2013.

_____. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**. Versão preliminar. MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. de 2015.

_____. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. REDEFEDERAL. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 15 out. de 2015.

MEC/SETEC. **Proposta em Discussão**. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abr., 2004.

_____. **Folheto Setec**: Institutos Federais, uma conquista de todos os brasileiros. MEC/SETEC, 2010.

MEC/SETEC/CEFET-UBERABA/EAF-UBERLÂNDIA. **Proposta para Constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFET – Triângulo**. Uberaba, 2008.

MEC/SETEC/IFTM. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. Uberaba – MG, 2013. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/pdi/arquivos/pdi.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAS GERAIS. **Decreto 44972, de 2 de dezembro de 2008**. Regulamenta as ações da política estadual de apoio aos arranjos produtivos locais e dá outras providências. Minas Gerais, 2008.

NASCIMENTO, José E. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: O papel do IFMA no processo de modernização do noroeste maranhense. **Anais do VII CONEPI** – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Tocantins, Palmas, out. 2012.

NASCIMENTO, Manoel N. Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. In: PREVITALI, Fabiane S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 165-182.

NASCIMENTO, Plínio A. G.; MELO, Nágela A. Ituiutaba (MG): Identificação dos principais agentes econômicos, 2009. **Anais do IX Encontro Interno e XIII Seminário de Iniciação Científica**. UFU/PIBIC/CNPq/FAPEMIG. 2009. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2009/PDF/IC2009-0347.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

NAVARRO, Vera L., PADILHA, Valquíria. (Org.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009.

NUNES, Sidemar P.; OLIVEIRA, Marcos A. A Emenda 3, a precarização do trabalho e a reforma trabalhista. Como fica a relação de integração na Agricultura? **DESER** - Boletim Eletrônico Nº 157. mar. 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/boletim_completo/Boletim157.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

OLIVEIRA, Giselle A.; PALAFOX, Gabriel H. M. Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre políticas educacionais considerando as abordagens positivistas, fenomenológica e materialista dialética. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 419-441, jul./dez., 2014.

PEREIRA LEITE, Sérgio et. al. Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: BACELAR, Tânia et. al. MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Articulação de Política Públicas e Atores Sociais**, Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.

PERICO, Rafael, E. Articulação de Políticas e Participação Social. In: BACELAR, Tânia; MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) **Articulação de Política Públicas e Atores Sociais**. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.

PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas Brasil 2013**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PONTAL EM FOCO. **Imagem**: IFTM. Disponível em: <<http://pontalemfoco.com.br/wp-content/uploads/2013/06/iftm.jpg>>. Acesso em 09 de setembro de 2016

PREVITALI, Fabiane S. Aspectos teóricos e estudos empíricos setoriais. In: SCOCUGLIA Afonso C. C. et al. (Org.). **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. Curitiba: CRV, 2011.

PREVITALI, Fabiane S.; FRANÇA, Robson L.; FAGIANI, Cilson C. Trabalho e reestruturação produtiva na agroindústria sucroalcooleira. In: PREVITALI, Fabiane S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 145-164.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005. In: MEC. Ministério da Educação. **Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, ed. 10, 2008.

_____. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise Crítica da Política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TAVARES, Moacir G. A evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil. **Anais do IX ANPEDSUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. São Paulo: UNESP, 2012.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira – 1951-2010: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado aos egressos

Aos ex-alunos do Curso Técnico em Agroindústria
do IFTM – Campus de Ituiutaba

Preciso de sua ajuda para executar minha pesquisa de Mestrado. Sou discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O tema de minha pesquisa é Política de Expansão da Educação Profissionalizante e Tecnológica e a Empregabilidade.

Dentre os objetivos estabelecidos, busco: analisar e discutir a relação da política de educação profissionalizante e tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba-MG e a empregabilidade de egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

As informações fornecidas serão úteis para ajudar-nos na execução de nossa pesquisa. Não há respostas corretas, nem incorretas, somente suas importantes opiniões. Por favor, responda as 10 (dez) questões abaixo:

Muito obrigado por sua ajuda, o que você pensa é muito importante para nós. Os resultados desta pesquisa visam contribuir com aprimoramento dos processos formativos. Suas respostas não serão divulgadas.

Sinceramente.

Cleide Francisca de Souza Tano
E-mail: cleidetano@yahoo.com.br
Orientanda do Prof. Dr. Robson Luiz de França/UFU
Telefone/WhatsApp - 034-99961-9492

QUESTIONÁRIO

1) Inicialmente gostaria de saber em que ano você concluir o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, no IFTM?

() 2012 () 2013 () 2014 () 2015

2) Você está empregado? Em que? Qual a área de inserção no mercado? Que atividades você desenvolve?

3) O Curso em Agroindústria do IFTM contribuiu para seu exercício profissional? De que forma?

4) Você fez estágio? Onde? Como?

- 5) Foi importante para o seu exercício profissional?
- 6) Você participou de visita técnica ou outra atividade de extensão organizada pelo IFTM, junto às empresas do setor produtivo? Onde? Como foi?
- 7) Você ingressou no Ensino Superior? Em que?
- 8) Como você considera o curso que você fez para o setor produtivo agroindustrial rural? Possibilita aprimoramento dos processos produtivos?
- 9) Com você Considera as oportunidades de emprego no setor produtivo agroindustrial rural da microrregião de Ituiutaba?
- 10) Como você avalia o processo formativo que você recebeu?

APÊNDICE 2 – Questionário aplicado ao setor produtivo

Ao gerente de Recursos Humanos

Preciso de sua ajuda para executar minha pesquisa de Mestrado. Sou discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O tema de minha pesquisa é Política de Expansão da Educação Profissionalizante e Tecnológica e a Empregabilidade. Dentre os objetivos estabelecidos, busco analisar e discutir a interação do IFTM com o setor produtivo da microrregião de Ituiutaba-MG.

As informações fornecidas serão úteis para ajudar-nos na execução de nossa pesquisa. Não há respostas corretas, nem incorretas, somente suas importantes opiniões. Por favor, responda as 07 (sete) questões abaixo:

Muito obrigado por sua ajuda, o que você pensa é muito importante para nós. Os resultados desta pesquisa visam contribuir com aprimoramento dos processos formativos. Suas respostas não serão divulgadas.

Sinceramente.

Cleide Francisca de Souza Tano

E-mail: cleidetano@yahoo.com.br

Orientanda do Prof. Dr. Robson Luiz de França/UFU

Telefone/WhatsApp - 034-99961-9492

QUESTIONÁRIO

- 1) Vossa Empresa é conveniada com o IFTM, Campus Ituiutaba, para fins de fornecimento de estágios?
- 2) Sua Empresa já recebeu algum aluno do IFTM, Campus Ituiutaba para realização de estágio ou visita técnica ou alguma atividade de extensão? Qual atividade?
- 3) Sua Empresa é empregadora de alunos ou egressos do Curso Técnico Em Agroindústria Integrado Ao Ensino Médio?
- 4) Vossa Empresa é empregadora de alunos ou egressos do IFTM, Campus Ituiutaba?
- 5) Como você considera a participação do IFTM, Campus Ituiutaba no aprimoramento dos processos produtivos de Vossa Empresa?

6) Como Você considera a interação do IFTM com Vossa Empresa ou com o setor produtivo local?

7) Como você considera o processo formativo do IFTM? Há alinhamento com as necessidades de Vossa empresa?